



DIÁRIO DA REPÚBLICA

Segunda-feira, 25 de novembro de 2019 Número 226

ÍNDICE

PARTE C

Economia e Transição Digital

Gabinete do Ministro de Estado, da Economia e da Transição Digital:

Despacho n.º 10985/2019:

Autoriza a renovação da licença especial para o exercício de funções transitórias da Região Administrativa Especial de Macau, da Inspectora Superior Maria José Cardeano de Freitas Bessa 16

Gabinete da Secretária de Estado do Turismo:

Despacho n.º 10986/2019:

Designa para exercer as funções de secretária pessoal do Gabinete Maria Gabriela Fino de Sousa 17

Despacho n.º 10987/2019:

Designa para exercer as funções de motorista do Gabinete Carlos Bernardo Silva Pinto Liberato 18

Despacho n.º 10988/2019:

Designa para exercer as funções de secretária pessoal do Gabinete Maria da Graça de Carvalho e Couto 19

Despacho n.º 10989/2019:

Designa o licenciado Paulo Adriano Cabral Garcia Taipa, para exercer as funções de adjunto no Gabinete 20

Despacho n.º 10990/2019:

Designa para exercer as funções de apoio técnico-administrativo do Gabinete Francisca Dezoito Marques Prazeres 21

Despacho n.º 10991/2019:

Designa para exercer as funções de apoio técnico-administrativo no Gabinete Hélder José Neves Lourenço 22

Despacho n.º 10992/2019:

Designa para exercer as funções de chefe do Gabinete a mestre Maria Cristina Fernandes de Almeida 23

Despacho n.º 10993/2019:

Designa para exercer as funções de apoio auxiliar no Gabinete Júlia Marques Cardoso 24



Gabinete do Secretário de Estado para a Transição Digital:

Despacho n.º 10994/2019:

Designa para exercer as funções de apoio técnico-administrativo no Gabinete Anabela Pereira dos Santos 25

Despacho n.º 10995/2019:

Designa para exercer as funções de motorista no Gabinete Sérgio Paulo Pereira Soares 26

Despacho n.º 10996/2019:

Designa para exercer as funções de técnica especialista do Gabinete Aurélia Maria Godinho Martins 27

Despacho n.º 10997/2019:

Designa para exercer as funções de motorista no Gabinete João Miguel Silva Bartolo 29

Despacho n.º 10998/2019:

Designa para exercer as funções de apoio técnico-administrativo no Gabinete António José da Costa Bravo 30

Despacho n.º 10999/2019:

Designa para exercer as funções de secretária pessoal do Gabinete Maria do Céu Martins de Sousa Severino 31

Despacho n.º 11000/2019:

Designa para exercer as funções de apoio auxiliar no Gabinete Dionísia de Fátima Firmino Martins 33

Despacho n.º 11001/2019:

Designa para exercer as funções de chefe do Gabinete o doutorado Nelson Figueiredo de Pinho 34

Despacho n.º 11002/2019:

Designa, para o exercício das funções de adjunta do Gabinete, a licenciada Sandra Raquel da Conceição Gouveia 36

Secretaria-Geral:

Aviso n.º 18835/2019:

Autoriza a consolidação definitiva da mobilidade na mesma categoria do técnico superior José Rui Afonso Vera-Cruz 37

Negócios Estrangeiros

Gabinete da Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação:

Despacho n.º 11003/2019:

Designação do motorista Manuel Gomes Duarte 38

Secretaria-Geral:

Aviso (extrato) n.º 18836/2019:

Conclusão com sucesso do período experimental e celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado para o desempenho de funções da carreira/categoria de assistente técnico de Fernando Nuno Coelho Guerreiro 39

Aviso (extrato) n.º 18837/2019:

Maria Cristina Machado Silva concluiu com sucesso o período experimental para o desempenho de funções da carreira/categoria de assistente técnico 40



Defesa Nacional

Gabinete do Ministro:

Declaração de Retificação n.º 922/2019:

Retificação do Despacho n.º 7338/2019, de 26 de julho 41

Despacho n.º 11004/2019:

Assinatura do «Amendment Three to the Memorandum of Understanding Regarding the Organisational Structure for the Implementation and the Operations of the Battlefield Informations Collection and Exploitation Systems (BICES)». 42

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional:

Despacho n.º 11005/2019:

Ratificação e implementação do STANAG 3501 AMD (Edition 04) 43

Despacho n.º 11006/2019:

Ratificação e implementação do STANAG 3474 AMD (Edition 06) 44

Despacho n.º 11007/2019:

Ratificação e implementação do STANAG 6506 MEDSTD (Edition 01). 45

Despacho n.º 11008/2019:

Ratificação e implementação do STANAG 3943 AMD (Edition 04) 46

Despacho n.º 11009/2019:

Ratificação e implementação do STANAG 6516 MEDSTD (Edition 01). 47

Marinha:

Despacho (extrato) n.º 11010/2019:

Autorizada a celebração do contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado 48

Despacho (extrato) n.º 11011/2019:

Celebração do contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado 49

Aviso n.º 18838/2019:

Concurso de admissão para ingresso na categoria de Oficiais da Classe de Médicos Navais (MN) dos Quadros Permanentes (QP). 50

Administração Interna

Gabinete do Ministro:

Despacho n.º 11012/2019:

Designação de Maria Fernanda Domingues Pereira Gonçalves para exercer as funções de outro pessoal auxiliar do Gabinete do Ministro da Administração Interna. 54

Guarda Nacional Republicana:

Declaração de Retificação n.º 923/2019:

Retificação de data de passagem à situação de reforma. 56

Polícia de Segurança Pública:

Aviso n.º 18839/2019:

Consolidação da mobilidade intercarreiras — Filipe Costa 57

Aviso n.º 18840/2019:

Consolidação da mobilidade intercarreiras — Daniel Pereira 58



Aviso n.º 18841/2019:

Consolidação da mobilidade interna na categoria — Alexandre Carvalho . . . 59

Aviso n.º 18842/2019:

Consolidação da mobilidade interna na categoria — Anastácia Silva 60

Aviso n.º 18843/2019:

Consolidação da mobilidade interna na categoria — Carlos Comédias. 61

Justiça

Gabinete da Ministra:

Despacho n.º 11013/2019:

Designa para o exercício de funções de apoio técnico-administrativo ao Gabinete da Ministra da Justiça Ana Cristina Araújo Abrunhosa Espinheira. 62

Despacho n.º 11014/2019:

Designa para exercer as funções de secretária pessoal do Gabinete da Ministra da Justiça Ana Paula Santos Carracho Silva 64

Despacho n.º 11015/2019:

Designa para exercer as funções de secretária pessoal do Gabinete da Ministra da Justiça Cristina Molares d'Abril 65

Despacho n.º 11016/2019:

Designa para o exercício de funções de apoio técnico-administrativo ao Gabinete da Ministra da Justiça Pedro Gonçalves Coutinho Soares. 67

Despacho n.º 11017/2019:

Designa para exercer as funções de apoio técnico-administrativo ao Gabinete da Ministra da Justiça Maria José Fonseca da Costa Paiva 69

Despacho n.º 11018/2019:

Designa como técnica especialista para o Gabinete da Ministra da Justiça a Doutora Maria Sara Folhadela Figueiredo Pina, para exercer funções na área da comunicação social 70

Despacho n.º 11019/2019:

Designa como adjunto para exercer funções no Gabinete da Ministra da Justiça o Juiz de Direito licenciado Fernando Manuel Lavado Taíinha 72

Despacho n.º 11020/2019:

Designa como adjunto para exercer funções no Gabinete da Ministra da Justiça o licenciado Luís Filipe Moreira Isidro 74

Despacho n.º 11021/2019:

Designa para o exercício de funções de apoio auxiliar ao Gabinete da Ministra da Justiça Tereza Maria Vitória de Carvalho 76

Despacho n.º 11022/2019:

Designa como chefe do Gabinete da Ministra da Justiça o Juiz Desembargador Henrique Ataíde Rosa Antunes. 77

Despacho n.º 11023/2019:

Designa para o exercício de funções de apoio técnico-administrativo ao Gabinete da Ministra da Justiça Nuno Manuel Siquenique Falé 79

Despacho n.º 11024/2019:

Designa para exercer as funções de secretária pessoal do Gabinete da Ministra da Justiça Clotilde Maria Porfírio da Henriqueta Medina da Costa Mesquita 81



Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Justiça:

Despacho n.º 11025/2019:

Designa para o exercício de funções de apoio técnico-administrativo ao Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Justiça Helena Maria Cardoso Salvador Pinto Almeida. 82

Despacho n.º 11026/2019:

Designa para exercer as funções de apoio técnico-administrativo ao Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Justiça Armando Namorado Figueiredo Malacriz. 84

Despacho n.º 11027/2019:

Designa para exercer as funções de secretária pessoal do Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Justiça a licenciada Vera Mónica Teixeira Gouveia. 86

Despacho n.º 11028/2019:

Designa para exercer as funções de motorista do Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Justiça José Manuel Miranda Amaro 87

Centro de Estudos Judiciários:

Aviso n.º 18844/2019:

Consolidação da mobilidade na categoria de assistente técnica — Marisol Nascimento Afonso. 89

Direção-Geral da Administração da Justiça:

Aviso n.º 18845/2019:

Designação em comissão de serviço, pelo período de três anos, para o cargo de chefe de divisão de Gestão Financeira, da mestre Susana Maria Cardoso Vicente 90

Instituto dos Registos e do Notariado, I. P.:

Aviso n.º 18846/2019:

Concurso de provas públicas para atribuição do título de notário — lista final de classificação das provas e lista de graduação dos candidatos 92

Educação

Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares:

Aviso n.º 18847/2019:

Procedimento concursal comum de recrutamento para ocupação de oito postos de trabalho em regime de contrato a termo resolutivo certo a tempo parcial para carreira e categoria de assistente operacional 96

Aviso n.º 18848/2019:

Lista de antiguidade do pessoal docente do Agrupamento de Escolas de Aljezur, reportada a 31 de agosto de 2019. 99

Aviso n.º 18849/2019:

Anulação do Aviso n.º 10653/2019 100

Aviso n.º 18850/2019:

Homologação da lista unitária de ordenação final para a carreira e categoria de assistente operacional 101

Aviso n.º 18851/2019:

Informação sobre a lista homologada de ordenação final dos candidatos aprovados para a seleção de três assistentes operacionais em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado 103



Aviso n.º 18852/2019:

Lista homologada do concurso para assistentes operacionais 104

Aviso n.º 18853/2019:

Lista de ordenação final dos candidatos ao concurso para a categoria de assistente operacional em regime de contrato de trabalho a termo resolutivo certo a tempo parcial 105

Aviso n.º 18854/2019:

Lista unitária final homologada de ordenação dos candidatos admitidos, ao concurso para ocupação de oito postos de trabalho para as funções correspondentes à categoria de assistente operacional, em regime de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo a tempo parcial. . . . 106

Aviso n.º 18855/2019:

Abertura de procedimento concursal comum de recrutamento para ocupação de dois postos de trabalho em regime de contrato de trabalho a termo resolutivo certo a tempo parcial para as funções de assistente operacional 107

Aviso n.º 18856/2019:

Homologação dos contratos de trabalho relativos aos docentes contratados; técnicos das atividades extracurriculares; técnicos especializados e os contratos de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo e a tempo parcial, de grau 1, do ano letivo de 2018-2019. 110

Aviso n.º 18857/2019:

Cessação de funções por aposentação 113

Aviso n.º 18858/2019:

Entrada em funções de pessoal docente, com contrato de trabalho por tempo indeterminado: Rute Joana Teixeira Monteiro e Alcides Serras Marques . . . 114

Aviso n.º 18859/2019:

Celebração dos contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, na carreira e categoria de assistente operacional, com efeitos a 22 de outubro de 2019 115

Aviso n.º 18860/2019:

Homologação da lista unitária de ordenação final do procedimento concursal comum para assistentes operacionais 116

Aviso n.º 18861/2019:

Homologação da lista de classificação final do procedimento concursal para assistente operacional 117

Aviso n.º 18862/2019:

Lista de antiguidade do pessoal docente 118

Aviso n.º 18863/2019:

Lista unitária de ordenação final do procedimento concursal comum de recrutamento para o preenchimento de um posto de trabalho em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado para a carreira e categoria de assistente operacional. 119

Aviso (extrato) n.º 18864/2019:

Cessação da relação jurídica de emprego público, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado por denúncia do contrato de trabalho em período experimental. 120

Aviso n.º 18865/2019:

Lista de antiguidade do pessoal docente, reportada a 31 de agosto de 2019 121



Aviso n.º 18866/2019:

Celebração de contratos de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo, para o ano escolar 2019-2020, de pessoal docente, até 31 de agosto de 2020. 122

Aviso n.º 18867/2019:

Procedimento concursal comum de recrutamento para o preenchimento de dois postos de trabalho em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado para carreira e categoria de assistente operacional 123

Aviso n.º 18868/2019:

Procedimento concursal comum de recrutamento para ocupação de dois postos de trabalho com contrato a termo resolutivo certo a tempo parcial. . . 124

Aviso n.º 18869/2019:

Homologação da lista unitária de ordenação final do procedimento concursal para quatro postos de trabalho na carreira e categoria de assistente operacional, na modalidade de vínculo de emprego público por tempo indeterminado. 125

Despacho n.º 11029/2019:

Homologação da lista unitária da ordenação final dos candidatos ao procedimento concursal comum para ocupação de oito postos de trabalho a 3,5 horas diárias em regime de contrato de trabalho a termo resolutivo certo a tempo parcial, carreira e categoria de assistente operacional. 126

Aviso n.º 18870/2019:

Procedimento concursal comum de recrutamento para o preenchimento de um posto de trabalho em regime de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo, a tempo parcial, para as funções correspondentes à categoria de assistente operacional 127

Aviso (extrato) n.º 18871/2019:

Homologação da lista unitária de ordenação final referente ao procedimento concursal comum de recrutamento para a categoria de um assistente operacional 132

Aviso (extrato) n.º 18872/2019:

Cessação da relação jurídica de emprego público por aposentac o 133

Aviso n.º 18873/2019:

Cessação da relação jurídica de emprego público de assistente operacional, por denúncia do contrato 134

Aviso n.º 18874/2019:

Lista de antiguidade do pessoal docente 2018/2019 135

Aviso n.º 18875/2019:

Afixada para consulta dos interessados, em *placards* de estilo do Agrupamento de Escolas S  de Miranda, a lista de antiguidade do pessoal docente, reportada a 31 de agosto de 2019 136

Aviso n.º 18876/2019:

Celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado para a carreira e categoria de assistente operacional 137

Aviso n.º 18877/2019:

Homologac o da lista unitária de ordenac o final do procedimento concursal comum 138



Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Casa Pia de Lisboa, I. P.:

Aviso n.º 18878/2019:

Cessação da comissão de serviço da diretora técnica do Centro de Educação e Desenvolvimento de Santa Catarina Teresa Lagoa. 139

Aviso n.º 18879/2019:

Preenchimento de um posto de trabalho, para a carreira unicategorial de técnico superior, do mapa de pessoal da Casa Pia de Lisboa, I. P., nas áreas da Gestão, ou da Auditoria, ou da Engenharia, com o conteúdo funcional na Unidade de Qualidade e Auditoria 140

Instituto de Informática, I. P.:

Aviso (extrato) n.º 18880/2019:

Celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado — Carlos Miguel Dias Tavares. 141

Deliberação (extrato) n.º 1237/2019:

Concessão de licença sem remuneração — técnico Nélson Vasco de Oliveira Pereira 142

Saúde

Administração Regional de Saúde do Norte, I. P.:

Deliberação n.º 1238/2019:

Designação do presidente do conselho clínico e de saúde do ACES do Cávado III — Barcelos-Esposende. 143

Deliberação n.º 1239/2019:

Designação de vogal do conselho clínico e de saúde do ACES Douro I — Marão e Douro Norte 144

Deliberação n.º 1240/2019:

Designação do presidente do conselho clínico e de saúde do ACES do Alto Tâmega e Barroso 145

Deliberação n.º 1241/2019:

Designação de vogais do conselho clínico e de saúde do ACES do Cávado II Gerês-Cabreira. 147

Deliberação n.º 1242/2019:

Designação do presidente do conselho clínico e de saúde do ACES Alto Ave — Guimarães/Vizela/Terras de Basto 150

Administração Regional de Saúde do Centro, I. P.:

Aviso n.º 18881/2019:

Celebração de contratos no âmbito do programa de regularização extraordinária dos vínculos precários — assistentes operacionais — ACES Baixo Vouga 152

Aviso n.º 18882/2019:

Celebração de contratos no âmbito do programa de regularização extraordinária dos vínculos precários — assistentes técnicos — ACES Baixo Vouga 153

Instituto de Oftalmologia do Dr. Gama Pinto:

Aviso n.º 18883/2019:

Conclusão com sucesso do período experimental na carreira e categoria de técnico superior. 154



Aviso n.º 18884/2019:

Conclusão com sucesso do período experimental na carreira e categoria de técnico superior. 155

Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências:

Aviso (extrato) n.º 18885/2019:

Procedimento concursal para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado para um posto de trabalho para a carreira/categoria de assistente técnico para a Comissão para a Dissuasão da Toxicodependência de Lisboa. 156

Aviso n.º 18886/2019:

Homologação da lista unitária de ordenação final, referente ao procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica por tempo indeterminado destinado ao preenchimento de um posto de trabalho na carreira/categoria de técnico superior para a Divisão de Gestão de Recursos — Área de Contabilidade e Orçamento — Aviso n.º 10089/2019, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 113, de 14 de junho de 2019. 157

Agricultura

Gabinete da Ministra:

Despacho n.º 11030/2019:

Designa, para exercer funções de chefe do Gabinete da Ministra da Agricultura, o mestre João Carlos Pires Mateus. 158

Despacho n.º 11031/2019:

Designa, para exercer as funções de secretária pessoal do Gabinete da Ministra da Agricultura, Cristina Maria Marques Lopes 159

Despacho n.º 11032/2019:

Designa, para exercer as funções de apoio técnico-administrativo no Gabinete da Ministra da Agricultura, Ana Caeiro Fialho Matamouros 160

Despacho n.º 11033/2019:

Designa, para exercer as funções de apoio técnico-administrativo no Gabinete da Ministra da Agricultura, Maria Arminda Rodrigues Teixeira 161

Despacho n.º 11034/2019:

Designa, para exercer as funções de secretária pessoal do Gabinete da Ministra da Agricultura, Fernanda Maria Fernandes Pardo de Oliveira Fernandes Jorge 162

Despacho n.º 11035/2019:

Designa, como técnica especialista do Gabinete da Ministra da Agricultura, a licenciada Vanessa Maria Porto Castanho Dias Luz 163

Despacho n.º 11036/2019:

Designa, como técnico especialista do Gabinete da Ministra da Agricultura, o Doutor Pedro Arnaldo de Sousa e Silva Reis 165

Despacho n.º 11037/2019:

Designa, como técnica especialista do Gabinete da Ministra da Agricultura, a licenciada Susana Isabel Lopes Barradas Lopes 167

Despacho n.º 11038/2019:

Designa, para exercer as funções de coordenador do apoio técnico-administrativo do Gabinete da Ministra da Agricultura, José Carlos Oliveira Gonçalves. 169



PARTE E

Despacho n.º 11039/2019:

Designa, como técnica do Gabinete da Ministra da Agricultura, a licenciada Patrícia Lopes Tadeu Malveiro Castelhanito. 170

Despacho n.º 11040/2019:

Designa, para exercer as funções de secretária pessoal do Gabinete da Ministra da Agricultura, Teresa de Jesus Bonaparte Inglês Moreira Correia 172

Despacho n.º 11041/2019:

Designa, como técnica especialista do Gabinete da Ministra da Agricultura, a mestre Gabriela Gonçalves Salvado 173

C. I. F. A. D. — Centro de Investigação e Formação em Artes e Design, L.^{da}

Regulamento n.º 908/2019:

Regulamento do Concurso Especial para Estudantes Candidatos às Provas especialmente Adequadas Destinadas a Avaliar a Capacidade para a Frequência dos Maiores de 23 Anos dos Cursos da Escola Superior de Artes e Design. 175

Ordem dos Contabilistas Certificados

Aviso n.º 18887/2019:

Notificação de despacho de acusação à CC n.º 84 850, Olga Isabel Machado Firmino 180

Universidade do Algarve

Contrato (extrato) n.º 431/2019:

Celebração de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo com a mestre Joana Isabel Salsinha Matias, como assistente convidada, em regime de acumulação a 50 %, para a Escola Superior de Saúde 181

Contrato (extrato) n.º 432/2019:

Celebração de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo com o Doutor Rui Francisco de Brion Ramirez Sanches, na categoria de professor auxiliar convidado, em regime de tempo parcial a 62,5 % para a Faculdade de Ciências Humanas e Sociais 182

Contrato (extrato) n.º 433/2019:

Celebração de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo com o licenciado José Joaquim Ruxa Quintas, como assistente convidado, em regime de tempo parcial a 47,5 %, para a Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo 183

Contrato (extrato) n.º 434/2019:

Celebração de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo com a mestre Patrícia Isabel Amôres Rio Cabrita como assistente convidada, em regime de acumulação a 50 %, para a Escola Superior de Saúde 184

Contrato (extrato) n.º 435/2019:

Celebração de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo com o mestre Miguel Guerreiro Luzia como assistente convidado, em regime de tempo parcial a 55 %, para a Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo 185



Universidade de Coimbra

Aviso n.º 18888/2019:

Contratação do Doutor Adelino Jorge Lopes Ferreira, como professor associado com agregação, por tempo indeterminado, em regime de *tenure*, para desempenho de funções no Departamento de Engenharia Civil da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra 186

Aviso n.º 18889/2019:

Contratação da Doutora Catarina Alexandra dos Reis Vale Gomes como professora auxiliar, por tempo indeterminado, em período experimental, para desempenho de funções na Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra 187

Aviso n.º 18890/2019:

Contratação da Doutora Susana Isabel Arsénio Nunes Costa Araújo como professora auxiliar, por tempo indeterminado, em período experimental, para desempenho de funções na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra 188

Aviso n.º 18891/2019:

Elisabete Rodrigues Cardoso concluiu com sucesso o período experimental na carreira e categoria de técnica superior. 189

Universidade de Évora

Despacho n.º 11042/2019:

Contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com um período experimental de cinco anos, como professora auxiliar da Doutora Raquel Garcia, na sequência de concurso documental internacional para a área disciplinar de Agroalimentar, da Escola de Ciências e Tecnologia. . . . 190

Serviços de Ação Social da Universidade de Lisboa

Despacho n.º 11043/2019:

Consolidação definitiva da mobilidade na mesma carreira/categoria ao assistente técnico Ângela Maria Ferreira Almeida. 191

Instituto Politécnico do Porto

Escola Superior de Hotelaria e Turismo:

Despacho n.º 11044/2019:

Subdelegação da presidência do júri das provas para atribuição do título de especialista 192

Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, E. P. E.

Aviso (extrato) n.º 18892/2019:

Cessação definitiva de funções públicas da profissional de enfermagem Isabel Ana Rosa Magalhães. 193

Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, E. P. E.

Deliberação (extrato) n.º 1243/2019:

Redução de horário semanal de pessoal médico. 194

Deliberação (extrato) n.º 1244/2019:

Dispensa da prestação de trabalho no serviço de urgência de pessoal médico 195



PARTE H

Município de Baião

Aviso n.º 18893/2019:

Cessação de relação jurídica de emprego público por falecimento 196

Aviso n.º 18894/2019:

Celebração de contrato individual de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado 197

Município do Barreiro

Aviso (extrato) n.º 18895/2019:

Regresso de licença sem remuneração da técnica superior Catarina Viegas Gil 198

Aviso (extrato) n.º 18896/2019:

Celebração de contratos em funções públicas a termo resolutivo certo na categoria de técnico superior com vários trabalhadores, na sequência dos procedimentos concursais ref.ºs 06 e 07/2018 199

Aviso n.º 18897/2019:

Designação do encarregado de proteção de dados 200

Aviso (extrato) n.º 18898/2019:

Homologação da lista unitária de ordenação final e celebração de contratos de trabalho, referente ao procedimento concursal ref.ª 09/18, com vários trabalhadores em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para a categoria de assistente operacional 201

Aviso (extrato) n.º 18899/2019:

Consolidação das mobilidades intercarreiras na categoria de técnico superior . . . 202

Aviso (extrato) n.º 18900/2019:

Consolidação de mobilidade de Paulo Jorge Silveira Pereira 203

Aviso (extrato) n.º 18901/2019:

Mobilidade de vários trabalhadores na categoria de técnico superior para outras entidades 204

Município de Celorico de Basto

Aviso n.º 18902/2019:

Cessação da relação jurídica de emprego público de Fernando José Pereira Magalhães, por aposentação 205

Município do Crato

Aviso n.º 18903/2019:

Cessação do procedimento concursal comum de recrutamento para preenchimento de um posto de trabalho de técnico superior, na área da arquitetura, cujo aviso de abertura n.º 2902/2019, foi publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 37, de 21 de fevereiro de 2019 206

Município de Espinho

Aviso n.º 18904/2019:

Consolidação definitiva de mobilidades intercarreiras, nas carreiras e categorias de técnico superior e de assistente técnico 207



Município da Maia

Edital n.º 1320/2019:

Alteração ao lote 4 do alvará de loteamento n.º 48/08, alterado pelo aditamento n.º 8/12. 208

Município de Pampilhosa da Serra

Aviso n.º 18905/2019:

Homologação da lista unitária de ordenação final dos candidatos para o preenchimento de um posto de trabalho em regime de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo, para a carreira e categoria de assistente técnico — museu. 209

Aviso n.º 18906/2019:

Homologação da lista unitária de ordenação final dos candidatos para o preenchimento de um posto de trabalho em regime de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo, para a carreira e categoria de assistente técnico — administrativo 210

Aviso n.º 18907/2019:

Homologação da lista unitária de ordenação final dos candidatos para o preenchimento de um posto de trabalho em regime de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo, para a carreira e categoria de assistente técnico — multimédia 211

Município de Penacova

Aviso n.º 18908/2019:

Celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, no âmbito do Programa de Regularização Extraordinária de Vínculos Precários. 212

Município de Pombal

Aviso n.º 18909/2019:

Celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado na sequência de acionamento de reserva de recrutamento interno — carreira/categoria de assistente operacional — área de ajudante de cozinha/auxiliar de serviços gerais 213

Município de Salvaterra de Magos

Aviso n.º 18910/2019:

Cessação do procedimento concursal em regime de mobilidade interna na carreira/categoria de técnico superior da área de direito 214

Município de São João da Pesqueira

Aviso n.º 18911/2019:

Homologação da lista unitária de ordenação final — um assistente operacional/manobrador de máquinas pesadas e veículos especiais — Aviso n.º 6621/2019 — Ref. E 215

Município de Tabuaço

Aviso n.º 18912/2019:

Discussão pública da proposta de alteração ao Plano Diretor Municipal de Tabuaço 216



Município de Vale de Cambra

Aviso n.º 18913/2019:

Contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado em período experimental 217

União das Freguesias de Painho e Figueiros

Aviso (extrato) n.º 18914/2019:

Procedimento concursal comum para a constituição de vínculo de emprego público a termo resolutivo certo para o preenchimento de um posto de trabalho da carreira/categoria de assistente operacional/assistente operacional 218

Aviso n.º 18915/2019:

Consolidação definitiva de mobilidade intercarreiras na carreira de assistente técnico. 219

União das Freguesias de Póvoa de Santa Iria e Forte da Casa

Aviso n.º 18916/2019:

Celebração de contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado, com Marco Aurélio da Silva Santos 220

União das Freguesias de Santa Cruz da Trapa e São Cristóvão de Lafões

Aviso (extrato) n.º 18917/2019:

Procedimento concursal de recrutamento na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo determinado. 221

Aviso (extrato) n.º 18918/2019:

Procedimento concursal de recrutamento na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo determinado. 222

Freguesia de Santo António

Aviso n.º 18919/2019:

Projeto de Regulamento do Centro de Dia da Freguesia de Santo António (Lisboa) — Centro Social Laura Alves 223

Freguesia de São Vicente

Aviso n.º 18920/2019:

Cessação do contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado — Manuel José Alexandre 224

Negócios Estrangeiros

Secretaria-Geral:

Aviso (extrato) n.º 18921/2019:

Abertura de procedimento concursal de seleção para provimento do cargo de diretor de serviços de Justiça e Assuntos Internos da Direção-Geral dos Assuntos Europeus, de acordo com as atribuições constantes do artigo 5.º da Portaria n.º 32/2012. 225



Camões — Instituto da Cooperação e da Língua, I. P.:

Aviso (extrato) n.º 18922/2019:

Abertura de procedimento concursal para recrutamento e seleção do titular do cargo de chefe de divisão do Gabinete de Avaliação e Auditoria 226

Universidade de Évora

Aviso n.º 18923/2019:

Procedimento concursal para o cargo de chefe da Divisão de Manutenção de Instalações e Equipamentos dos Serviços Técnicos. 227





ECONOMIA E TRANSIÇÃO DIGITAL

Gabinete do Ministro de Estado, da Economia e da Transição Digital

Despacho n.º 10985/2019

Sumário: Autoriza a renovação da licença especial para o exercício de funções transitórias da Região Administrativa Especial de Macau, da Inspetora Superior Maria José Cardeano de Freitas Bessa.

Considerando que ao abrigo do Decreto-Lei n.º 89-G/98, de 13 de abril, foi concedida à Inspectora Superior Maria José Cardeano de Freitas Bessa, licença especial para o exercício de funções transitórias da Região Administrativa Especial de Macau;

Considerando que a interessada solicitou a sua renovação;

Pelo presente despacho autorizo que, nos termos do Decreto-Lei n.º 89-G/98, de 13 de abril, seja renovada a licença especial concedida à Inspectora Superior Maria José Cardeano de Freitas Bessa, para o exercício de funções de consultora na Fundação Macau, Governo da Região Administrativa Especial de Macau, pelo período de dois anos, com início em 16 de novembro de 2019.

12 de novembro de 2019. — O Ministro de Estado, da Economia e da Transição Digital, *Pedro Gramaxo de Carvalho Siza Vieira*.

312754311



ECONOMIA E TRANSIÇÃO DIGITAL

Gabinete da Secretária de Estado do Turismo

Despacho n.º 10986/2019

Sumário: Designa para exercer as funções de secretária pessoal do Gabinete Maria Gabriela Fino de Sousa.

1 — Ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo para exercer as funções de secretária pessoal do meu Gabinete Maria Gabriela Fino de Sousa, assistente técnica da Secretaria-Geral do Ministério da Economia.

2 — Os encargos com a remuneração da designada são assegurados pelo serviço de origem, sendo a diferença assegurada pelo orçamento do meu Gabinete, nos termos previstos nos n.ºs 12 e 13 do artigo 13.º do referido decreto-lei.

3 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do mesmo decreto-lei, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho, que produz efeitos desde 26 de outubro de 2019.

4 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicitação na página eletrónica do Governo.

18 de novembro de 2019. — A Secretária de Estado do Turismo, *Rita Baptista Marques*.

ANEXO

Nota curricular

Maria Gabriela Fino de Sousa.

1 — Nasceu em 4 de janeiro de 1969 e é residente em Lisboa.

2 — Formou-se em Inglês pelo The British Council e em Secretariado Executivo pelo CEGOC.

3 — Entre 1991 e 1996 exerceu funções de secretária de Direção e do Conselho de Administração no IAPMEI — Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas (Instituto do qual foi funcionária com contrato de trabalho em funções públicas desde 10/04/1991 até 31/05/2018).

4 — Desde maio de 1996 até janeiro de 2013 exerceu funções de secretária pessoal dos membros do Governo nomeados para a pasta do Turismo.

5 — Entre fevereiro e agosto de 2013 desempenhou funções técnicas na Direção de Promoção e Inovação do IAPMEI — Agência para a Competitividade e Inovação, I. P.

6 — Entre agosto de 2013 e outubro de 2014 exerceu funções de secretária pessoal no Gabinete do Secretário de Estado do Ensino Básico e Secundário.

7 — Entre outubro de 2014 e agosto de 2015 desempenhou funções técnicas na Direção de Planeamento e de Políticas de Empresa do IAPMEI — Agência para a Competitividade e Inovação, I. P.

8 — Entre setembro e novembro de 2015 exerceu funções de secretária pessoal da Inspetora-Geral das Atividades em Saúde, organismo do Ministério da Saúde.

9 — De dezembro de 2015 até outubro de 2019 exerceu funções de secretária pessoal da Secretária de Estado do Turismo do XXI Governo Constitucional.

10 — Pertence atualmente ao mapa de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Economia, onde em 01/06/2018 consolidou definitivamente a mobilidade interna na categoria de assistente técnica.

312773939



ECONOMIA E TRANSIÇÃO DIGITAL

Gabinete da Secretária de Estado do Turismo

Despacho n.º 10987/2019

Sumário: Designa para exercer as funções de motorista do Gabinete Carlos Bernardo Silva Pinto Liberato.

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2, 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo para exercer as funções de motorista do meu Gabinete Carlos Bernardo Silva Pinto Liberato, assistente operacional da Inspeção-Geral do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

2 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do mesmo decreto-lei, a nota curricular do designado é publicada em anexo ao presente despacho, que produz efeitos desde 26 de outubro de 2019.

3 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicitação na página eletrónica do Governo.

18 de novembro de 2019. — A Secretária de Estado do Turismo, *Rita Baptista Marques*.

ANEXO

Nota curricular

Carlos Bernardo Silva Pinto Liberato.

1 — Data de nascimento: 31 de maio de 1977.

2 — Habilitações académicas 9.º ano — Escola Secundária Padre Alberto.

3 — De outubro de 2018 a outubro de 2019 — motorista do Gabinete do Secretário de Estado da Valorização do Interior, do XXI Governo Constitucional.

4 — De novembro de 2015 a outubro de 2018 — motorista do Gabinete do Secretário de Estado da Indústria, do XXI Governo Constitucional.

5 — De 2013 até 25 de novembro de 2015 exerceu funções de motorista de ligeiros conduzindo os titulares de pastas ministeriais no Ministério da Economia.

6 — Setembro de 2010 — motorista de Direção/Administração — Ingresso nos quadros de pessoal da Inspeção-Geral do Ministério da Solidariedade e da Segurança Social.

7 — Novembro de 1997 a setembro de 2010 — motorista de Direção/Administração — a exercer funções na Inspeção-Geral do Ministério da Solidariedade e da Segurança Social e no Instituto de Emprego e Formação Profissional.

8 — Dezembro de 1996 a novembro de 1997 — motorista na Gelbelas — Comércio de Peixe, L.^{da}, Belas.

9 — Janeiro a junho de 1996 — motorista na empresa Móveis Esperança, L.^{da}, Belas.

10 — Dezembro de 1995 — fiel de armazém logística da Editora Ediclube — Edição e Promoção de Livro, Alfragide Edição e Promoção de Livro.

312773841



ECONOMIA E TRANSIÇÃO DIGITAL

Gabinete da Secretária de Estado do Turismo

Despacho n.º 10988/2019

Sumário: Designa para exercer as funções de secretária pessoal do Gabinete Maria da Graça de Carvalho e Couto.

1 — Ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo para exercer as funções de secretária pessoal do meu Gabinete, Maria da Graça de Carvalho e Couto, assistente especialista da AICEP (Agência Portuguesa para o Investimento e Comércio Externo de Portugal).

2 — A designada opta pelo estatuto remuneratório correspondente ao posto de trabalho de origem, o qual é suportado pelo orçamento do meu Gabinete.

3 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do mesmo decreto-lei, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho, que produz efeitos desde 4 de novembro de 2019.

4 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicitação na página eletrónica do Governo.

18 de novembro de 2019. — A Secretária de Estado do Turismo, *Rita Baptista Marques*.

ANEXO

Nota Curricular

Maria da Graça de Carvalho e Couto.

1 — Nascida no Porto a 28 de junho de 1962.

2 — A partir de 2007 e até à data, exerceu funções de secretariado dos membros do Conselho de Administração da AICEP (Agência Portuguesa para o Investimento e Comércio Externo de Portugal). Acumulou funções de apoio de secretariado na Direção PME e Direção Atendimento e Digital, possuindo conhecimentos nas áreas de internacionalização, feiras nacionais e internacionais, abordagem de mercados e interação com a rede externa da Agência, bem como uma ação comercial direta com o tecido empresarial e associações setoriais e empresariais.

3 — De 2002 a 2007, secretariou a Comissão Executiva da ex-API-Agência Portuguesa para o Investimento, na pessoa do seu CEO, com interações diretas com a estrutura funcional de diversas instituições ligadas à captação de investimento e investidores nacionais e estrangeiros.

4 — Como secretária de direção, o início do seu trajeto profissional foi desenvolvido numa entidade de apoio à exportação (ex-ICEP), de 1987 a 2002, com estreita ligação às empresas nacionais, colaborando na organização de programas de visitas de importadores e jornalistas estrangeiros a Portugal, participando em feiras nacionais, tendo assim adquirido conhecimentos sobre a realidade empresarial em diversos setores da economia.

5 — Deu também apoio de secretariado à área dos PIN — Projetos de Interesse Nacional.

312773914

ECONOMIA E TRANSIÇÃO DIGITAL**Gabinete da Secretária de Estado do Turismo****Despacho n.º 10989/2019**

Sumário: Designa o licenciado Paulo Adriano Cabral Garcia Taipa, para exercer as funções de adjunto no Gabinete.

1 — Ao abrigo do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo o licenciado Paulo Adriano Cabral Garcia Taipa, técnico superior da Secretaria-Geral do Ministério das Finanças, para exercer as funções de adjunto no meu Gabinete.

2 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do referido decreto-lei, a nota curricular do designado é publicada em anexo ao presente despacho que produz efeitos desde 26 de outubro de 2019.

3 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicitação na página eletrónica do Governo.

18 de novembro de 2019. — A Secretária de Estado do Turismo, *Rita Baptista Marques*.

ANEXO**Nota curricular**

Paulo Adriano Cabral Garcia Taipa.

1 — Formação Académica: Licenciatura em Direito, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (1995).

2 — Adjunto do Gabinete da Secretária de Estado Adjunta e da Administração Interna (de 2 de abril de 2019 a 26 de outubro de 2019).

3 — Membro da Comissão Nacional de Eleições, em representação do Ministério da Administração Interna (designado em 21 de maio de 2019).

4 — Membro do Conselho Consultivo da Autoridade para a Prevenção e o Combate à Violência no Desporto (designado em 19 de julho de 2019).

5 — Assessor-coordenador da Assembleia Legislativa da Região Administrativa Especial de Macau (2001-2018).

6 — Professor a tempo parcial na Universidade de Macau, lecionou no Curso de Gestão a disciplina de «Business Law» (2002-2010).

7 — Membro do Grupo de Trabalho para o estudo e adaptação da legislação (2001-2005).

8 — Professor no Instituto Politécnico de Macau, lecionou no Curso de Tradução e Interpretação a disciplina de «Introdução ao Estudo do Direito» (1997-2007).

9 — Jurista no Gabinete para os Assuntos Legislativos em Macau (1997-2001).

312774205

ECONOMIA E TRANSIÇÃO DIGITAL**Gabinete da Secretária de Estado do Turismo****Despacho n.º 10990/2019**

Sumário: Designa para exercer as funções de apoio técnico-administrativo do Gabinete Francisca Dezoito Marques Prazeres.

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo para exercer as funções de apoio técnico-administrativo do meu Gabinete Francisca Dezoito Marques Prazeres, a assistente técnica do mapa de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Economia.

2 — Os encargos com a remuneração da designada são assegurados pelo serviço de origem, sendo a diferença assegurada pelo orçamento do meu Gabinete, nos termos previstos nos n.ºs 12 e 13 do artigo 13.º do referido decreto-lei.

3 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do mesmo decreto-lei, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho, que produz efeitos desde 26 de outubro de 2019.

4 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicitação na página eletrónica do Governo.

18 de novembro de 2019. — A Secretária de Estado do Turismo, *Rita Baptista Marques*.

ANEXO**Nota curricular**

Francisca Dezoito Marques Prazeres.

1 — Data de nascimento — 14 de dezembro de 1952.

2 — Habilitações académicas: Curso Geral dos Liceus.

3 — De 16 de novembro de 2015 até 25 de outubro de 2019 — Exercício de funções de apoio administrativo no Gabinete da Secretária de Estado do Turismo do XXI Governo Constitucional.

4 — De 27 de novembro de 2015 até 15 de outubro de 2018 — Exercício de funções de apoio administrativo no Gabinete do Secretário de Estado da Energia do XXI Governo Constitucional.

5 — De julho de 2013 a 26 novembro de 2015 — Exercício de funções de apoio administrativo no Gabinete do Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações dos XIX e XX Governos Constitucionais.

6 — De dezembro de 2011 a julho de 2013 — Funções de apoio técnico-administrativo do gabinete do Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

7 — De junho de 2011 a dezembro de 2011 — Funções no Gabinete de Apoio aos Membros do Governo, no âmbito do Ministério da Economia e do Emprego.

8 — De 2009 a junho de 2011 — Funções de coordenação do setor de apoio ao Gabinete do Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, do XVIII Governo Constitucional.

9 — 1996-2009 — Funções de apoio administrativo no Gabinete do Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

312773874



ECONOMIA E TRANSIÇÃO DIGITAL

Gabinete da Secretária de Estado do Turismo

Despacho n.º 10991/2019

Sumário: Designa para exercer as funções de apoio técnico-administrativo no Gabinete Hélder José Neves Lourenço.

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo para exercer as funções de apoio técnico-administrativo ao meu Gabinete Hélder José Neves Lourenço, assistente técnico da Secretaria-Geral do Ministério da Economia.

2 — Os encargos com a remuneração do designado são assegurados pelo serviço de origem, sendo a diferença assegurada pelo orçamento do meu Gabinete, nos termos previstos nos n.ºs 12 e 13 do artigo 13.º do referido decreto-lei.

3 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do mesmo decreto-lei, a nota curricular do designado é publicada em anexo ao presente despacho, que produz efeitos desde 26 de outubro de 2019.

4 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicitação na página eletrónica do Governo.

18 de novembro de 2019. — A Secretária de Estado do Turismo, *Rita Baptista Marques*.

ANEXO

Nota curricular

Nome: Hélder José Neves Lourenço.

1 — Data de nascimento — 11 de dezembro de 1959.

2 — Habilitações académicas: 7.º ano do Curso Geral da Administração e Comércio.

3 — 2000-2019 — Exercício de funções no Gabinete de Apoio aos Membros do Governo, no âmbito do Ministério da Economia.

4 — 1995-2000 — Exercício de funções na secção de aprovisionamento e de logística no IPQ — Instituto Português da Qualidade.

5 — 1992-1995 — Exercício de funções no Gabinete de Apoio aos Membros do Governo, no âmbito do Ministério da Economia.

312774157

ECONOMIA E TRANSIÇÃO DIGITAL

Gabinete da Secretária de Estado do Turismo

Despacho n.º 10992/2019

Sumário: Designa para exercer as funções de chefe do Gabinete a mestre Maria Cristina Fernandes de Almeida.

1 — Ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo para exercer as funções de chefe do meu Gabinete a Mestre Maria Cristina Fernandes de Almeida.

2 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do referido decreto-lei, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho que produz efeitos desde 26 de outubro de 2019.

3 — A designada fica autorizada a exercer as atividades referidas nas alíneas a) e b) do n.º 3 do artigo 7.º do mesmo decreto-lei.

4 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicitação na página eletrónica do Governo.

18 de novembro de 2019. — A Secretária de Estado do Turismo, *Rita Baptista Marques*.

ANEXO

Nota curricular

Maria Cristina Fernandes de Almeida.

1 — Formação académica: Mestre em Ciências pela Université de Montréal (Canadá), Licenciada em Economia com especialização em Desenvolvimento Regional pelo Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa e Pós-graduada em Direção Hoteleira pelo INESP — Hotelaria e Turismo/Associação dos Diretores de Hotéis de Portugal.

2 — Investigadora no Centro de Investigação do ISCTE-IUL | DINÂMIA'CET-IUL (desde 2013).

3 — Diretora Executiva do Núcleo de Hospitalidade e Turismo do ISCTE-IUL (2008-2013).

4 — Perita para avaliação de projetos candidatos a Financiamentos da União Europeia e do Mecanismo Financeiro — Islândia, Liechtenstein e Noruega — do Espaço Económico Europeu, EEA Grants (European Economic Area and Norway Grants) (desde 2008).

5 — Consultora em Planeamento e Desenvolvimento Regional e Local, com diversos trabalhos desenvolvidos na área da gestão empresarial e de desenvolvimento de competências institucionais e de prospetiva estratégica no âmbito de entidades públicas e privadas (desde 1989).

6 — Consultora para: (i) as avaliações *ex ante* e *ex post* de programas de financiamento comunitários; (ii) para a elaboração de Projetos de Potencial Interesse Nacional (PIN) na área do turismo; (iii) de Planos Locais e Regionais de Ordenamento do Território; (iv) da segunda geração dos planos estratégicos de Associações Empresariais portuguesas e Centros Tecnológicos; (v) para projetos candidatos ao Fundo de Desenvolvimento Urbano — Turismo, Iniciativa JESSICA (*Joint European Support for Sustainable Investment in City Areas*); (vi) para a elaboração de planos estratégicos e de negócio de entidades privadas, entre outros (desde 1998).

7 — Trabalhou dez anos no Ministério da Cultura (1997-2006).

8 — Trabalhou nove anos com a Fundação Oriente (2001-2009).

9 — Assessora da vereadora da Cultura da Câmara Municipal de Lisboa (2015-2017).

312773785



ECONOMIA E TRANSIÇÃO DIGITAL

Gabinete da Secretária de Estado do Turismo

Despacho n.º 10993/2019

Sumário: Designa para exercer as funções de apoio auxiliar no Gabinete Júlia Marques Cardoso.

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2, 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo para exercer as funções de apoio auxiliar ao meu Gabinete Júlia Marques Cardoso, assistente operacional da Secretaria-Geral do Ministério da Economia.

2 — Os encargos com a remuneração da designada são assegurados pelo serviço de origem, sendo a diferença assegurada pelo orçamento do meu Gabinete, nos termos previstos nos n.ºs 12 e 13 do artigo 13.º do referido decreto-lei.

3 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º, do mesmo decreto-lei, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho, que produz efeitos desde 26 de outubro de 2019.

4 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicitação na página eletrónica do Governo.

18 de novembro de 2019. — A Secretária de Estado do Turismo, *Rita Baptista Marques*.

ANEXO

Nota curricular

Júlia Marques Cardoso.

1 — Data de nascimento: 10 de dezembro de 1954.

2 — Habilitações académicas: 9.º ano de escolaridade.

3 — Exercício de funções de auxiliar no Gabinete do Ministro das Obras Públicas Transportes e Comunicações de 2003 a 2011.

4 — Exercício de funções de auxiliar no Gabinete do Secretário de Estado do Emprego de 2011 até 2013.

5 — Exercício de funções de auxiliar no Gabinete do Secretário de Estado do Turismo de 2013 até novembro de 2015.

6 — Exercício de funções de auxiliar no Gabinete do Secretário de Estado do Turismo de 26 de novembro de 2015 até 30 de abril de 2017.

7 — Exercício de funções de auxiliar no Gabinete do Secretário de Estado da Indústria de 1 de maio de 2017 até 15 de outubro de 2018.

8 — Exercício de funções de apoio administrativo no Gabinete da Secretária de Estado do Turismo do XXI Governo Constitucional de 16 de outubro de 2018 até 25 de outubro de 2019.

312774084



ECONOMIA E TRANSIÇÃO DIGITAL

Gabinete do Secretário de Estado para a Transição Digital

Despacho n.º 10994/2019

Sumário: Designa para exercer as funções de apoio técnico-administrativo no Gabinete Anabela Pereira dos Santos.

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 3.º, no n.º 9 do artigo 4.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo para exercer as funções de apoio técnico-administrativo do meu Gabinete Anabela Pereira dos Santos, assistente técnica do mapa de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Economia e Transição Digital.

2 — Os encargos com a remuneração da designada são assegurados pelo serviço de origem e pelo orçamento do meu Gabinete, nos termos do artigo 13.º do mesmo decreto-lei.

3 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do referido decreto-lei, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho, que produz efeitos desde 26 de outubro de 2019.

4 — Conforme o disposto nos artigos 12.º e 18.º do referido decreto-lei, publique-se na 2.ª série do *Diário da República* e publicite-se na página eletrónica do Governo.

7 de novembro de 2019. — O Secretário de Estado para a Transição Digital, *André Eduardo de Aragão Gonçalves de Azevedo*.

ANEXO

Nota curricular

1 — Dados pessoais

Nome: Anabela Pereira dos Santos
Data de nascimento: 17 de junho de 1966
Nacionalidade: Portuguesa

2 — Habilitações académicas

3.º Ciclo do Ensino Básico

3 — Experiência profissional

Exercício de funções de apoio técnico-administrativo, na área das Relações Públicas, nos Gabinetes do Secretário de Estado da Valorização do Interior do XXI Governo Constitucional, 2018-2019; do Secretário de Estado da Energia do XXI Governo Constitucional, 2015-2018; do Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações dos XIX e XX Governos Constitucionais, 2013-2015 e do Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações do XIX Governo Constitucional, 2012-2013

Exercício de funções na Divisão de Recursos Patrimoniais da Secretaria-Geral do ex-Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, 2011

Desempenho de funções de apoio técnico e administrativo no Gabinete do Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, 1986-2011

Ingressou na Função Pública, como Escriturária Datilógrafa no Ministério do Equipamento, Planeamento e Administração do Território, 1986

312773582



ECONOMIA E TRANSIÇÃO DIGITAL

Gabinete do Secretário de Estado para a Transição Digital

Despacho n.º 10995/2019

Sumário: Designa para exercer as funções de motorista no Gabinete Sérgio Paulo Pereira Soares.

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 3.º, no n.º 7 do artigo 4.º, nos n.ºs 1 e 2 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo, para exercer as funções de motorista no meu Gabinete Sérgio Paulo Pereira Soares, assistente operacional do Centro Hospitalar Universitário de Lisboa Central, E. P. E.

2 — Os encargos com a remuneração do designado são assegurados pelo orçamento do meu Gabinete.

3 — Para efeitos do disposto na alínea a) do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, a nota curricular do designado é publicada em anexo ao presente despacho.

4 — Nos termos do n.º 3 do artigo 11.º do mencionado decreto-lei, o presente despacho produz efeitos a 1 de novembro de 2019.

5 — Conforme o disposto nos artigos 12.º e 18.º do referido decreto-lei, publique-se na 2.ª série do *Diário da República* e publicite-se na página eletrónica do Governo.

7 de novembro de 2019. — O Secretário de Estado para a Transição Digital, *André Eduardo de Aragão Gonçalves de Azevedo*.

ANEXO

Nota curricular

1 — Dados pessoais:

Nome: Sérgio Paulo Pereira Soares.

Data de nascimento: 2 de dezembro de 1974.

Nacionalidade: portuguesa.

2 — Habilitações académicas:

3.º ciclo do ensino básico.

3 — Experiência profissional:

Exerce funções de motorista em gabinete ministerial desde 1 de fevereiro de 2010.

312773566



ECONOMIA E TRANSIÇÃO DIGITAL

Gabinete do Secretário de Estado para a Transição Digital

Despacho n.º 10996/2019

Sumário: Designa para exercer as funções de técnica especialista do Gabinete Aurélia Maria Godinho Martins.

1 — Ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1 a 4 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo para, de acordo com as suas habilitações e qualificações profissionais, exercer as funções de Técnica Especialista do meu Gabinete Aurélia Maria Godinho Martins, pertencente ao quadro do Instituto Português de Oncologia de Lisboa Francisco Gentil, E. P. E.

2 — Nos termos do n.º 6 do artigo 13.º do referido decreto-lei, o estatuto remuneratório da designada é o dos adjuntos.

3 — Os encargos com a remuneração da designada são assegurados pelo Instituto Português de Oncologia de Lisboa Francisco Gentil, E. P. E. e pelo orçamento do meu Gabinete, nos termos dos n.ºs 12 e 13 do artigo 13.º do referido Decreto-lei.

4 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do mesmo Decreto-lei, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho, que produz efeitos desde 26 de outubro de 2019.

5 — Conforme o disposto nos artigos 12.º e 18.º do referido decreto-lei, publique-se na 2.ª série do *Diário da República* e promova-se a respetiva publicitação na página eletrónica do Governo.

7 de novembro de 2019. — O Secretário de Estado para a Transição Digital, *André Eduardo de Aragão Gonçalves de Azevedo*.

ANEXO

Nota curricular

1 — Dados pessoais

Nome: Aurélia Maria Godinho Martins

Data de nascimento: 28 de dezembro de 1959

Nacionalidade: Portuguesa

2 — Habilitações académicas

Curso Complementar do Liceu

Lower Certificate in English, Instituto Britânico

Diplôme de Langue, Alliance Française

3 — Experiência profissional

Coordenadora do Gabinete de Apoio do Conselho de Administração, Instituto Português de Oncologia de Lisboa Francisco Gentil, 2012-2018

Adjunta, Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, 2008-2011

Assistente, Alto Representante das Nações Unidas para a Aliança das Civilizações, 2007-2013

Secretária Pessoal, Secretária de Estado Adjunta e da Saúde, 2006-2008

Secretária Pessoal, Casa Civil do Presidente da República, 2000-2006

Assessora, Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Economia, 1997-1999

Secretária Pessoal, Gabinete do Primeiro-Ministro, 1995-1997

Secretária Pessoal, Casa Civil do Presidente da República, 1990-1995



Técnica Administrativa, Edinfor, Grupo EDP, 1989-1990
Técnica de Gestão de Recursos Humanos, EDP — Eletricidade de Portugal, 1984-1989
Secretária Pessoal, Gabinete do Primeiro-Ministro, 1983-1984
Escriturária de Pessoal, EDP, Gestão de Recursos Humanos, 1978-1983

312773647



ECONOMIA E TRANSIÇÃO DIGITAL

Gabinete do Secretário de Estado para a Transição Digital

Despacho n.º 10997/2019

Sumário: Designa para exercer as funções de motorista no Gabinete João Miguel Silva Bartolo.

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 3.º, no n.º 7 do artigo 4.º, nos n.ºs 1 e 2 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo para exercer as funções de motorista no meu Gabinete João Miguel Silva Bartolo, assistente operacional da Comissão Nacional de Proteção de Dados.

2 — Os encargos com a remuneração do designado são assegurados pelo orçamento do meu Gabinete.

3 — Para efeitos do disposto na alínea a) do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, a nota curricular do designado é publicada em anexo ao presente despacho.

4 — Nos termos do n.º 3 do artigo 11.º do mencionado decreto-lei, o presente despacho produz efeitos a 29 de outubro de 2019.

5 — Conforme o disposto nos artigos 12.º e 18.º do referido decreto-lei, publique-se na 2.ª série do *Diário da República* e publicite-se na página eletrónica do Governo.

7 de novembro de 2019. — O Secretário de Estado para a Transição Digital, *André Eduardo de Aragão Gonçalves de Azevedo*.

ANEXO

Nota curricular

1 — Dados pessoais:

Nome: João Miguel Silva Bartolo.
Data de nascimento: 1 de abril de 1976.
Nacionalidade: portuguesa.

2 — Habilitações académicas:

3.º ciclo do ensino básico.

3 — Experiência profissional:

Exerce funções de motorista em gabinete ministerial, desde 2008.

312773696



ECONOMIA E TRANSIÇÃO DIGITAL

Gabinete do Secretário de Estado para a Transição Digital

Despacho n.º 10998/2019

Sumário: Designa para exercer as funções de apoio técnico-administrativo no Gabinete António José da Costa Bravo.

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 3.º, no n.º 7 do artigo 4.º, nos n.ºs 1 e 2 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo para exercer as funções de apoio técnico-administrativo no meu Gabinete António José da Costa Bravo, assistente técnico do mapa de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Economia e da Transição Digital.

2 — Os encargos com a remuneração do designado são assegurados pelo serviço de origem e pelo orçamento do meu Gabinete, nos termos dos n.ºs 12 e 13 do artigo 13.º do mencionado decreto-lei.

3 — Para efeitos do disposto na alínea a) do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, a nota curricular do designado é publicada em anexo ao presente despacho.

4 — Nos termos do n.º 3 do artigo 11.º do mencionado decreto-lei, o presente despacho produz efeitos a 26 de outubro de 2019.

5 — Conforme o disposto nos artigos 12.º e 18.º do referido Decreto-lei, publique-se na 2.ª série do *Diário da República* e publicite-se na página eletrónica do Governo.

7 de novembro de 2019. — O Secretário de Estado para a Transição Digital, *André Eduardo de Aragão Gonçalves de Azevedo*.

ANEXO

Nota curricular

1 — Dados pessoais

Nome: António José da Costa Bravo
Data de nascimento: 11 de julho de 1964
Nacionalidade: Portuguesa

2 — Habilitações académicas

Curso Geral do Liceu

3 — Experiência profissional

Exercício de funções de apoio administrativo nos Gabinetes de Apoio dos Membros do Governo do Ministério da Economia do XIX Governo Constitucional, 2015-2019, e do Ministério da Economia e do Emprego, 2011-2013.

Desempenho de funções de apoio administrativo no Gabinete do Secretário de Estado dos Transportes do XV ao XVIII Governos Constitucionais (2003-2011).

312773599



ECONOMIA E TRANSIÇÃO DIGITAL

Gabinete do Secretário de Estado para a Transição Digital

Despacho n.º 10999/2019

Sumário: Designa para exercer as funções de secretária pessoal do Gabinete Maria do Céu Martins de Sousa Severino.

1 — Ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1 a 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo, para exercer as funções de secretária pessoal do meu Gabinete Maria do Céu Martins de Sousa Severino, assistente técnica da Direção-Geral das Atividades Económicas do Ministério da Economia e da Transição Digital.

2 — Os encargos com a remuneração da designada são assegurados pelo serviço de origem e pelo orçamento do meu Gabinete, nos termos dos n.ºs 12 e 13 do artigo 13.º do referido decreto-lei.

3 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do mesmo decreto-lei, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho.

4 — Nos termos do n.º 3 do artigo 11.º do mencionado decreto-lei, o presente despacho produz efeitos a 26 de outubro de 2019.

5 — Conforme o disposto nos artigos 12.º e 18.º do referido decreto-lei, publique-se na 2.ª série do *Diário da República* e publicite-se na página eletrónica do Governo.

7 de novembro de 2019. — O Secretário de Estado para a Transição Digital, *André Eduardo de Aragão Gonçalves de Azevedo*.

ANEXO

Nota curricular

1 — Dados pessoais:

Nome: Maria do Céu Martins de Sousa Severino.

Data de nascimento: 28 de outubro de 1959.

Nacionalidade: portuguesa.

2 — Habilitações literárias:

2.º Ano do Curso Geral de Administração e Comércio.

Informática: Dbase III; WS-5.5; UNIPLEX — Processamento Texto; Agenda Eletrónica; Processamento Avançado; Rede Informática do Tribunal de Contas; Ambiente Windows; Excel; Word II; III Access; PowerPoint; Software de gestão documental.

Cursos de Aperfeiçoamento em Secretariado de Direção; Regras de Protocolo; Melhoria de Qualidade no Atendimento em Serviços Públicos; Inglês Básico e Inglês para Contactos Profissionais e Formação de Atendimento Telefónico.

3 — Experiência profissional:

Secretária pessoal do Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Economia do XXI Governo Constitucional, 2018-2019;

Secretária pessoal do Gabinete do Secretário de Estado da Indústria do XXI Governo Constitucional, 2016-2018;

Secretária do Diretor de Serviços para a Inovação e Competitividade Empresarial da Direção-Geral das Atividades Económicas do Ministério da Economia, 2011-2016;



Secretária da Direção de Promoção da Inovação, Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e Inovação — IAPMEI, 2009-2011;

Secretária no Gabinete do Ministro da Economia e da Inovação do XVII Governo Constitucional, 2008-2009;

Secretária do Coordenador do Grupo de Trabalho de Apoio à Presidência Europeia no Ministério da Economia, 2007-2008;

Secretária pessoal do Diretor-Geral da Empresa, 2005-2007.

312773744



ECONOMIA E TRANSIÇÃO DIGITAL

Gabinete do Secretário de Estado para a Transição Digital

Despacho n.º 11000/2019

Sumário: Designa para exercer as funções de apoio auxiliar no Gabinete Dionísia de Fátima Firmino Martins.

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo para exercer as funções de apoio auxiliar no meu Gabinete Dionísia de Fátima Firmino Martins, assistente operacional do mapa de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Economia e da Transição Digital.

2 — Os encargos com a remuneração da designada são assegurados pelo serviço de origem e pelo orçamento do meu Gabinete, nos termos do artigo 13.º do mesmo decreto-lei.

3 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do referido decreto-lei, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho, que produz efeitos desde 26 de outubro de 2019.

4 — Conforme o disposto nos artigos 12.º e 18.º do referido decreto-lei, publique-se na 2.ª série do *Diário da República* e publicite-se na página eletrónica do Governo.

7 de novembro de 2019. — O Secretário de Estado para a Transição Digital, *André Eduardo de Aragão Gonçalves de Azevedo*.

ANEXO

Nota curricular

1 — Dados pessoais

Nome: Dionísia de Fátima Firmino Martins

Data de nascimento: 1 de junho de 1959

Nacionalidade: Portuguesa

2 — Habilitações académicas

10.º ano de escolaridade

3 — Experiência profissional

Exercício de funções de apoio auxiliar nos Gabinetes do:

Secretário de Estado da Energia do XXI Governo Constitucional, 2015-2018.

Secretário de Estado da Valorização do Interior do XXI Governo Constitucional, 2018-2019.

Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações do XIX e XX Governos Constitucionais, 2013-2015.

Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações do XIX Governo Constitucional, 2012-2013.

Ministro da Economia e do Emprego do XIX Governo Constitucional, 2011-2012.

Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações dos XVII e XVIII Governos Constitucionais, 2008-2010.

312773663



ECONOMIA E TRANSIÇÃO DIGITAL

Gabinete do Secretário de Estado para a Transição Digital

Despacho n.º 11001/2019

Sumário: Designa para exercer as funções de chefe do Gabinete o doutorado Nelson Figueiredo de Pinho.

1 — Ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1 a 4 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo para exercer as funções de chefe do meu Gabinete, o doutorado Nelson Figueiredo de Pinho.

2 — Os encargos com a remuneração do designado são assegurados pelo orçamento do meu Gabinete.

3 — O designado fica autorizado a exercer as atividades referidas na alínea a) do n.º 3 do artigo 7.º do mencionado decreto-lei.

4 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do mesmo decreto-lei, a nota curricular do designado é publicada em anexo ao presente despacho, que produz efeitos desde 9 de novembro de 2019.

5 — Conforme o disposto nos artigos 12.º e 18.º do referido decreto-lei, publique-se na 2.ª série do *Diário da República* e publicite-se na página eletrónica do Governo.

11 de novembro de 2019. — O Secretário de Estado para a Transição Digital, *André Eduardo de Aragão Gonçalves de Azevedo*.

ANEXO

Nota curricular

1 — Dados pessoais:

Nome: Nelson Figueiredo de Pinho;
Data de nascimento: 13 de novembro de 1981;
Nacionalidade: Portuguesa.

2 — Habilitações académicas:

Doutoramento em Engenharia e Gestão Industrial, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, 2015;

Mestrado em Engenharia de Serviços e Gestão, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, 2009;

Licenciatura em Informática e Engenharia de Computadores, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, 2004.

3 — Experiência profissional:

Diretor das áreas de Saúde, Justiça e Segurança Nacional, Microsoft Portugal, 2017-2019;
Membro da Comissão Executiva e Diretor da área de Investigação e Desenvolvimento, Compta, S. A., 2014-2017;

Deputado do Health Parliament Portugal, integrando a Comissão de Sistemas de Informação da Saúde, 2017;

Professor convidado das cadeiras de Análise de Sistemas de Informação e Projetos de Desenvolvimento de *Software*, Instituto Politécnico do Porto, Escola Superior de Tecnologias, desde 2014;
Diretor-Geral e membro fundador da Kentra Technologies, 2012-2014;



Membro da Comissão Nacional do Registo de Saúde Eletrónico, Ministério da Saúde, 2010-2012;

Professor convidado, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, 2010-2012 e 2018-2019;

Investigador, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, 2009-2015.

312773809



ECONOMIA E TRANSIÇÃO DIGITAL

Gabinete do Secretário de Estado para a Transição Digital

Despacho n.º 11002/2019

Sumário: Designa, para o exercício das funções de adjunta do Gabinete, a licenciada Sandra Raquel da Conceição Gouveia.

1 — Ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 janeiro, designo, para o exercício das funções de adjunta do meu Gabinete, a licenciada Sandra Raquel da Conceição Gouveia, técnica superior do Turismo de Portugal, I. P.

2 — Nos termos e para os efeitos previstos no n.º 4 do artigo 5.º do referido decreto-lei, a designada substitui o chefe do meu Gabinete nas suas ausências e impedimentos.

3 — Os encargos com a remuneração da designada são assegurados pelo Turismo de Portugal, I. P., e pelo orçamento do meu Gabinete.

4 — Para efeitos do disposto na alínea a) do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho.

5 — Nos termos do n.º 3 do artigo 11.º do mencionado decreto-lei, o presente despacho produz efeitos a 1 de novembro de 2019.

6 — Conforme o disposto nos artigos 12.º e 18.º do referido decreto-lei, publique-se na 2.ª série do *Diário da República* e publicite-se na página eletrónica do Governo.

12 de novembro de 2019. — O Secretário de Estado para a Transição Digital, *André Eduardo de Aragão Gonçalves de Azevedo*.

ANEXO

Nota curricular

1 — Dados pessoais:

Nome: Sandra Raquel da Conceição Gouveia.

Data de nascimento: 7 de março de 1973.

Nacionalidade: Portuguesa.

2 — Habilitações académicas:

Licenciada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

3 — Experiência profissional:

Jurista no Turismo de Portugal, I. P., desde 2007.

Assessora do Gabinete do Secretário de Estado do Turismo do XVIII Governo Constitucional de Portugal, 2009-2011.

Consultora jurídica na Direção-Geral do Turismo, 2000-2007.

Exercício de advocacia, 1997-2008.

312773525



ECONOMIA E TRANSIÇÃO DIGITAL

Secretaria-Geral

Aviso n.º 18835/2019

Sumário: Autoriza a consolidação definitiva da mobilidade na mesma categoria do técnico superior José Rui Afonso Vera-Cruz.

Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 99.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, foi autorizada a consolidação definitiva da mobilidade, na mesma categoria e posição remuneratória, no mapa de pessoal desta Secretaria-Geral, do técnico superior José Rui Afonso Vera-Cruz, tendo sido celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com efeitos reportados a 30 de outubro de 2019.

12 de novembro de 2019. — A Secretária-Geral, *Maria Ermelinda Paulo Rodrigues da Silva Carrachás*.

312755462

NEGÓCIOS ESTRANGEIROS**Gabinete da Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação****Despacho n.º 11003/2019**

Sumário: Designação do motorista Manuel Gomes Duarte.

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo para exercer funções de motorista do meu Gabinete Manuel Gomes Duarte, assistente operacional do mapa de pessoal do Camões — Instituto da Cooperação e da Língua, I. P.

2 — Os encargos com a remuneração do designado são assegurados pelo Camões I. P. e pelo orçamento do meu Gabinete, nos termos do n.º 14 do artigo 13.º do mesmo decreto-lei.

3 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do mesmo decreto-lei, a nota curricular do designado é publicada em anexo ao presente despacho, que produz efeitos desde 26 de outubro de 2019.

4 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicitação na página eletrónica do Governo.

28 de outubro de 2019. — A Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação,
Maria Teresa Gonçalves Ribeiro.

ANEXO**Nota curricular**

12.º ano de escolaridade. Em 1995 foi incorporado na Escola de Tropas Aerotransportada em Tancos. De 1995 a 1997 — 2.º cabo — funções de motorista e chefe de esquadra no BIAT. De 1996 a 1997 — Cumpru uma missão de paz na Bósnia Herzegovina, no âmbito da IFOR, ao serviço da NATO. De 1997 a 1998 — 1.º cabo — Desempenhou funções de comandante de esquadra, no 3. Batalhão de Infantaria Aerotransportado (BIAT). De 2000 a 2005 — cabo-adjunto — Desempenhou funções de comandante de esquadra e condutor, no 1.º Batalhão de Infantaria Paraquedista (BIPARA). De 2001 a 2005 — cumpriu as seguintes missões de paz, como chefe de secção na área de transporte e segurança, de corpos diplomáticos e de altas patentes militares: Kosovo, no âmbito da KFOR/NATO (2004-2005); Bósnia Herzegovina, no âmbito da Operação Joint Force/NATO (2002-2003); Timor-Leste, no âmbito da UNTAET/ONU (2001); Bósnia-Herzegovina, no âmbito da IFOR/NATO — de 1996 a 1997. De 2008 a 2011 — motorista do Presidente do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, I. P.. De 2011 a 2013 — motorista do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação. De abril a julho de 2013 — motorista do Vice-Presidente do Camões — Instituto da Cooperação e da Língua, I. P. De julho de 2013 a novembro de 2015 motorista do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação. De novembro de 2015 a outubro de 2019 motorista do Gabinete da secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação. Louvores atribuídos pelo Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, pelo Estado-Maior do Exército, pelo Comandante da Companhia de Comandos. Condecorado com as Medalhas de Ouro dos Serviços Distintos Coletivo, Cobre de Comportamento Exemplar e D. Afonso Henriques. Carta de condução de ligeiros, categoria B; Conhecimentos informáticos na ótica do utilizador (Windows, Internet, Word, PowerPoint, *software* e *hardware*).

312749469



NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Secretaria-Geral

Aviso (extrato) n.º 18836/2019

Sumário: Conclusão com sucesso do período experimental e celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado para o desempenho de funções da carreira/categoria de assistente técnico de Fernando Nuno Coelho Guerreiro.

Nos termos dos artigos 45.º e seguintes do Anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, após homologação da Ata de Avaliação Final do Júri constituído para o efeito, torna-se público que Fernando Nuno Coelho Guerreiro concluiu com sucesso o período experimental, com a avaliação final de 17,60 valores, na sequência da celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para o desempenho de funções da carreira/categoria de assistente técnico, na Direção de Serviços de Recursos Humanos da Secretaria-Geral deste Ministério.

7 de novembro de 2019. — O Diretor do Departamento Geral de Administração, *Pedro Sousa e Abreu*.

312749582



NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Secretaria-Geral

Aviso (extrato) n.º 18837/2019

Sumário: Maria Cristina Machado Silva concluiu com sucesso o período experimental para o desempenho de funções da carreira/categoria de assistente técnico.

Nos termos dos artigos 45.º e seguintes do Anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, após homologação da Ata de Avaliação Final do Júri constituído para o efeito, torna-se público que Maria Cristina Machado Silva, concluiu com sucesso o período experimental, com a avaliação final de 16,52 valores, na sequência da celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para o desempenho de funções da carreira/categoria de assistente técnico, na Direção de Serviços de Recursos Humanos da Secretaria-Geral deste Ministério.

12 de novembro de 2019. — O Diretor do Departamento Geral de Administração, *Pedro Sousa e Abreu*.

312757139



DEFESA NACIONAL

Gabinete do Ministro

Declaração de Retificação n.º 922/2019

Sumário: Retificação do Despacho n.º 7338/2019, de 26 de julho.

Ao abrigo do disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 12.º do Regulamento de Publicação de Atos no *Diário da República*, aprovado pelo Despacho Normativo n.º 15/2016, de 16 de dezembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 243, de 21 de dezembro de 2016, declara-se que o Despacho n.º 7338/2019, de 26 de julho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 158, de 20 de agosto de 2019, saiu com a seguinte inexatidão que, mediante declaração da entidade emitente, assim se retifica:

Onde se lê:

«[...] Zona 3 [...]»

deve ler-se:

«[...] Zona 2 [...]».

8 de novembro de 2019. — O Ministro da Defesa Nacional, *João Titterington Gomes Cravinho*.

312751088



DEFESA NACIONAL

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 11004/2019

Sumário: Assinatura do «Amendment Three to the Memorandum of Understanding Regarding the Organisational Structure for the Implementation and the Operations of the Battlefield Informations Collection and Exploitation Systems (BICES)».

Considerando que, na Cimeira da NATO de novembro de 2010, foi determinada a reestruturação da Estrutura de Comandos da Aliança e das suas Agências, decorrente da qual o «NATO Battlefield Information, Collection and Exploitation System (BICES)» ficou sob a coordenação e gestão do «BICES Group Executive (BGX)»;

Considerando que o «Memorandum of Understanding (MoU) regarding the organisational structure of the implementation and operations of BICES» foi aprovado em 2006 e foi objeto de alterações («Amendments») em 2012 e 2013;

Considerando a necessidade de aprovar e assinar a terceira alteração ao referido MoU, de forma a regular a gestão do BICES de 2020 a 2027;

Considerando que os encargos financeiros inerentes à presente proposta de alteração do MoU serão suportados pelo orçamento da Lei de Programação Militar;

Atento o anteriormente exposto, e verificando-se que não existem aspetos normativos e de natureza orçamental que justifiquem a inviabilidade da sua aprovação pelo Estado Português, determino o seguinte:

1 — Aprovo, nos termos da alínea g) do n.º 3 do artigo 14.º da Lei de Defesa Nacional, aprovada pela Lei Orgânica n.º 1-B/2009, de 7 de julho, na sua redação atual, a minuta do «Amendment Three to The Memorandum of Understanding regarding the organisational structure for the implementation and the operations of the Battlefield Information Collection and Exploitation Systems» e respetiva versão francesa, que me foram submetidas através do ofício n.º 2826/GC-G, de 4 de outubro de 2019, do Gabinete do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas.

2 — Delego, com faculdade de subdelegação, no Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, Almirante António Manuel Fernandes da Silva Ribeiro, a assinatura do «Amendment Three to The Memorandum of Understanding regarding the organisational structure for the implementation and the operations of the Battlefield Information Collection and Exploitation Systems», nos termos do disposto nos artigos 44.º a 50.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro.

11 de novembro de 2019. — O Ministro da Defesa Nacional, *João Titterington Gomes Cravinho*.

312751355



DEFESA NACIONAL

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional

Despacho n.º 11005/2019

Sumário: Ratificação e implementação do STANAG 3501 AMD (Edition 04).

A Normalização constitui-se como instrumento decisivo de melhoria da eficácia operacional por via da promoção da interoperabilidade das forças, sistemas e equipamentos militares, com decorrente incremento de eficiência na utilização dos recursos disponíveis.

Atento o contributo trazido pela Normalização ao desempenho das Forças Armadas no cumprimento das missões de Defesa, designadamente no contexto da sua integração em forças multinacionais, e tendo presentes os compromissos a que o país se encontra vinculado em matéria de Normalização no quadro da OTAN, por despacho do Diretor-Geral da Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional, no uso das competências que lhe foram delegadas, nos termos da alínea i) do n.º 1, no Despacho n.º 2128/2019, do Ministro da Defesa Nacional, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 04 de março, Portugal ratifica o STANAG 3501 AMD (Edition 04) — Performance of Portable Filter-blowers for Aircrew CBRN Respirators — AAMedP-1.22 Edition A, com reservas de implementação na data da sua promulgação no Exército e na Força Aérea.

Este despacho entra em vigor no dia seguinte ao da respetiva publicação.

29 de outubro de 2019. — O Diretor-Geral, *Alberto António Rodrigues Coelho*.

312752602



DEFESA NACIONAL

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional

Despacho n.º 11006/2019

Sumário: Ratificação e implementação do STANAG 3474 AMD (Edition 06).

A Normalização constitui-se como instrumento decisivo de melhoria da eficácia operacional por via da promoção da interoperabilidade das forças, sistemas e equipamentos militares, com decorrente incremento de eficiência na utilização dos recursos disponíveis.

Atento o contributo trazido pela Normalização ao desempenho das Forças Armadas no cumprimento das missões de Defesa, designadamente no contexto da sua integração em forças multinacionais, e tendo presentes os compromissos a que o país se encontra vinculado em matéria de Normalização no quadro da OTAN, por despacho do Diretor-Geral da Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional, no uso das competências que lhe foram delegadas, nos termos da alínea i) do n.º 1, no Despacho n.º 2128/2019, do Ministro da Defesa Nacional, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 04 de março, Portugal ratifica o STANAG 3474 AMD (Edition 06) — Temporary Flying Restrictions Due to Exogenous Factors Affecting Aircrew Efficiency — AAMedP-1.6 Edition A, com reservas de implementação na data da sua promulgação no Exército e na Força Aérea.

Este despacho entra em vigor no dia seguinte ao da respetiva publicação.

29 de outubro de 2019. — O Diretor-Geral, *Alberto António Rodrigues Coelho*.

312752554



DEFESA NACIONAL

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional

Despacho n.º 11007/2019

Sumário: Ratificação e implementação do STANAG 6506 MEDSTD (Edition 01).

A Normalização constitui-se como instrumento decisivo de melhoria da eficácia operacional por via da promoção da interoperabilidade das forças, sistemas e equipamentos militares, com decorrente incremento de eficiência na utilização dos recursos disponíveis.

Atento o contributo trazido pela Normalização ao desempenho das Forças Armadas no cumprimento das missões de Defesa, designadamente no contexto da sua integração em forças multinacionais, e tendo presentes os compromissos a que o país se encontra vinculado em matéria de Normalização no quadro da OTAN, por despacho do Diretor-Geral da Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional, no uso das competências que lhe foram delegadas, nos termos da alínea i) do n.º 1, no Despacho n.º 2128/2019, do Ministro da Defesa Nacional, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 04 de março, Portugal ratifica o STANAG 6506 MEDSTD (Edition 01) — Modular Approach for Multinational Medical Treatment Facilities (MTF) — AMedP-9.1 Edition A, com implementação futura na Marinha, com reservas de implementação futura no Exército e com reservas de implementação na data da sua promulgação na Força Aérea.

Este despacho entra em vigor no dia seguinte ao da respetiva publicação.

30 de outubro de 2019. — O Diretor-Geral, *Alberto António Rodrigues Coelho*.

312752716



DEFESA NACIONAL

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional

Despacho n.º 11008/2019

Sumário: Ratificação e implementação do STANAG 3943 AMD (Edition 04).

A Normalização constitui-se como instrumento decisivo de melhoria da eficácia operacional por via da promoção da interoperabilidade das forças, sistemas e equipamentos militares, com decorrente incremento de eficiência na utilização dos recursos disponíveis.

Atento o contributo trazido pela Normalização ao desempenho das Forças Armadas no cumprimento das missões de Defesa, designadamente no contexto da sua integração em forças multinacionais, e tendo presentes os compromissos a que o país se encontra vinculado em matéria de Normalização no quadro da OTAN, por despacho do Diretor-Geral da Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional, no uso das competências que lhe foram delegadas, nos termos da alínea i) do n.º 1, no Despacho n.º 2128/2019, do Ministro da Defesa Nacional, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 04 de março, Portugal ratifica o STANAG 3943 AMD (Edition 04) — Physiological Requirements for Aircrew CBRN Defence Assemblies Used in Flight — AAMedP-1.16 Edition A, com implementação futura na Marinha e com reservas de implementação na data da sua promulgação no Exército e na Força Aérea.

Este despacho entra em vigor no dia seguinte ao da respetiva publicação.

30 de outubro de 2019. — O Diretor-Geral, *Alberto António Rodrigues Coelho*.

312752651



DEFESA NACIONAL

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional

Despacho n.º 11009/2019

Sumário: Ratificação e implementação do STANAG 6516 MEDSTD (Edition 01).

A Normalização constitui-se como instrumento decisivo de melhoria da eficácia operacional por via da promoção da interoperabilidade das forças, sistemas e equipamentos militares, com decorrente incremento de eficiência na utilização dos recursos disponíveis.

Atento o contributo trazido pela Normalização ao desempenho das Forças Armadas no cumprimento das missões de Defesa, designadamente no contexto da sua integração em forças multinacionais, e tendo presentes os compromissos a que o país se encontra vinculado em matéria de Normalização no quadro da OTAN, por despacho do Diretor-Geral da Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional, no uso das competências que lhe foram delegadas, nos termos da alínea i) do n.º 1, no Despacho n.º 2128/2019, do Ministro da Defesa Nacional, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 04 de março, Portugal ratifica o STANAG 6516 MEDSTD (Edition 01) — NATO Trauma Registry System — AMedP-8.16 Edition A, com implementação futura na Marinha e no Exército.

Este despacho entra em vigor no dia seguinte ao da respetiva publicação.

30 de outubro de 2019. — O Diretor-Geral, *Alberto António Rodrigues Coelho*.

312752757



DEFESA NACIONAL

Marinha

Escola Naval

Despacho (extrato) n.º 11010/2019

Sumário: Autorizada a celebração do contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

Por despacho de 20 de dezembro de 2018 de Sua Ex.^a o Chefe do Estado-Maior da Armada, foi autorizada a celebração do contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado. Na sequência de procedimento concursal para ocupação de posto de trabalho na carreira de docente universitário, categoria de professor auxiliar, do Mapa de Pessoal Docente Civil da Escola Naval, aberto pelo Aviso n.º 596/2019, no *Diário da República*, 2.ª série n.º 6, de 9 de janeiro de 2019, ao abrigo do despacho de delegação de competências do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada n.º 3444/2018 de 11 de abril de 2018, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado, com o docente Pedro Manuel Geada Borda de Água, com efeitos a partir de 17 de junho de 2019, sujeito a um período experimental de 5 anos. Este docente está colocado no 1.º escalão da categoria de professor auxiliar, índice 195, da tabela remuneratória do pessoal docente Universitário.

30-10-2019. — O Comandante da Escola Naval, *Mário José Simões Marques*, Contra-Almirante.

312751566



DEFESA NACIONAL

Marinha

Escola Naval

Despacho (extrato) n.º 11011/2019

Sumário: Celebração do contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

Por despacho de 20 de dezembro de 2018 de Sua Ex.^a o Chefe do Estado-Maior da Armada, foi autorizada a celebração do contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado. Na sequência de procedimento concursal para ocupação de posto de trabalho na carreira de docente universitário, categoria de professor auxiliar, do mapa de pessoal docente civil da Escola Naval, aberto pelo Aviso n.º 598/2019, no *Diário da República*, 2.ª série n.º 6, de 9 de janeiro de 2019, ao abrigo do despacho de delegação de competências do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada n.º 3444/2018 de 11 de abril de 2018, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado, com o docente João Manuel de Almeida Monteiro Felício, com efeitos a partir de 16 de janeiro de 2020, sujeito a um período experimental de 5 anos. Este docente está colocado no 1.º escalão da categoria de professor auxiliar, índice 195, da tabela remuneratória do pessoal docente Universitário.

30-10-2019. — O Comandante da Escola Naval, *Mário José Simões Marques*, Contra-Almirante.

312751582



DEFESA NACIONAL

Marinha

Superintendência do Pessoal

Aviso n.º 18838/2019

Sumário: Concurso de admissão para ingresso na categoria de Oficiais da Classe de Médicos Navais (MN) dos Quadros Permanentes (QP).

Concurso de Admissão para Ingresso na Categoria de Oficiais da Classe de Médicos Navais (MN) dos Quadros Permanentes (QP)

1 — Nos termos estabelecidos na Lei do Serviço Militar, aprovada pela Lei n.º 174/99, de 21 de setembro, alterada pela Lei Orgânica n.º 1/2008, de 6 de maio e respetivo Regulamento da Lei do Serviço Militar, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 289/2000, de 14 de novembro e alterado pela Decreto-Lei n.º 52/2009, de 2 de março, e no Estatuto dos Militares das Forças Armadas aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 90/2015 de 29 de maio, do Estatuto da Carreira Médico-Militar, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 519-B/77, de 17 de dezembro, com as alterações introduzidas no Decreto-Lei n.º 332/86, de 2 de outubro, e ao abrigo das condições de ingresso reguladas na Portaria n.º 632/78, de 21 de outubro e regulamentadas pelo Despacho do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada n.º 60/79, de 12 de junho, alterado e republicado pelo Despacho do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada n.º 85/16, de 30 de novembro, torna-se público que se encontra aberto pelo prazo de 15 dias úteis, para preenchimento de oito vagas previstas, o concurso externo para admissão ao Curso de Formação de Oficiais (CFO), que habilita ao ingresso na categoria de oficiais da classe de MN dos QP da Marinha.

2 — São condições gerais de admissão, cumulativamente:

- a) Ter nacionalidade portuguesa;
- b) Possuir aptidão física e psíquica adequada, verificada em inspeção médica;
- c) Possuir Mestrado, ou Licenciatura pré-Bolonha, em Medicina, obtidos em universidade portuguesa ou reconhecida em Portugal;
- d) Ter a situação militar regularizada ou ser militar dos quadros permanentes;
- e) Não ter sido condenado criminalmente em pena de prisão efetiva.

3 — São condições especiais de admissão:

- a) Ter idade igual ou inferior a 30 anos no dia 31 de dezembro do corrente ano, exceto no que respeita aos militares dos QP;
- b) Frequentar o ano comum ou o internato de especialidade das carreiras médicas civis;
- c) A satisfação dos parâmetros médicos, físicos e psicológicos, cuja aferição é feita de acordo com as “Tabelas Gerais de Inaptidão e Incapacidade para o Serviço nas Forças Armadas”, conforme Portaria n.º 790/99, de 7 de setembro, na redação que lhe foi dada pelas Portarias n.º 1157/2000, de 7 de dezembro e n.º 1195/2001, de 16 de outubro, disponível em <http://recrutamento.marinha.pt>.
- d) Não possuir piercings, tatuagens ou outras formas de arte corporal que sejam visíveis no uso dos uniformes n.º 3-B e n.º 4-B (manga comprida com calças), sem luvas e sem boné (i.e., cabeça, pescoço, mãos e pulsos), bem como cumprir com as demais disposições conforme Despacho do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada n.º 39/17, de 2 de agosto, disponível em <http://recrutamento.marinha.pt>.

4 — A este concurso aplica-se o Regulamento de Incentivos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 76/2018, de 11 de outubro.



5 — Em cumprimento com a alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição da República Portuguesa, a Marinha, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

6 — Com vista a admissão ao concurso, a candidatura deve ser formalizada até à data de encerramento do concurso, através do link «candidaturas on-line», disponível em <https://candidaturas.marinha.pt/>, com o preenchimento da informação requerida e submissão dos documentos indicados no ponto 8 digitalizados.

7 — Documentação necessária para admissão a concurso:

a) Certificado de habilitações literárias passado por estabelecimento de ensino oficial nacional. Caso o documento não seja emitido por estabelecimentos de ensino oficial nacional, deve ser acompanhado por um certificado de equivalência do Ministério da Educação;

b) Declaração que ateste a frequência do ano comum ou do internato de especialidade das carreiras médicas civis;

c) *Curriculum Vitae*, que complete os aspetos que serão apreciados e valorizados nos termos do n.º 16 da Portaria n.º 632/78, de 21 de outubro disponível em <http://recrutamento.marinha.pt>;

d) Certidão do Registo Criminal, emitida até 90 dias antes da data de encerramento do concurso;

e) Fotocópia da cédula militar ou a declaração de situação militar regularizada;

f) Folha de matrícula ou Nota de Assentos, respetivamente, para os candidatos que prestem ou tenham prestado serviço no Exército ou na Força Aérea e informação que ateste a titularidade de avaliação de mérito favorável, relativamente ao período de serviço militar eventualmente prestado no respetivo ramo;

g) Autorização do Chefe do Estado-Maior do respetivo ramo, para os candidatos militares.

8 — São admitidos a concurso os candidatos cujas candidaturas foram formalizadas nos termos dos pontos 6 e 7.

9 — A lista de candidatos admitidos e não admitidos é publicada no Portal do Recrutamento na internet em <http://recrutamento.marinha.pt>, sendo os candidatos notificados desse ato por correio eletrónico (e-mail) ⁽¹⁾.

10 — A convocatória dos candidatos admitidos a concurso, com indicação do dia, hora e local onde se devem apresentar para as provas de classificação e seleção será efetuada por correio eletrónico (e-mail) ⁽¹⁾.

11 — As provas de classificação e seleção:

a) Têm a duração mínima prevista de quatro dias, seguidos ou interpolados;

b) A verificação da aptidão médica para o serviço militar, é feita de acordo com o normativo indicado na alínea c. do ponto 3;

c) A avaliação da capacidade psicotécnica é efetuada através da realização de provas normalizadas, selecionadas do sistema de Testes de Viena, de forma a avaliar aptidões, características e competências do candidato para aquisição dos conhecimentos presentes nos objetivos do curso e para o exercício das funções para os quais o curso habilita, resultando na classificação de “Suficiente” ou “Insuficiente”, sendo eliminados do concurso os candidatos que não compareçam ou sejam classificados com “Insuficiente”.

d) As provas, teóricas e práticas, são realizadas de acordo com o estabelecido na Portaria n.º 632/78, de 21 de outubro, conjugada com o Despacho do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada n.º 60/79, de 12 de junho, alterado e republicado pelo Despacho do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada n.º 85/16, de 30 de novembro disponíveis em <http://recrutamento.marinha.pt>. As referidas provas são eliminatórias, não podendo realizar mais nenhuma prova o candidato que, em qualquer uma, não compareça ou obtenha classificação inferior a 10 valores;

e) As provas físicas são efetuadas por todos os candidatos de acordo com as normas de execução previstas no Despacho do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada n.º 02/02, de 17 de janeiro, alterado pelo Despacho do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada n.º 64/05, de 26 de outubro que servirão de desempate em caso de igualdade de classificação final;



f) Para a realização das provas de avaliação da destreza física é necessário que os candidatos declarem possuir a necessária robustez física, através do preenchimento, no primeiro dia de provas, de formulário próprio.

g) Para a realização da verificação da aptidão médica e das provas de avaliação da destreza física é necessário que os candidatos preencham e submetam na aplicação do recrutamento o Auto Questionário de Saúde (AQS), acompanhado do Eletrocardiograma e RX ao Tórax, com respetivos relatórios e o resultado das análises clínicas indicadas no ponto 13, até cinco dias antes da data do primeiro dia de provas;

h) As provas incluem a realização de análises toxicológicas, cujo resultado positivo constitui motivo de eliminação do concurso.

12 — Os encargos financeiros decorrentes das deslocações dos candidatos, em território nacional, são assumidos pela Marinha.

13 — No primeiro dia de provas os candidatos devem ser portadores dos originais de:

a) AQS devidamente preenchido, cujo formulário se encontra disponível em <http://recrutamento.marinha.pt>;

b) Eletrocardiograma e RX ao Tórax, com respetivos relatórios;

c) Cartão de Cidadão;

d) Boletim de Vacinas ou equivalente, conforme previsto no plano nacional de vacinação;

e) Análises clínicas, efetuadas até 180 dias antes da data de encerramento do concurso, com os seguintes parâmetros:

i) Hemograma completo com plaquetas;

ii) Tempo de Protrombina;

iii) Tempo de Tromboplastina parcial ativada (P.T.T.a);

iv) Grupo Sanguíneo (Sistema ABO e RH);

v) Glicose em Jejum;

vi) Ureia;

vii) Creatinina;

viii) Ionograma;

ix) Asparto Aminotransferase (AST ou GOT);

x) Creatino-Quinase (CK);

xi) Anticorpos Anti HIV1+HIV2;

xii) Urina II;

f) Documentos indicados no ponto 7.

14 — A seleção e apreciação dos candidatos compete ao júri nomeado por Despacho do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada.

15 — Ordenamento e divulgação dos resultados:

a) Os candidatos são classificados e ordenados conforme estabelecido na Portaria n.º 632/78, de 21 de outubro, conjugada com o Despacho do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada n.º 60/79, de 12 de junho de 1979, alterado e republicado pelo Despacho do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada n.º 85/16, de 30 de novembro, disponíveis em <http://recrutamento.marinha.pt>;

b) Os resultados do concurso serão afixados, para conhecimento público, no átrio da secção de Concursos da Repartição de Recrutamento e Seleção da Direção de Pessoal e divulgados no Portal do Recrutamento da Marinha na internet em <http://recrutamento.marinha.pt>;

c) A convocatória para a incorporação dos candidatos que ficaram dentro das vagas, com indicação do dia, hora e local onde se devem apresentar, será efetuada por correio eletrónico (e-mail) ⁽¹⁾.

16 — Prevê-se que a incorporação, na Marinha, ocorra em março de 2019.



17 — Para qualquer esclarecimento contactar:

Centro de Recrutamento da Armada, Praça da Armada, 1350-027 Lisboa;

Telefone: 213 945 469/213 429 408

Número Verde: 800 204 635 (chamada grátis, com origem na rede fixa)

Página da internet: <http://recrutamento.marinha.pt>

Facebook: <http://www.facebook.com/RecrutamentoMarinha> e-mail: recrutamento@marinha.pt

(¹) Endereço de correio eletrónico que indicaram na sua candidatura *on-line*.

11 de novembro de 2019. — O Chefe da Repartição de Recrutamento e Seleção, *Paulo Alexandre da Silva Alves Martins*, Capitão-de-Mar-e-Guerra.

312751388



ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 11012/2019

Sumário: Designação de Maria Fernanda Domingues Pereira Gonçalves para exercer as funções de outro pessoal auxiliar do Gabinete do Ministro da Administração Interna.

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo para exercer as funções de outro pessoal auxiliar do meu Gabinete Maria Fernanda Domingues Pereira Gonçalves.

2 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do mesmo decreto-lei, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho, que produz efeitos a partir de 26 de outubro de 2019.

3 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicitação na página eletrónica do Governo.

6 de novembro de 2019. — O Ministro da Administração Interna, *Eduardo Arménio do Nascimento Cabrita*.

ANEXO

Nota curricular

Experiência profissional na área:

De outubro de 2017 até à presente data — Ministério da Administração Interna — Gabinete do Ministro da Administração Interna — assistente operacional;

Desde novembro de 2014 a outubro de 2017 — Ministério da Administração Interna — Gabinete da Ministra da Administração Interna — assistente operacional;

De 21 de junho de 2011 a novembro de 2014 — Ministério da Administração Interna — Gabinete do Ministro da Administração Interna — assistente operacional;

De 31 de outubro de 2009 a 20 de junho de 2011 — Ministério da Administração Interna — Gabinete do Ministro da Administração Interna — assistente operacional;

De 17 de maio de 2007 a 30 de outubro de 2009 — Ministério da Administração Interna — Gabinete do Secretário de Estado Adjunto da Administração Interna — assistente operacional;

De 1 de outubro de 2005 a 16 de maio de 2007 — Ministério da Administração Interna — Gabinete do Secretário de Estado Adjunto da Administração Interna — assistente operacional;

De 7 de abril de 2002 a 30 de setembro de 2005 — Ministério da Administração Interna — Secretaria-Geral — auxiliar de limpeza;

De 3 de setembro de 2001 a 6 de abril de 2002 — Ministério da Administração Interna — Gabinete do Ministro da Administração Interna — assistente operacional;

De 12 de julho de 1999 a 2 de setembro de 2001 — Ministério da Administração Interna — Secretaria-Geral — auxiliar de limpeza.

Formação:

4.º ano de escolaridade.

Curso — Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna — ECO: Equipa, Comunicação e Objetivos — outubro de 2008.



Louvores:

Louvor n.º 924/2011, de 17 de junho — Ministro da Administração Interna, Rui Carlos Pereira;
Louvor n.º 817/2009, de 16 de outubro — Secretário de Estado Adjunto e da Administração
Interna, José Manuel dos Santos de Magalhães.

312745401



ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Guarda Nacional Republicana

Comando-Geral

Declaração de Retificação n.º 923/2019

Sumário: Retificação de data de passagem à situação de reforma.

Por ter saído com inexatidão o Despacho n.º 9583/2019, de 23 de outubro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 204, de 23 de outubro de 2019, retifica-se que na data de reforma do referido despacho, onde se lê «Cabo Infantaria 1830528 Sotero Fernando Martins Exposto 30-dec-2012» deve ler-se «Cabo Infantaria 1830528 Sotero Fernando Martins Exposto 30-dec-2017».

7 de novembro de 2019. — O Comandante-Geral da Guarda Nacional Republicana, *Luís Francisco Botelho Miguel*, Tenente-General.

312755876



ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Polícia de Segurança Pública

Direção Nacional

Aviso n.º 18839/2019

Sumário: Consolidação da mobilidade intercarreiras — Filipe Costa.

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e nos termos do artigo 99.º-A, aditado à Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas pelo artigo 270.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro (LOE), torna-se público que, por despacho de 04 de outubro de 2019, de Sua Excelência a Secretária de Estado da Administração e do Emprego Público, foi obtido parecer favorável à consolidação da mobilidade intercarreiras do seguinte agente do mapa de pessoal da Polícia de Segurança Pública: Filipe José Dias Costa, tendo sido integrado na carreira/categoria de técnico superior, passando a auferir pela 2.ª posição remuneratória — nível 5 da tabela remuneratória única, a que corresponde a remuneração de 1.201,48 (euro), após o termo do período experimental, e celebrado o respetivo contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com efeitos a 24 de janeiro de 2019.

07-11-2019. — O Diretor do Departamento de Recursos Humanos, *Dr. Manuel João*, técnico superior.

312748691



ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Polícia de Segurança Pública

Direção Nacional

Aviso n.º 18840/2019

Sumário: Consolidação da mobilidade intercarreiras — Daniel Pereira.

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e nos termos do artigo 99.º-A, aditado à Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas pelo artigo 270.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro (LOE), torna-se público que, por despacho de 04 de outubro de 2019, de Sua Excelência a Secretária de Estado da Administração e do Emprego Público, foi obtido parecer favorável à consolidação da mobilidade intercarreiras do seguinte agente do mapa de pessoal da Polícia de Segurança Pública: Daniel de Oliveira de Figueiredo Pereira, tendo sido integrado na carreira/categoria de técnico superior, passando a auferir pela 2.ª posição remuneratória — nível 15 da tabela remuneratória única, a que corresponde a remuneração de 1.201,48 (euro), após o termo do período experimental, e celebrado o respetivo contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com efeitos a 24 de janeiro de 2019.

07-11-2019. — O Diretor do DRH, *Dr. Manuel João*, técnico superior.

312761042



ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Polícia de Segurança Pública

Direção Nacional

Aviso n.º 18841/2019

Sumário: Consolidação da mobilidade interna na categoria — Alexandre Carvalho.

Por despacho de 03-07-2019, de S. Exa. o Diretor Nacional Adjunto/UORH e após anuência do Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais do Ministério das Finanças, foi autorizada a consolidação da mobilidade interna na categoria, do Assistente Técnico — M/002926 Alexandre António Capela Mendonça Sá de Carvalho, no mapa de pessoal da PSP, nos termos dos artigos 92.º e seguintes, da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, sendo as funções exercidas no Departamento de Gestão Financeira, da Direção Nacional da PSP, com efeitos a 01-10-2017, nos termos da mesma legislação.

8-11-2019. — O Diretor do DRH, *Dr. Manuel João*, técnico superior.

312761034



ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Polícia de Segurança Pública

Direção Nacional

Aviso n.º 18842/2019

Sumário: Consolidação da mobilidade interna na categoria — Anastácia Silva.

Por despacho de 07-06-2019, de S. Exa. o Diretor Nacional Adjunto/UORH e após anuência da União de Freguesias de Queluz — Belas, foi autorizada a consolidação da mobilidade interna na categoria, da Assistente Técnica — M/002918 Anastácia José Almeida Silva, no mapa de pessoal da PSP, nos termos dos artigos 92.º e seguintes, da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, sendo as funções exercidas no Comando Metropolitano de Lisboa, com efeitos a 01-09-2018, nos termos da mesma legislação.

08-11-2019. — O Diretor do Departamento de Recursos Humanos, *Dr. Manuel João*, técnico superior.

312761026



ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Polícia de Segurança Pública

Direção Nacional

Aviso n.º 18843/2019

Sumário: Consolidação da mobilidade interna na categoria — Carlos Comédias.

Por despacho de 03-07-2019, de S. Exa. o Diretor Nacional Adjunto/UORH e após anuência da Secretaria Geral do MAI, foi autorizada a consolidação da mobilidade interna na categoria, do Assistente Técnico—M/002922 Carlos Telmo Bica Comédias, no mapa de pessoal da PSP, nos termos dos artigos 92.º e seguintes, da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, sendo as funções exercidas no Departamento de Logística, da Direção Nacional da PSP, com efeitos a 01-10-2018, nos termos da mesma legislação.

8-11-2019. — O Diretor do DRH, *Dr. Manuel João*, técnico superior.

312761018



JUSTIÇA

Gabinete da Ministra

Despacho n.º 11013/2019

Sumário: Designa para o exercício de funções de apoio técnico-administrativo ao Gabinete da Ministra da Justiça Ana Cristina Araújo Abrunhosa Espinheira.

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 3.º, no n.º 8 do artigo 4.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo para o exercício de funções de apoio técnico-administrativo ao meu Gabinete Ana Cristina Araújo Abrunhosa Espinheira, com fundamento na experiência acumulada no exercício de funções de apoio técnico em gabinetes ministeriais.

2 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho, que produz efeitos a 26 de outubro de 2019.

3 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicação na página eletrónica do Governo.

7 de novembro de 2019. — A Ministra da Justiça, *Francisca Eugénia da Silva Dias Van Dunem*.

ANEXO

Nota curricular

Dados Pessoais

Nome: Ana Cristina Araújo Abrunhosa Espinheira

Nascida em 20/07/1972, na freguesia de S. Sebastião da Pedreira, concelho e distrito de Lisboa

Habilitações Académicas

Curso de Técnico de Gestão de Ambiente, nível III

Experiência Profissional

De 26 de novembro de 2015 a 25 de outubro de 2019, designada ao abrigo do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, para o exercício de funções de apoio técnico administrativo no Gabinete da Ministra da Justiça.

De 30 de outubro a 25 de novembro de 2015, designada ao abrigo do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, para o exercício de funções de apoio técnico administrativo no Gabinete do Ministro da Justiça.

De 30 de dezembro de 2013 a 29 de outubro de 2015, designada ao abrigo do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, para o exercício de funções de apoio técnico administrativo no Gabinete do Secretário de Estado da Justiça.

De 1 de janeiro de 2012 a 29 de dezembro de 2013, designada ao abrigo do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, para o exercício de funções de apoio técnico administrativo no Gabinete do Secretário de Estado da Administração Patrimonial e Equipamentos do Ministério da Justiça.

De 20 de maio de 1996 a 31 de dezembro de 2011, contratada ao abrigo da parte final do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de julho, para os gabinetes dos membros do Governo na área da Justiça, para o desempenho de funções de apoio técnico, nomeadamente, funções de tratamento informático, documental, legislativo e de expediente.



De setembro de 1992 a março de 1995, desempenhou funções administrativas na área da contabilidade e na gestão de stocks na empresa Gaspar Correia, S. A.

De junho a agosto de 1992, desempenhou funções administrativas no Programa «Cidadão e Justiça».

Formação Complementar

Curso «Organização do Trabalho de Apoio Administrativo» — INA.

Diversos módulos de Informática na ótica do utilizador: Word, Excel, Access, Gestão Documental SmartDocs.

Curso de Oficiais Administrativos: Introdução à Administração Pública.

Curso Intensivo para Liquidadores Tributários.

312755616



JUSTIÇA

Gabinete da Ministra

Despacho n.º 11014/2019

Sumário: Designa para exercer as funções de secretária pessoal do Gabinete da Ministra da Justiça Ana Paula Santos Carracho Silva.

1 — Ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo para exercer as funções de secretária pessoal do meu Gabinete Ana Paula Santos Carracho Silva.

2 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho, que produz efeitos a 26 de outubro de 2019.

3 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicação na página eletrónica do Governo.

7 de novembro de 2019. — A Ministra da Justiça, *Francisca Eugénia da Silva Dias Van Dunem*.

ANEXO

Nota curricular

Ana Paula Santos Carracho Silva
Nascida em 23 de maio de 1965, em Mafra
Habilitações académicas:

12.º Ano de Escolaridade

Experiência profissional:

Em 1996, início de funções como técnica de justiça auxiliar, da carreira de oficial de justiça, no Departamento de Investigação e Ação Penal de Lisboa (DIAP), na 3.ª secção especializada.

Em 1999, ainda como técnica de justiça auxiliar, desempenho de funções na Coordenação do DIAP.

Em 2004, promovida a técnica de justiça adjunta, início de funções de apoio técnico e secretariado da Diretora do DIAP.

Em 2007, destacamento para o Tribunal da Relação de Lisboa, desempenho de funções de secretariado da Procuradora-Geral Distrital de Lisboa.

Desde novembro de 2015, funções de secretária pessoal no Gabinete da Senhora Ministra da Justiça, no XXI Governo Constitucional.

312755568



JUSTIÇA

Gabinete da Ministra

Despacho n.º 11015/2019

Sumário: Designa para exercer as funções de secretária pessoal do Gabinete da Ministra da Justiça Cristina Molares d'Abril.

1 — Ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo para exercer as funções de secretária pessoal do meu Gabinete Cristina Molares d'Abril.

2 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho, que produz efeitos a 1 de novembro de 2019.

3 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicação na página eletrónica do Governo.

7 de novembro de 2019. — A Ministra da Justiça, *Francisca Eugénia da Silva Dias Van Dunem*.

ANEXO

Nota curricular

Cristina da Conceição Ferreira Molares d'Abril
Naturalidade/Nacionalidade: Luanda/Portuguesa
Nascimento: 29 de Abril de 1969
Experiência Profissional:

Técnica Superior no Gabinete Técnico da Missão de Angola junto da CPLP — 2018/2011 o

Participação nos Fóruns Internacionais — Representação Diplomática da Missão de Angola junto da CPLP

Missão de Observação Eleitoral da CPLP — Malabo — Guiné Equatorial, novembro de 2017

XI Conferência de Chefes de Estados e de Governo da CPLP, Brasília, novembro de 2016

XIV Reunião Extraordinária do Conselho de Ministros da CPLP, Lisboa, março de 2016

VI Reunião de Ministros do Ambiente da CPLP, Maputo, abril de 2014

IV Simpósio de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP, cidade da Praia, novembro de 2013

III Conferência Global sobre Trabalho Infantil, Brasília, outubro de 2013

Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável Rio+20, Rio de Janeiro, junho de 2012

V Reunião de Ministros do Ambiente da CPLP, Ilha do Sal, maio de 2012

Banca Comercial, Marketing e Banca de Investimento, Banco Africano de Investimentos, BAI Europa — 2002/2008

Estagiária no departamento “structure trade finance,” City” Londres- SCB — 2001

Secretária de Administração, BAIE — 2000/ 1998

MPCA — Movimento de Cooperação com África — 1997 Conselho Português para Paz e Cooperação — 1996

Execução de projetos elaborados em parceria com as embaixadas dos Países Africanos de Língua Oficial portuguesa, nomeadamente Angola. Campanhas de solidariedade e ajuda humanitária. Funções de coordenadora e supervisora dos projetos.



Habilitações Académicas:

Mestrado em Ciências Empresariais no Instituto Superior de Economia e Gestão — ISEG — 2008/2011

Licenciatura em Relações Internacionais no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas — ISCSP — 1990/1995

Outras Competências:

Linguísticas

Inglês:

American Language Institute — Lisboa — Preparation course for TOEFL- 2008 — Nível Avançado International House — Lisboa, Londres

Linguarama School — Birmingham — United Kingdom

Francês:

Alliance Française — Lisboa e Paris — Nível Avançado

Espanhol:

Granada — Espanha — Nível Intermédio

Informáticas

Domínio do Word, Excel, Microsoft PowerPoint

312755665



JUSTIÇA

Gabinete da Ministra

Despacho n.º 11016/2019

Sumário: Designa para o exercício de funções de apoio técnico-administrativo ao Gabinete da Ministra da Justiça Pedro Gonçalves Coutinho Soares.

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 3.º, no n.º 8 do artigo 4.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo para o exercício de funções de apoio técnico-administrativo ao meu Gabinete Pedro Gonçalves Coutinho Soares, com fundamento na experiência acumulada no exercício de funções de apoio técnico em gabinetes ministeriais.

2 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, a nota curricular do designado é publicada em anexo ao presente despacho, que produz efeitos a 26 de outubro de 2019.

3 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicação na página eletrónica do Governo.

7 de novembro de 2019. — A Ministra da Justiça, *Francisca Eugénia da Silva Dias Van Dunem*.

ANEXO

Nota curricular

Dados biográficos:

Nome: Pedro Gonçalves Coutinho Soares.

Data de nascimento: 4 de dezembro de 1975.

Habilitações literárias:

12.º ano de escolaridade.

Percurso profissional:

De 30 de outubro de 2015 a 25 de outubro de 2019 — designado, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, secretário pessoal do Gabinete da Ministra da Justiça, exercendo, em especial, funções de apoio na área da imprensa, junto dos gabinetes dos membros do Governo da área da justiça;

De 30 de outubro a 25 de novembro de 2015 — designado, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, secretário pessoal no Gabinete da Ministra da Justiça, com funções de apoio na área da imprensa, junto dos gabinetes dos membros do Governo da área da justiça;

De 30 de dezembro de 2013 a 29 de outubro de 2015 — designado, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, para o exercício de funções de apoio técnico administrativo no Gabinete do Secretário de Estado da Justiça, assegurando a partir do dia 3 de julho de 2015, em especial, funções de apoio na área da imprensa, junto dos gabinetes dos membros do Governo da área da justiça;

De 1 de janeiro de 2012 a 29 de dezembro de 2013 — designado, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, para o exercício de funções de apoio técnico administrativo no Gabinete do Secretário de Estado da Administração Patrimonial e Equipamentos do Ministério da Justiça;

Entre 2002 e 2005 — funções de secretariado no Gabinete de Imprensa dos Ministros da Justiça dos XV e XVI Governos Constitucionais;



De 15 de maio de 1997 a 31 de dezembro de 2011 — contratado, ao abrigo da parte final do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de julho, para os gabinetes dos membros do Governo na área da justiça, para o desempenho de funções de apoio técnico, nomeadamente funções de tratamento informático, documental, legislativo e de expediente;

De maio de 1993 a outubro de 1994 — tarefeiro nos Serviços Académicos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa — elaboração de certificados de habilitação e conclusão de licenciatura, atendimento ao público, conferência e lançamento das notas de avaliação;

Em abril e maio de 2011 — recenseador no XV Recenseamento da População e V Recenseamento Geral da Habitação — Recenseamento da População em Agualva Cacém.

312755924



JUSTIÇA

Gabinete da Ministra

Despacho n.º 11017/2019

Sumário: Designa para exercer as funções de apoio técnico-administrativo ao Gabinete da Ministra da Justiça Maria José Fonseca da Costa Paiva.

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo para exercer as funções de apoio técnico-administrativo ao meu Gabinete Maria José Fonseca da Costa Paiva, assistente técnica do mapa de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça.

2 — Os encargos com a remuneração da designada são assegurados pela Secretaria-Geral do Ministério da Justiça e pelo orçamento do meu Gabinete, nos termos do n.º 14 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro.

3 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho, que produz efeitos a 26 de outubro de 2019.

4 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicação na página eletrónica do Governo.

7 de novembro de 2019. — A Ministra da Justiça, *Francisca Eugénia da Silva Dias Van Dunem*.

ANEXO

Nota curricular

1 — Dados pessoais:

Nome: Maria José Fonseca da Costa Paiva.
Data de nascimento: 31 de agosto de 1957.
Naturalidade: Armamar, Viseu.

2 — Habilitações académicas:

12.º ano (via ensino).

3 — Experiência profissional:

Assistente técnica, pertencente ao mapa de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, e a exercer funções de apoio técnico-administrativo aos gabinetes ministeriais desde 6 de janeiro de 1984, desempenhando funções de tratamento informático, documental, legislativo e de expediente, utilizando os seguintes programas: Microsoft Word, Excel, Outlook e Internet Explorer.

4 — Formação complementar:

Gestão Documental Smart Docs;
Módulos de Informática;
Técnicas de Arquivo.

312755827



JUSTIÇA

Gabinete da Ministra

Despacho n.º 11018/2019

Sumário: Designa como técnica especialista para o Gabinete da Ministra da Justiça a Doutora Maria Sara Folhadela Figueiredo Pina, para exercer funções na área da comunicação social.

1 — Ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo como técnica especialista para o meu gabinete a Doutora Maria Sara Folhadela Figueiredo Pina, para exercer funções na área da comunicação social.

2 — Para efeitos do disposto no n.º 6 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, o estatuto remuneratório da designada é composto por remuneração mensal ilíquida fixada em 2.345,00€ e suplemento remuneratório de membro de gabinete correspondente a 20 % da remuneração base fixada.

3 — A designada é autorizada a beneficiar do disposto na alínea a) do n.º 3 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro.

4 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho que produz efeitos a 26 de outubro de 2019.

5 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicação na página eletrónica do Governo.

7 de novembro de 2019. — A Ministra da Justiça, *Francisca Eugénia da Silva Dias Van Dunem*.

ANEXO

Nota Curricular

Sara Pina

Porto, 13 de dezembro de 1970

Experiência profissional

Técnica Especialista na área da comunicação social no Gabinete da Ministra da Justiça, Dr.ª Francisca Van Dunem, no XXI Governo Constitucional.

Professora Auxiliar Convidada da Universidade Lusófona e da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova.

Diretora de comunicação e de projetos da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (2007-2016). Criou e geriu os meios de comunicação próprios da Fundação, os online e uma revista de informação, com edição bilingue, de que foi editora «((Paralelo»)/((*Parallel*)). Geriu vários projetos na área política e jornalística, como o Programa José Rodrigues Miguéis para jornalistas profissionais, que incluía o curso do *Committee of Concerned Journalists*. entre outros.

Responsável pelo Gabinete de Comunicação e Imprensa da Procuradoria-Geral da República (1998-2004).

Jornalista na Revista Visão (1995-1998).

Jornalista *freelancer* no Público, Jornal de Notícias e Sábado (1990-1995).

Formação académica

Doutorada em Ciência Política, especialidade Política Comparada, pelo Instituto de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade de Lisboa (2018) com tese sobre o uso dos meios *online* pelos políticos. *Visiting Researcher* na *Georgetown University* e *Research Assistant* na *CUNY, City University of New York*, EUA.

Mestre em Media e Sociedade da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (2008). Tese sobre a relação entre a produção legislativa e a agenda mediática.

Licenciada em Jornalismo da Escola Superior de Jornalismo do Porto (1995). Tese sobre o Código Deontológico dos Jornalistas.

Diploma do *Specialization Course on Press and Public Information*, do *Österreichisches Studienzentrum für Frieden und Konfliktlösung*, Áustria (2011).

Diploma do curso em *Leadership for the 21st Century*, da *Kennedy School of Government*, da Universidade de Harvard, EUA (2009).

Certificado de participação no *International Visitor Leadership Program Of the United States Department*, EUA (2008).

Diploma do *Specialization Course on Organizing Civilian Administration* da ENA — *Ecole Nationale d'Administration*, França (2005).

Pós-Graduação em Direito da Comunicação do Instituto de Direito Jurídico, da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (1995).

Frequência da Licenciatura em Direito da Faculdade de Direito, da Universidade de Coimbra (1993-1997).

Outros

Autora dos livros: «Media e Leis Penais» (Ed. 2009, Livraria Almedina) e «A Deontologia dos Jornalistas Portugueses» (Ed.s 1997 e 2000, Editora Minerva Coimbra).

312755949



JUSTIÇA

Gabinete da Ministra

Despacho n.º 11019/2019

Sumário: Designa como adjunto para exercer funções no Gabinete da Ministra da Justiça o Juiz de Direito licenciado Fernando Manuel Lavado Taínha.

1 — Ao abrigo do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, obtida a autorização do Conselho Superior da Magistratura, designo como adjunto para exercer funções no meu Gabinete o Juiz de Direito Licenciado Fernando Manuel Lavado Taínhas.

2 — O designado opta pelo estatuto remuneratório correspondente ao posto de trabalho de origem, ao abrigo do n.º 8 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro.

3 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, a nota curricular do designado é publicada em anexo ao presente despacho, que produz efeitos a 4 de novembro de 2019.

4 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicação na página eletrónica do Governo.

7 de novembro de 2019. — A Ministra da Justiça, *Francisca Eugénia da Silva Dias Van Dunem*.

ANEXO

Nota curricular

Dados biográficos

Fernando Manuel Lavado Taínhas

Nascido a 23 de novembro de 1980 na freguesia de São Lourenço, concelho de Portalegre

Habilitações Literárias

Licenciatura em Direito, menção Ciências Jurídicas, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Mestrando do Curso de Mestrado em Direito e Ciência Jurídica, Especialidade Direito Comercial, da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Percurso Profissional

Advogado entre agosto de 2005 e agosto de 2007

Juiz de Direito desde setembro de 2009, tendo exercido funções no Tribunal Judicial da Comarca da Grande-Lisboa Noroeste, em Sintra, no Tribunal Judicial da Comarca de Vila Viçosa, no 1.º Juízo do Tribunal Judicial da Comarca de Elvas e, desde setembro de 2014 até à presente data, no Juízo de Comércio de Lisboa

Moderador e Orador em cursos e conferências promovidas pelo Centro de Estudos Judiciários, Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Ordem dos Advogados, entre outros.

Obra publicada

«A *cisão* na Societas Europaea», publicado na revista *O Direito*, n.º 138.º (2006), II, Almedina
«Pode uma pessoa singular que não seja empresário ou comerciante submeter-se a processo especial de revitalização? — Sobrevoando uma controvérsia jurisprudencial», publicado na revista jurídica *Julgar*, Edição *online*, dezembro de 2015



Comentário ao Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo de 23 de abril de 2013, *in* «European Networking and Training for National Competition Enforcers ENTraNCE for Judges 2017 — Selected Case Notes», editado por Pier Luigi Parcu e Giorgio Monti e publicado pelo Robert Schuman Centre for Advanced Studies do European University Institute, Firenze, novembro de 2018.

312755705



JUSTIÇA

Gabinete da Ministra

Despacho n.º 11020/2019

Sumário: Designa como adjunto para exercer funções no Gabinete da Ministra da Justiça o licenciado Luís Filipe Moreira Isidro.

1 — Ao abrigo do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo como adjunto para exercer funções no meu Gabinete o licenciado Luís Filipe Moreira Isidro, técnico superior do mapa de pessoal da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais.

2 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, a nota curricular do designado é publicada em anexo ao presente despacho, que produz efeitos a 26 de outubro de 2019.

3 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicação na página eletrónica do Governo.

7 de novembro de 2019. — A Ministra da Justiça, *Francisca Eugénia da Silva Dias Van Dunem*.

ANEXO

Nota curricular

Dados pessoais:

Nome: Luís Filipe Moreira Isidro.

Data de nascimento: 23 de maio de 1955.

Habilitações académicas:

Licenciatura em Direito, em 1978, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;
Pós-graduação em Estudos Europeus, dominante jurídica, em 1984, pela Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica de Lisboa.

Experiência profissional:

Exerceu funções como adjunto no Gabinete da Ministra da Justiça do XXI Governo Constitucional de 27 de novembro de 2015 a 25 de outubro de 2019;

Exerceu funções de técnico superior no Serviço de Auditoria e Inspeção da Direção-Geral da Reinserção e Serviços Prisionais, desde 1 de setembro de 2014;

Exerceu funções de chefe do Núcleo de Estudos e Análise Prospetiva de Segurança Interna da Direção-Geral da Administração Interna, de 1 de fevereiro de 2009 a 31 de agosto de 2014;

Exerceu funções, em regime de substituição, de chefe do Núcleo de Planeamento e Gestão Organizacional da Direção-Geral da Administração Interna, de 1 de setembro de 2008 a 31 de janeiro de 2009;

Exerceu funções de chefe da Divisão Jurídica e Administrativa da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, de 1 de agosto de 2007 a 31 de agosto de 2008;

Foi coordenador da Estrutura de Missão contra a Violência Doméstica, de 16 de junho de 2005 a 31 de julho de 2007;

Foi responsável pelo Departamento de Apoio Operacional da Intervenção Operacional da Saúde (Saúde XXI), de janeiro de 2004 a maio de 2005;



Exerceu funções de adjunto de administrador prisional no Estabelecimento Prisional de Caxias, de maio de 2002 a dezembro de 2003;

Foi assessor e adjunto nos Gabinetes do Ministro da Justiça e da Secretária de Estado Adjunta do Ministro da Saúde de 1995 a meados de 1997 e de julho de 2001 a abril de 2002, respetivamente;

Exerceu funções dirigentes no ex-Instituto de Reinserção Social, atual Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, nos seguintes cargos: vice-presidente, diretor do Departamento de Coordenação e Apoio Técnico da Delegação Regional de Lisboa, diretor do Departamento de Desenvolvimento e Cooperação e encarregado de missão do Sistema de Monitorização Eletrónica de Arguidos, de meados de 1997 até julho de 2001;

Ingressou na Administração Pública em 1984, exercendo funções de consultor jurídico na Direção-Geral do Património do Estado até 1988, ano em que iniciou funções de técnico superior em várias unidades orgânicas do ex-Instituto de Reinserção Social.

312755787



JUSTIÇA

Gabinete da Ministra

Despacho n.º 11021/2019

Sumário: Designa para o exercício de funções de apoio auxiliar ao Gabinete da Ministra da Justiça Tereza Maria Vitória de Carvalho.

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 3.º, no n.º 8 do artigo 4.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo para o exercício de funções de apoio auxiliar ao meu Gabinete Tereza Maria Vitória de Carvalho, com fundamento na experiência acumulada no exercício de tais funções em gabinetes ministeriais.

2 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho, que produz efeitos a 26 de outubro de 2019.

3 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicação na página eletrónica do Governo.

7 de novembro de 2019. — A Ministra da Justiça, *Francisca Eugénia da Silva Dias Van Dunem*.

ANEXO

Nota curricular

Dados pessoais:

Nome: Tereza Maria Vitória de Carvalho.

Data de nascimento: 2 de julho de 1970.

Naturalidade: Tramagal.

Habilitações académicas:

6.º ano de escolaridade.

Experiência profissional:

Entre 26 de novembro de 2015 e 25 de outubro de 2019, designada, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, para o exercício de funções de apoio auxiliar ao Gabinete da Ministra da Justiça;

Entre 30 de outubro e 25 de novembro de 2015, designada, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, para o exercício de funções de apoio auxiliar ao Gabinete do Ministro da Justiça;

Entre 1 de janeiro de 2012 e 29 de outubro de 2015, designada, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, para o exercício de funções de apoio auxiliar ao Gabinete da Ministra da Justiça;

Entre 1 de junho de 2001 e 31 de dezembro de 2011, contratada, ao abrigo da parte final do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de julho, para os gabinetes dos membros do Governo na área da justiça, para o desempenho de funções de apoio auxiliar/logístico;

Entre 1998 e 2001 — Infantário Centro Paroquial Rio de Mouro — limpeza;

Entre 1996 e 1998 — Restaurante A Tasquinha — atendimento ao público;

Entre 1995 e 1996 — florista;

Entre 1991 e 1995 — Leitaria Académica — ajudante de cozinha.

312755973



JUSTIÇA

Gabinete da Ministra

Despacho n.º 11022/2019

Sumário: Designa como chefe do Gabinete da Ministra da Justiça o Juiz Desembargador Henrique Ataíde Rosa Antunes.

1 — Ao abrigo do disposto na alínea a), do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, obtida que se encontra a autorização do Conselho Superior da Magistratura, designo como chefe do meu Gabinete, o Senhor Juiz Desembargador Henrique Ataíde Rosa Antunes.

2 — O designado opta pelo estatuto remuneratório correspondente ao posto de trabalho de origem, ao abrigo do n.º 8 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro.

3 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, a nota curricular do designado é publicada em anexo ao presente despacho, que produz efeitos a 30 de outubro de 2019.

4 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicação na página eletrónica do Governo.

7 de novembro de 2019. — A Ministra da Justiça, *Francisca Eugénia da Silva Dias Van Dunem*.

ANEXO

Nota curricular

Dados biográficos

Nome: Henrique Ataíde Rosa Antunes

Data de nascimento: 26 de setembro de 1960

Habilitações académicas e profissionais

Licenciado em Direito, em 1984, pela faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa.

Pós-graduado em “Proteção de Menores” (Professor Doutor F. M. Pereira Coelho), no ano letivo de 2002/2003, com prova final com a informação “Aprovado com Muito Bom”.

Experiência profissional

Auditor de Justiça do IV Curso Normal de formação de Magistrados, nos anos de 1985 e 1986.

Cumprimento do Serviço militar, com a patente de Aspirante a Oficial Miliciano, no Estado Maior do Exército, Direção do Serviço de Justiça e Disciplina, entre 15 de agosto de 1987 e 5 de novembro de 1988.

Juiz de Direito nas Comarcas de Loures, Santa Maria da Feira, Ourique, Silves, Marinha Grande, Vila Nova de Famalicão, Cascais e de Lisboa — 5.ª Vara Civil e Tribunal de Família e Menores, com as três últimas classificações de serviço de “Muito Bom”.

Juiz Desembargador Auxiliar no Tribunal da Relação de Coimbra, e Juiz Desembargador efetivo dos Tribunais da Relação de Lisboa, Porto e Coimbra.

Juiz Formador do Centro de Estudos Judiciários.

Membro de Júris das provas orais de acesso ao Centro de Estudos Judiciários.

Membro do Conselho Nacional, como personalidade, da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e de Proteção das Crianças e Jovens, entre 4 de janeiro de 2016 e 30 de novembro de 2017.



Provedor de Justiça-Adjunto entre 16 de outubro de 2015 e 30 de novembro de 2017.
Chefe do Gabinete de Sua Excelência a Ministra da Justiça do XXI Governo Constitucional entre 1 de dezembro de 2017 e 25 de outubro de 2019.
Coautor da obra “Dos Recursos”, Quid Iuris, Lisboa, 2009.
Intervenção em vários colóquios, nacionais e internacionais, designadamente:
Colloque Sur “Le reglement Bruxelles II e Ses Evolutions, Ecole nationale de la magistrature, Paris;
Ação de Formação, no CEJ, “Lei de Proteção e Jovens em Perigo”;
Congresso “E depois do Código das Sociedades Comerciais em Comentário”, Instituto de Direito das Empresas e do Trabalho, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra;
Novo Código de Processo Civil, Supremo Tribunal de Justiça e Judicial Education and Training Program, CEJ.

312755721



JUSTIÇA

Gabinete da Ministra

Despacho n.º 11023/2019

Sumário: Designa para o exercício de funções de apoio técnico-administrativo ao Gabinete da Ministra da Justiça Nuno Manuel Siquenique Falé.

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 3.º, no n.º 8 do artigo 4.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo para o exercício de funções de apoio técnico-administrativo ao meu Gabinete Nuno Manuel Siquenique Falé, com fundamento na experiência acumulada no exercício de funções de apoio técnico em gabinetes ministeriais e, também, como elemento de ligação com o Centro de Gestão da Rede Informática do Governo.

2 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, a nota curricular do designado é publicada em anexo ao presente despacho, que produz efeitos a 26 de outubro de 2019.

3 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicação na página eletrónica do Governo.

7 de novembro de 2019. — A Ministra da Justiça, *Francisca Eugénia da Silva Dias Van Dunem*.

ANEXO

Nota curricular

Dados pessoais:

Nome: Nuno Manuel Siquenique Falé;

Data de nascimento: 27 de setembro de 1979.

Habilitações académicas e profissionais:

Curso de Formação Profissional de Desenvolvimento de Conteúdos WEB, PedraBase — Consultoria e Formação, Lisboa, 2015;

Bacharel em Tecnologia e Programação de Sistemas de Informação, FORINO — Associação para a Escola de Novas Tecnologias, Lisboa, 2008-2010;

Estágio de programação, ITIJ — Instituto das Tecnologias de Informação na Justiça, Lisboa, de abril a outubro 2010;

Curso Contabilidade Geral e Fiscalidade, IPF — Instituto Português de Formação, Miraflares, 2005-2006;

Curso de Fiscalidade, IPF — Instituto Português de Formação, Miraflares, 2006;

Estágio de técnico de gestão, Câmara Municipal de Elvas, 1999;

Estágio de técnico de gestão, EEC — Estudos Económicos e Contabilidade, Redondo, 1998;

Curso de Técnico de Gestão/Pequenas e Médias Empresas e Cooperativas, EPRAL — Escola Profissional da Região Alentejo, Vila Viçosa, ciclo formação 1996-1999, tendo completado o curso no ano letivo 2002-2003;

Curso de Informática, Centro Europeu de Datilografia e Informática, Redondo, 1997.

Experiência profissional:

Entre 26 de novembro de 2015 e 25 de outubro de 2019, designado ao abrigo do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, para o exercício de funções de apoio técnico administrativo no Gabinete



da Ministra da Justiça, nomeadamente como elo de ligação com o Centro de Gestão da Rede Informática do Governo (CEGER);

Entre 30 de outubro e 25 de novembro de 2015, designado ao abrigo do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 janeiro, para o exercício de funções de apoio técnico administrativo no Gabinete do Ministro da Justiça, nomeadamente como elo de ligação com o Centro de Gestão da Rede Informática do Governo (CEGER);

Entre 1 de janeiro de 2012 e 29 de outubro de 2015, designado ao abrigo do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 janeiro, para o exercício de funções de apoio técnico administrativo em gabinetes ministeriais na área da Justiça, nomeadamente como elo de ligação com o Centro de Gestão da Rede Informática do Governo (CEGER);

Entre 1 de abril de 2005 e 31 de dezembro de 2011, contratado ao abrigo da parte final do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de julho, para os gabinetes dos membros do Governo na área da Justiça, para o desempenho de funções de apoio técnico, nomeadamente, funções de tratamento informático, documental, legislativo e de expediente;

Entre setembro 1999 e janeiro de 2000 — Contabilista no Ecomarché do Redondo.

312755868



JUSTIÇA

Gabinete da Ministra

Despacho n.º 11024/2019

Sumário: Designa para exercer as funções de secretária pessoal do Gabinete da Ministra da Justiça Clotilde Maria Porfírio da Henriqueta Medina da Costa Mesquita.

1 — Ao abrigo do disposto na alínea *d*) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo para exercer as funções de secretária pessoal do meu Gabinete Clotilde Maria Porfírio da Henriqueta Medina da Costa Mesquita.

2 — A designada é autorizada a beneficiar do disposto na alínea *b*) do n.º 3 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro.

3 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho, que produz efeitos a 26 de outubro de 2019.

4 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicação na página eletrónica do Governo.

7 de novembro de 2019. — A Ministra da Justiça, *Francisca Eugénia da Silva Dias Van Dunem*.

ANEXO

Nota curricular

Nome: Clotilde Maria Porfírio da Henriqueta Medina da Costa Mesquita.

Nacionalidade: Portuguesa.

Data de nascimento: 25 de setembro de 1955.

Habilitações académicas:

Curso de Orientação no Conselho de Segurança das Nações Unidas — 2010 — Nova Iorque
Université Catholique de Louvain-la-Neuve (Belgium) — Italiano, Nível A — 1989

Bacharelato em Línguas do Instituto Superior de Línguas e Administração, concluído em 1985.

Atividade profissional:

Secretária Pessoal no Gabinete da Ministra da Justiça — de novembro de 2015 à presente data
Adjunta do Secretário de Estado para o Mar — desde abril a outubro de 2015

Exerceu funções diplomáticas na Missão Permanente de Portugal junto das Nações Unidas — 2000-2012

Secretária Pessoal do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros — 1995-2000

Diretora Executiva do CIAL — Lingua Service International — 1990-1997

Assistente do Deputado ao Parlamento Europeu, Professor José Medeiros Ferreira — 1985-1987

De 1973 a 1985, cargos administrativos em empresas privadas.

312755632



JUSTIÇA

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Justiça

Despacho n.º 11025/2019

Sumário: Designa para o exercício de funções de apoio técnico-administrativo ao Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Justiça Helena Maria Cardoso Salvador Pinto Almeida.

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 3.º, no n.º 8 do artigo 4.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo para o exercício de funções de apoio técnico-administrativo ao meu Gabinete Helena Maria Cardoso Salvador Pinto Almeida, com fundamento na experiência acumulada no exercício de funções de apoio técnico em gabinetes ministeriais.

2 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho que produz efeitos a 26 de outubro de 2019.

3 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicação na página eletrónica do Governo.

29 de outubro de 2019. — O Secretário de Estado Adjunto e da Justiça, *Mário Belo Morgado*.

ANEXO

Nota curricular

Dados pessoais:

Nome: Helena Maria Cardoso Salvador Pinto Almeida;
Data de Nascimento: 16 de julho de 1969;
Naturalidade: Lisboa.

Habilitações académicas:

12.º ano de escolaridade.

Experiência profissional:

De 26 de novembro de 2015 a 25 de outubro de 2019, designada ao abrigo do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, para o exercício de funções de apoio técnico administrativo no Gabinete da Secretária de Estado Adjunta e da Justiça;

De 30 de outubro a 25 de novembro de 2015, designada ao abrigo do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, para o exercício de funções de apoio técnico administrativo no Gabinete da Secretária de Estado da Justiça;

De 30 de dezembro de 2013 a 29 de outubro de 2015, designada ao abrigo do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, para o exercício de funções de apoio técnico administrativo no Gabinete do Secretário de Estado da Justiça;

De 1 de janeiro de 2012 a 29 de dezembro de 2013, designada ao abrigo do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, para o exercício de funções de apoio técnico administrativo no Gabinete do Secretário de Estado da Administração Patrimonial e Equipamentos do Ministério da Justiça;

De 1 de junho de 1996 a 31 de dezembro de 2011, contratada ao abrigo da parte final do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de julho, para os Gabinetes dos membros do Governo na área da Justiça, para o desempenho de funções de apoio técnico, nomeadamente, funções de tratamento informático, documental, legislativo e de expediente;



De 1995 a 1996 — Mercamaqui, L.^{da} — secretariado, atendimento de clientes e fornecedores, faturação, gestão de *stocks*, processamento de vencimentos e apoio à contabilidade;

De 1988 a 1995 — Gama da Silva, L.^{da} (representante da Toshiba em Portugal) — secretariado, atendimento de clientes e fornecedores, faturação, gestão de *stocks*, processamento de vencimentos e apoio à contabilidade;

De 1987 a 1988 — Agência Manpower:

Banco Credit Lyonnais; operadora de registo de dados;

Transtejo: secretariado e atendimento;

Locapor — Grupo CGD: operadora de registo de dados; gestão de *stocks*; apoio na secção de correio.

Formação profissional:

2015 — Curso de «Edoclink»;

2014 — Curso de «Excel» (iniciação);

2006 — Curso de «Gestão Documental SmartDocs V.3 Utilização» no Ceger;

1998 — Curso «O Protocolo nos Serviços Públicos» no INA;

1998 — Curso de “SmartDocs — Utilização” no ICL;

1996 — Curso de «Word for Windows 6.0» na DGSI;

1996 — Curso de «Word 6.0 Básico» no ICL;

1994 — Curso de «Datilografia» na Tecla Academia.

312754441



JUSTIÇA

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Justiça

Despacho n.º 11026/2019

Sumário: Designa para exercer as funções de apoio técnico-administrativo ao Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Justiça Armando Namorado Figueiredo Malacriz.

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo para exercer as funções de apoio técnico-administrativo ao meu Gabinete Armando Namorado Figueiredo Malacriz, assistente técnico do mapa de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça.

2 — Os encargos com a remuneração do designado são assegurados pela Secretaria-Geral do Ministério da Justiça e pelo orçamento do meu gabinete, nos termos do n.º 14 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro.

3 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, a nota curricular do designado é publicada em anexo ao presente despacho, que produz efeitos a 26 de outubro de 2019.

4 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicação na página eletrónica do Governo.

29 de outubro de 2019. — O Secretário de Estado Adjunto e da Justiça, *Mário Belo Morgado*.

ANEXO

Nota curricular

1 — Dados pessoais:

Nome: Armando Namorado Figueiredo Malacriz;
Data de nascimento: 15 de abril de 1954;
Naturalidade: Huambo, Angola;
Nacionalidade: Portuguesa.

2 — Habilitações académicas:

3.º ano do Curso Geral de Eletricidade (equivalência ao antigo 5.º ano do liceu).

3 — Experiência profissional:

Assistente técnico, pertencente ao mapa de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, a exercer funções de apoio administrativo aos gabinetes ministeriais desde 21 de outubro de 1975, nomeadamente nas áreas funcionais de tratamento de texto, utilizando as ferramentas da Microsoft, tratamento documental e legislativo, envio de despachos e portarias para publicação no *Diário da República*, utilizando a plataforma eletrónica da Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

4 — Formação complementar:

2014 — Excel Avançado;
2012 — Boas Práticas de Arquivo Corrente;
2006 — Curso de Gestão Documental SmartDocs V-3 — Utilização;
1998 — Curso de SMARTDOCS;
1997 — Curso EXCELL 5.0;
1996 — Word FOR Windows 6.0 — Básico;



1993 — Diferenças OFFICEPOWER V450/V650;

1991 — OFUTL — Utilização dos Módulos OFFICEPOWER:

OFWOP1 — OFFICEPOWER Tratamento de Texto Básico;
GESDOC.

312754547



JUSTIÇA

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Justiça

Despacho n.º 11027/2019

Sumário: Designa para exercer as funções de secretária pessoal do Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Justiça a licenciada Vera Mónica Teixeira Gouveia.

1 — Ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 3.º, dos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo para exercer as funções de secretária pessoal do meu gabinete, a licenciada Vera Mónica Teixeira Gouveia, técnica superior da Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros.

2 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do mesmo decreto-lei, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho, que produz efeitos a 26 de outubro de 2019.

3 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicação na página eletrónica do Governo.

5 de novembro de 2019. — O Secretário de Estado Adjunto e da Justiça, *Mário Belo Morgado*.

ANEXO

Nota curricular

Dados Biográficos:

Vera Mónica Teixeira Gouveia
Nacionalidade: Portuguesa
Data de nascimento: 24/07/1982

Habilitações Académicas:

Mestrado em Gestão Hoteleira, na Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril;
Licenciatura em Assessoria de Direção e Administração, pelo Instituto Superior de Novas Profissões.

Formação Profissional:

Formação em SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*);
Formação em Técnicas de Gestão para aumentar a produtividade pessoal;
Formação Inicial em Administração Pública;
Formação Profissional, em Marketing e Comunicação.

Experiência Profissional:

Entre 6 de maio e 25 de outubro de 2019, Secretária Pessoal, no Gabinete da Secretária de Estado Adjunta e da Justiça, no Ministério da Justiça;
Entre julho de 2018 e abril de 2019, Técnica Superior, na divisão de Relações Públicas e Apoio ao Conselho de Ministros;
Entre novembro de 2004 e junho de 2018, Secretária da Coordenação dos 1.º e 2.º Ciclos em Engenharia e Gestão, no Departamento de Engenharia e Gestão do Instituto Superior Técnico.

312754896



JUSTIÇA

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Justiça

Despacho n.º 11028/2019

Sumário: Designa para exercer as funções de motorista do Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Justiça José Manuel Miranda Amaro.

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo para exercer as funções de motorista do meu Gabinete José Manuel Miranda Amaro, assistente operacional do mapa de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça.

2 — Os encargos com a remuneração do designado são assegurados pela Secretaria-Geral do Ministério da Justiça e pelo orçamento do meu Gabinete, nos termos do n.º 14 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro.

3 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, a nota curricular do designado é publicada em anexo ao presente despacho, que produz efeitos a 26 de outubro de 2019.

4 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicação na página eletrónica do Governo.

6 de novembro de 2019. — O Secretário de Estado Adjunto e da Justiça, *Mário Belo Morgado*.

ANEXO

Nota curricular

Dados biográficos:

Nome: José Manuel Miranda Amaro;
Nacionalidade: portuguesa;
Data de nascimento: 9 de junho de 1967.

Habilitações académicas:

9.º ano de escolaridade.

Categoria profissional:

Assistente operacional.

Formação profissional:

Ação de formação Higiene e Segurança no Trabalho;
Condução Defensiva;
Técnicas de Condução;
Curso de Segurança contra Incêndios em Edifícios;
Curso Quadros de Comando;
Curso de Secretariado;
Curso de Formação em Transmissões.



Atividade profissional:

De 26 de novembro de 2015 a 25 de outubro de 2019, exerceu funções de motorista no Gabinete da Secretária de Estado Adjunta e da Justiça;

De janeiro de 2014 a novembro de 2015, exerceu funções de motorista da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça;

De julho de 2011 a dezembro de 2013, exerceu funções de motorista no Gabinete do Secretário de Estado da Administração Patrimonial e Equipamentos do Ministério da Justiça;

De novembro de 2009 a junho de 2011, exerceu funções de motorista pessoal do Secretário de Estado Adjunto da Administração Interna;

De março de 2005 a outubro de 2009, exerceu funções de motorista pessoal do Secretário de Estado Adjunto e da Justiça;

De abril de 2002 a março de 2005, exerceu funções de Comando dos Bombeiros Municipais do Cartaxo;

De julho de 2000 a abril de 2002, exerceu funções de motorista pessoal do Secretário de Estado da Cultura;

De maio de 1996 a julho de 2000, exerceu funções de motorista pessoal do Presidente da Câmara Municipal do Cartaxo;

De fevereiro de 1992 a maio de 1996, exerceu funções de motorista de Transportes Escolares da Câmara do Cartaxo;

De janeiro de 1989 a fevereiro de 1992, exerceu funções nos Bombeiros Municipais do Cartaxo;

De janeiro de 1985 a janeiro de 1989, exerceu funções administrativas nos Bombeiros Municipais do Cartaxo.

312755413



JUSTIÇA

Centro de Estudos Judiciários

Aviso n.º 18844/2019

Sumário: Consolidação da mobilidade na categoria de assistente técnica — Marisol Nascimento Afonso.

Por despacho do diretor do Centro de Estudos Judiciários de 23 de setembro de 2019, e após concordância do subdiretor-geral da Direção-Geral do Património Cultural, em 14-10-2019, foi consolidada definitivamente a mobilidade na mesma carreira e categoria do mapa de pessoal do Centro de Estudos Judiciários, da assistente técnica Marisol Nascimento Afonso, nos termos do n.º 3 do artigo 99.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação, tendo sido celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com efeitos a 1 de outubro de 2019.

12 de novembro de 2019. — O Diretor do Departamento de Apoio Geral, *Adelino V. Pereira*.

312755454



JUSTIÇA

Direção-Geral da Administração da Justiça

Aviso n.º 18845/2019

Sumário: Designação em comissão de serviço, pelo período de três anos, para o cargo de chefe de divisão de Gestão Financeira, da mestre Susana Maria Cardoso Vicente.

Ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com última redação dada pela Lei n.º 128/2015, de 3 de setembro, foi aberto procedimento concursal, através do Aviso n.º 12743/2019, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 151, de 8 de agosto de 2019, com vista ao recrutamento e seleção de um dirigente intermédio de 2.º grau, para preenchimento do cargo de Chefe de Divisão de Gestão Financeira, do mapa de pessoal da Direção-Geral da Administração da Justiça.

Cumpridas todas as formalidades legais inerentes ao procedimento concursal, o Júri propôs que a designação recaísse sobre a candidata Susana Maria Cardoso Vicente, por ter evidenciado os requisitos formais e específicos para ocupação do cargo a prover e por ter demonstrado ser detentora de experiência profissional comprovada, formação, competência técnica e aptidão mais adequadas ao exercício das respetivas funções.

Nestes termos, torna-se público que, ao abrigo do disposto nos n.ºs 9 e 10, do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com última redação dada pela Lei n.º 128/2015, de 3 de setembro, por despacho do Senhor Diretor-Geral da Administração da Justiça de 18 de outubro de 2019, foi designada em comissão de serviço, pelo período de três anos, para o cargo de Chefe de Divisão de Gestão Financeira, a Mestre Susana Maria Cardoso Vicente, Técnica Superior do mapa de pessoal da Direção-Geral do Orçamento.

A designação produz efeitos à data do despacho.

Nos termos do disposto no n.º 11 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com última redação dada pela Lei n.º 128/2015, de 3 de setembro, publica-se em anexo a nota relativa ao currículo académico e profissional da designada.

6 de novembro de 2019. — O Diretor de Serviços, *Lourenço Torres*.

ANEXO

Nota Curricular

I — Identificação

Nome: Susana Maria Cardoso Vicente.
Data de Nascimento: Lisboa, 3 de abril de 1979.
Nacionalidade: Portuguesa.
Categoria: Técnica Superior.

II — Formação académica

2007: Mestrado em Gestão pela Universidade de Lusíada de Lisboa.
2002: Licenciatura em Gestão pela Universidade Lusíada de Lisboa.
2002: Curso de Gestão Financeira no Centro Interdisciplinar de Estudos Económicos.

III — Experiência Profissional

Chefe de Divisão de Gestão Financeira, em regime de substituição, da Direção-Geral da Administração da Justiça, desde 15 de junho de 2016, sendo responsável pela preparação, apresen-

tação e gestão dos projetos dos orçamentos; elaboração da prestação de contas de cada gerência; assegurar o processamento e contabilização de receitas e de despesas; garantir o cumprimento das normas financeiras na realização de despesas públicas; monitorizar a gestão e execução financeira de contratos e organização, atualização e publicitação de informação financeira a reportar a entidades externas.

Técnica Superior na Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, de julho de 2014 a abril de 2015 e desde março de 2016 até junho de 2016, tendo como principais responsabilidades a elaboração e controlo de execução dos orçamentos de Funcionamento e Investimento, nomeadamente, propondo e efetuando as alterações orçamentais adequadas; acompanhamento da execução orçamental dos diversos centros financeiros da DGRSP; acompanhar a execução financeira dos contratos plurianuais e elaboração da previsão mensal de execução e análise de eventuais folgas/necessidades orçamentais.

Técnica Superior na Direção-Geral do Orçamento de outubro, de 2010 a junho de 2014 e de maio de 2015 a fevereiro de 2016 onde colaborou na preparação do Orçamento do Estado; analisava e propunha alterações orçamentais que devessem ser submetidas a autorização superior; acompanhou a execução orçamental dos serviços e organismos integrados e autónomos; analisava e autorizava os pedidos de libertação de créditos; assegurava a coerência da informação contabilística nos sistemas de gestão e informação orçamental e prestou apoio e consulta aos serviços e organismos da Administração Pública, no âmbito das atribuições da DGO.

Assessora Financeira na Casa das Promoções, L.^{da}, entre setembro de 2002 e setembro de 2010, tendo como principais atividades a elaboração de mapas de apoio à gestão; o controlo de tesouraria, faturação e cobranças; a execução e controlo de Orçamentos de Exploração; responsável pela gestão de pessoal, inclusive processamento de salários; recolha e tratamento de toda a informação necessária à contabilidade.

IV — Formação Profissional mais relevante

Participação em diversas ações de formação, nomeadamente no âmbito da aquisição de bens e serviços na Administração Pública à luz do Código de Contratos Públicos, da Lei do Orçamento de Estado, do plano Oficial de Contabilidade Pública e Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

312741392



JUSTIÇA

Instituto dos Registos e do Notariado, I. P.

Aviso n.º 18846/2019

Sumário: Concurso de provas públicas para atribuição do título de notário — lista final de classificação das provas e lista de graduação dos candidatos.

1 — Nos termos da alínea b) n.º 5 do aviso n.º 2209/2019, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 28, de 8 de fevereiro de 2019, faz-se público que, por despacho, de 25 de outubro de 2019, da Secretária de Estado da Justiça, foi homologada a lista final de classificação das provas, bem como a lista de graduação dos candidatos ao concurso de provas públicas para atribuição de título de notário, que se publica, em anexo.

2 — De acordo com o disposto na alínea c) do n.º 5 do aviso referido no número anterior, da decisão homologatória podem os interessados reagir mediante reclamação para a Secretária de Estado da Justiça ou impugnação contenciosa, nos termos gerais.

Lista final de classificação das provas

Nome	Direito privado e registal	Direito notarial e público	Média	Prova oral	Média final
Alexandra Cristina Fernandes dos Reis Dias Neves . . .	13,850	9,500	11,675	14,000	12,838
Alexandra Isabel Rosete da Silva	10,250	14,500	12,375	13,000	12,688
Ana Alexandra Barros dos Santos Barreto	10,150	13,000	11,575	10,000	10,788
Ana Catarina Farias Amaro Barata	18,750	16,000	17,375	16,000	16,688
Ana Catarina Guerra Custódio	11,450	14,500	12,975	10,000	11,488
Ana Filipa Rodrigues Rosa	19,500	17,250	18,375	16,000	17,188
Ana Inês Silva Lopes	16,450	14,000	15,225	15,000	15,113
Ana Mafalda Alves Pires	12,700	11,500	12,100	14,000	13,050
Ana Paula Lourenço Quintas	14,000	15,750	14,875	16,000	15,438
Ana Raquel Pereira da Costa Vilela	16,250	17,000	16,625	13,000	14,813
Ana Raquel Sequeira Fernandes	17,250	15,500	16,375	15,000	15,688
Ana Rita Vieira Pereira	18,250	16,250	17,250	17,000	17,125
Ana Sofia da Graça Carrilho	17,800	16,250	17,025	16,000	16,513
André Filipe Braga Crisóstomo	17,400	7,000	12,200	8,000	Excluído (a).
Arnaldo Manuel Infante Mansos	9,800	16,000	12,900	12,000	12,450
Bárbara Marques de Azevedo	16,150	14,500	15,325	16,000	15,663
Bernardo Manuel Pinto Xavier	10,450	14,250	12,350	8,000	Excluído (a).
Bruno José Vila Aragão	16,200	15,000	15,600	15,000	15,300
Carla Isabel do Nascimento Marques Martins	15,950	10,500	13,225	11,000	12,113
Carla Manuel Lavrador Martins Correia	17,500	15,750	16,625	18,000	17,313
Catarina Alexandra País de Carvalho	19,200	11,250	15,225	18,000	16,613
Cláudia Sofia Abreu Rebolo	13,450	11,500	12,475	13,000	12,738
Daniela Maria Guerreiro Dias Fernandes	13,700	9,500	11,600	12,000	11,800
Daniela Sofia Mendes Santos	16,500	14,750	15,625	11,000	13,313
Débora Maria da Costa Silva Torres	18,250	13,250	15,750	18,000	16,875
Fátima Isabel Ribeiro Carvalho Soares	14,700	17,000	15,850	15,000	15,425
Fátima Mendonça Gonçalves	17,250	15,000	16,125	14,000	15,063
Graciela de Fátima da Fonte de Caires	15,000	14,250	14,625	15,000	14,813
Helena Sílvia Morais Simão	19,000	15,000	17,000	17,000	17,000
Isabel Maria Menezes Correia	16,200	17,000	16,600	16,000	16,300
Joana Filipa Carvalho Pires	13,200	13,000	13,100	15,000	14,050
Joana Leal de Oliveira Geraldo Dias	17,300	16,250	16,775	18,000	17,388
Joana Marisa Aranda Fonseca	17,800	15,000	16,400	17,000	16,700
João Filipe Cardoso dos Santos	14,250	17,000	15,625	16,000	15,813
Juliana Miranda Marques Silva	19,200	15,750	17,475	17,000	17,238
Lannys Karina da Silva Marcelino Martins	18,450	15,250	16,850	17,000	16,925
Liliana Patrícia Ramos Veloso	14,250	16,750	15,500	16,000	15,750
Luís Manuel Castro Lopes Cerqueira da Silva	19,450	13,750	16,600	17,000	16,800
Luísa Maria Serra Redondo	15,500	14,000	14,750	8,000	Excluído (a).



Nome	Direito privado e registal	Direito notarial e público	Média	Prova oral	Média final
Mafalda Isabel Vieira Botelho	18,550	18,500	18,525	16,000	17,263
Magda de Carvalho Fernandes	11,650	15,750	13,700	16,000	14,850
Maria José da Mota Maia Oliveira	14,250	12,500	13,375	15,000	14,188
Maria Margarida Salgado Fernandes	13,750	16,000	14,875	16,000	15,438
Mariana de Santiago Sottomayor de Brito e Faro . . .	12,450	15,250	13,850	12,000	12,925
Mariana dos Santos Fernandes Arcanjo Rodrigues . . .	10,800	12,250	11,525	13,000	12,263
Marisa Raquel Barreira António	15,250	13,500	14,375	14,000	14,188
Marlene Sofia Andrade Barbosa	14,000	15,500	14,750	18,000	16,375
Marta Costa Peres Frangolho	16,700	10,500	13,600	12,000	12,800
Nuno Gonçalves Boura Medeiros Nunes Rodrigues . . .	17,750	8,500	13,125	17,000	15,063
Patrícia Sofia Carreiras Pedras	15,250	14,000	14,625	14,000	14,313
Paula Isabel Ferreira Martins	12,000	14,500	13,250	11,000	12,125
Pedro Elói Lopes Hora	15,250	17,000	16,125	17,000	16,563
Roxana Mercedes Gonçalves Pontes	19,000	14,250	16,625	17,000	16,813
Rui Manuel de Melo Pereira Guerreiro	19,000	13,000	16,000	15,000	15,500
Sara Fonseca da Silva Azevedo	19,000	17,000	18,000	17,000	17,500
Sara Loureiro Warren Varanda	18,100	15,500	16,800	17,000	16,900
Silvia Maria Bastião Piconês	12,250	13,500	12,875	12,000	12,438
Silvia Ventura da Mota	13,500	15,000	14,250	16,000	15,125
Sofia Isabel Pires Chaves	18,450	16,000	17,225	18,000	17,613
Solange Isabel Palma Martins	14,900	18,250	16,575	16,000	16,288
Sónia Elisabete da Guarda Simões	15,100	14,000	14,550	15,000	14,775
Susana de Brito Guerreiro António	15,000	14,750	14,875	18,000	16,438
Telma Marisa de Paiva Coelho	16,750	13,500	15,125	17,000	16,063
Vânia Filipa Alho Paradinho Senane	14,450	12,750	13,600	10,000	11,800
Vânia Sofia da Silva Almeida	15,500	10,500	13,000	19,000	16,000
Vânia Sofia Lisboa Santos	13,950	16,000	14,975	8,000	Excluído (a).
Vera Lúcia Pereira da Rocha Ferreira	12,750	14,500	13,625	12,000	12,813
Vera Manuela Freitas de Castro	12,500	15,500	14,000	12,000	13,000
Vítor Manuel da Costa Santos	13,800	12,300	13,050	14,000	13,525

Candidatos Excluídos

Ana Cristina Barradas Messias da Silva a)
Ana Isabel de Jesus Almeida Bravo a)
André Filipe Braga Crisóstomo b)
Bernardo Manuel Pinto Xavier b)
Carla Maria Caldeiras Correia a)
Cristina Isabel Manique Gonçalves Bento Ferreira a)
Dayami Lescaille Labrada a)
Fernando Mendes Figueira Henriques a)
Hugo Alexandre Avó Tiago a)
José Miguel Duarte Pires Nunes c)
Liliana Catarina Curto Pereira c)
Luísa Maria Serra Redondo b)
Margarida Sofia Catarino Estarreja a)
Milton Emanuel Martins Veríssimo c)
Nelson de Jesus de Sousa Santos a)
Nuno José Rosa Marques Ferreira c)
Paulo Nuno Moreira Martins c)
Rosalina Maria Teixeira de Sousa Pereira a)
Tânia Ivone da Silva Pereira a)
Tiago Alexandre Nascimento Pinto a)
Vânia Sofia Lisboa Santos b)

a) Por ter obtido na classificação final da prova escrita valorização inferior a 12 valores.

b) Por ter obtido na prova oral valorização inferior a 10 valores.

c) Por não ter comparecido à prova escrita.



Lista de graduação dos candidatos

Número de ordem	Nome	Classificação final das provas 90 %	Classificação dos títulos académicos 10 %	Graduação
1.º	Sofia Isabel Pires Chaves	15,851	1,700	17,551
2.º	Joana Leal de Oliveira Geraldo Dias	15,649	1,500	17,149
3.º	Juliana Miranda Marques Silva	15,514	1,500	17,014
4.º	Carla Manuel Lavrador Martins Correia	15,581	1,400	16,981
5.º	Sara Fonseca da Silva Azevedo	15,750	1,200	16,950
6.º	Ana Filipa Rodrigues Rosa	15,469	1,400	16,869
7.º	Ana Rita Vieira Pereira	15,413	1,400	16,813
8.º	Mafalda Isabel Vieira Botelho	15,536	1,200	16,736
9.º	Lannys Karina da Silva Marcelino Martins	15,233	1,400	16,633
10.º	Sara Loureiro Warren Varanda	15,210	1,300	16,510
11.º	Helena Sílvia Morais Simão	15,300	1,200	16,500
12.º	Marlene Sofia Andrade Barbosa	14,738	1,700	16,438
13.º	Roxana Mercedes Gonçalves Pontes	15,131	1,200	16,331
14.º	Ana Catarina Farias Amaro Barata	15,019	1,300	16,319
15.º	Susana de Brito Guerreiro António	14,794	1,500	16,294
16.º	Débora Maria da Costa Silva Torres	15,188	1,100	16,288
17.º	Catarina Alexandra País de Carvalho	14,951	1,300	16,251
18.º	Luís Manuel Castro Lopes Cerqueira da Silva	15,120	1,100	16,220
19.º	Pedro Elói Lopes Hora	14,906	1,300	16,206
20.º	Ana Sofia da Graça Carrilho	14,861	1,300	16,161
21.º	Joana Marisa Aranda Fonseca	15,030	1,100	16,130
22.º	Isabel Maria Menezes Correia	14,670	1,300	15,970
23.º	Solange Isabel Palma Martins	14,659	1,200	15,859
24.º	Telma Marisa de Paiva Coelho	14,456	1,400	15,856
25.º	Vânia Sofia da Silva Almeida	14,400	1,300	15,700
26.º	Liliana Patrícia Ramos Veloso	14,175	1,500	15,675
27.º	João Filipe Cardoso dos Santos	14,231	1,400	15,631
28.º	Bárbara Marques de Azevedo	14,096	1,400	15,496
29.º	Ana Raquel Sequeira Fernandes	14,119	1,300	15,419
30.º	Bruno José Vila Aragão	13,770	1,400	15,170
31.º	Rui Manuel de Melo Pereira Guerreiro	13,950	1,200	15,150
32.º	Maria Margarida Salgado Fernandes	13,894	1,200	15,094
33.º	Fátima Isabel Ribeiro Carvalho Soares	13,883	1,200	15,083
34.º	Sílvia Ventura da Mota	13,613	1,400	15,013
35.º	Ana Paula Lourenço Quintas	13,894	1,100	14,994
36.º	Fátima Mendonça Gonçalves	13,556	1,400	14,956
37.º	Ana Inês Silva Lopes	13,601	1,300	14,901
38.º	Nuno Gonçalo Boura Medeiros Nunes Rodrigues	13,556	1,300	14,856
39.º	Graciela de Fátima da Fonte de Caires	13,331	1,300	14,631
40.º	Ana Raquel Pereira da Costa Vilela	13,331	1,200	14,531
41.º	Magda de Carvalho Fernandes	13,365	1,100	14,465
42.º	Sónia Elisabete da Guarda Simões	13,298	1,100	14,398
43.º	Patrícia Sofia Carreiras Pedras	12,881	1,300	14,181
44.º	Maria José da Mota Maia Oliveira	12,769	1,300	14,069
45.º	Marisa Raquel Barreira António	12,769	1,100	13,869
46.º	Joana Filipa Carvalho Pires	12,645	1,200	13,845
47.º	Daniela Sofia Mendes Santos	11,981	1,400	13,381
48.º	Vitor Manuel da Costa Santos	12,173	1,000	13,173
49.º	Ana Mafalda Alves Pires	11,745	1,200	12,945
50.º	Mariana de Santiago Sottomayor de Brito e Faro	11,633	1,200	12,833
51.º	Vera Manuela Freitas de Castro	11,700	1,100	12,800
52.º	Vera Lúcia Pereira da Rocha Ferreira	11,531	1,200	12,731
53.º	Alexandra Cristina Fernandes dos Reis Dias Neves	11,554	1,100	12,654
54.º	Marta Costa Peres Frangolho	11,520	1,100	12,620
55.º	Cláudia Sofia Abreu Rebole	11,464	1,100	12,564
56.º	Alexandra Isabel Rosete da Silva	11,419	1,100	12,519
57.º	Arnaldo Manuel Infante Mansos	11,205	1,300	12,505
58.º	Silvia Maria Bastião Piconês	11,194	1,200	12,394
59.º	Mariana dos Santos Fernandes Arcanjo Rodrigues	11,036	1,300	12,336
60.º	Carla Isabel do Nascimento Marques Martins	10,901	1,300	12,201
61.º	Paula Isabel Ferreira Martins	10,913	1,200	12,113



Número de ordem	Nome	Classificação final das provas 90 %	Classificação dos títulos académicos 10 %	Graduação
62.º	Vânia Filipa Alho Paradinho Senane	10,620	1,400	12,020
63.º	Daniela Maria Guerreiro Dias Fernandes	10,620	1,200	11,820
64.º	Ana Catarina Guerra Custódio	10,339	1,200	11,539
65.º	Ana Alexandra Barros dos Santos Barreto	9,709	1,300	11,009

6 de novembro de 2019. — A Presidente do Conselho Diretivo, *Filomena Gaspar Rosa*.

312757488



EDUCAÇÃO

Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares

Escola Secundária Alfredo dos Reis Silveira, Cavadas — Seixal

Aviso n.º 18847/2019

Sumário: Procedimento concursal comum de recrutamento para ocupação de oito postos de trabalho em regime de contrato a termo resolutivo certo a tempo parcial para carreira e categoria de assistente operacional.

Procedimento concursal comum de recrutamento para ocupação de oito postos de trabalho em regime de contrato a termo resolutivo certo a tempo parcial para carreira e categoria de assistente operacional

1 — Nos termos dos artigos 33.º, 34.º, 36.º - n.ºs 2, 3, 4 e 6, 37.º e 38.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e do disposto no artigo 19.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, torna-se público que, por despacho do Diretor da Escola Secundária Alfredo dos Reis Silveira, de 12 de novembro 2019, de acordo com o despacho de 05/11/2019 da Senhora Diretora-Geral dos Estabelecimentos Escolares, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da publicação deste Aviso no *Diário da República*, o procedimento concursal comum para o preenchimento de 8 postos de trabalho em regime de contrato a termo resolutivo certo a tempo parcial, sendo a duração de 3,5 horas diárias, 17,5 horas/semana, na categoria de assistente operacional, até 9 de junho de 2020.

2 — Legislação aplicável: O presente procedimento reger-se-á pelas disposições contidas na Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e na Portaria n.º 125 -A/2019, de 30 de abril.

3 — Local de trabalho: Escola Secundária Alfredo dos Reis Silveira, Torre da Marinha, Seixal.

4 — Caracterização do posto de trabalho:

- a) Providenciar a limpeza, arrumação, conservação e boa utilização das instalações;
- b) Cooperar nas atividades que visem a segurança de jovens na escola;
- c) Efetuar tarefas de apoio de modo a permitir o normal funcionamento dos serviços.

5 — Remuneração base prevista: vencimento mensal ilíquido de 317,54€, ao qual acresce subsídio de refeição na prestação diária de trabalho, no valor de 4,77€.

6 — Requisitos de admissão:

a) Ser detentor, até à data limite para apresentação das candidaturas, dos requisitos gerais de admissão previstos no artigo 17.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, nomeadamente:

i) Nacionalidade Portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção especial ou lei especial;

ii) 18 Anos de idade completos;

iii) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe a desempenhar;

iv) Robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções;

v) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória;

b) Nível habilitacional exigido: escolaridade obrigatória ou de curso que lhe seja equiparado, a que corresponde o grau de complexidade 1.

7 — Formalização das candidaturas:

7.1 — Prazo de candidatura: 10 dias úteis a contar da data de publicação do Aviso no *Diário da República*, nos termos do artigo 18.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril.

7.2 — Forma: As candidaturas deverão ser formalizadas, obrigatoriamente, mediante preenchimento de formulário próprio, fornecido nos Serviços de Administração Escolar e entregues no prazo de candidatura, pessoalmente, nas instalações deste Estabelecimento de Ensino, fazendo-se acompanhar do documento de identificação.

8 — Os formulários de candidatura deverão ser acompanhados, sob pena de exclusão, de fotocópias dos seguintes documentos (os originais serão apresentados no ato de entrega do formulário):

Certificado de habilitações literárias;
Declarações da experiência profissional;
Certificados comprovativos de formação profissional.

8.1 — Os candidatos que tenham exercido funções na Escola Secundária Alfredo dos Reis Silveira, estão dispensados da apresentação dos documentos comprovativos dos factos indicados no formulário, desde que, expressamente, refiram que os mesmos se encontram arquivados no seu processo individual. Nesses casos, o júri do concurso solicitará os mesmos ao respetivo serviço de pessoal.

8.2 — As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei.

8.3 — Assiste ao júri a faculdade de exigir a qualquer candidato, no caso de dúvida sobre a situação que descreve, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

9 — Métodos de seleção

9.1 — Avaliação curricular (AC) — visa analisar a qualificação dos candidatos, designadamente a habilitação académica ou profissional, percurso profissional, relevância da experiência adquirida, da formação realizada e tipo de funções exercidas. Será expressa numa escala de 0 a 20 valores com valoração às centésimas, sendo a classificação obtida através da média aritmética ponderada das classificações dos elementos a avaliar.

9.2 — Serão considerados e ponderados os elementos de maior relevância para o posto de trabalho a ocupar, e que são os seguintes:

Habilitação Académica de Base (HAB) ou Curso equiparado, Experiência Profissional (EP) e Formação Profissional (FP) de acordo com a seguinte fórmula:

$$AC = \frac{(HAB + 4EP + 2FP)}{7}$$

9.2.1 — Habilitação Académica de Base (HAB), graduada de acordo com a seguinte pontuação:

- a) 20 Valores — 11.º ou 12.º anos de escolaridade ou de cursos que lhes sejam equiparados ou habilitação de grau académico superior;
- b) 16 Valores — 9.º ano de escolaridade;
- c) 12 Valores — escolaridade obrigatória quando inferior ao 9.º ano de escolaridade.

9.2.2 — Experiência Profissional (EP) — tempo de serviço no exercício das funções inerentes à carreira e categoria conforme descritas no ponto 4 do presente Aviso, de acordo com a seguinte pontuação:

- a) 20 Valores — 2 anos ou mais de tempo de serviço no exercício de funções em realidade social, escolar e educativa do contexto onde desempenhará as funções para as quais se promove o presente procedimento concursal;
- b) 16 Valores — entre 1 e 2 anos de tempo de serviço no exercício de funções em realidade social, escolar e educativa do contexto onde desempenhará as funções para as quais se promove o presente procedimento concursal;
- c) 12 Valores — menos de 1 ano de tempo de serviço no exercício de funções em realidade social, escolar e educativa do contexto onde desempenhará as funções para as quais se promove o presente procedimento concursal;

d) 10 Valores — Sem experiência profissional no exercício de funções inerentes à carreira e categoria.

9.2.3 — Formação Profissional (FP) — formação profissional direta ou indiretamente relacionada com as áreas funcionais a recrutar. Será valorada com um mínimo de 10 valores a atribuir a todos os candidatos, à qual acresce, até um máximo de 20 valores, o seguinte:

a) 10 Valores — Formação diretamente relacionada com a área funcional, num total de 60 ou mais horas;

b) 8 Valores — Formação diretamente relacionada com a área funcional, num total de 15 horas ou mais e menos de 60 horas;

c) 4 Valores — Formação diretamente relacionada com a área funcional, num total de 8 horas ou mais e menos de 15 horas;

10 — Composição do Júri:

Presidente: Rui Pedro Broco Raposo, Adjunto do Diretor;

Vogais efetivos: Maria de Lurdes Barata Oliveira Serra Silva, Adjunta do Diretor e Francisca Mariana Luz Latas Brás, Encarregada Operacional;

Vogais suplentes: Maria Adelaide Duarte Marques Lourenço, Assessora Técnico Pedagógica do Diretor e Maria Manuela Pica Mira Palma, Coordenadora Técnica.

11 — O presidente do júri será substituído nas suas faltas e impedimentos por um dos vogais efetivos.

12 — A Ordenação final dos candidatos admitidos que completem o procedimento concursal é efetuada de acordo com a escala classificativa com valoração às centésimas, em resultado das classificações quantitativas obtidas no método de seleção (AC).

12.1 — Critério de desempate:

12.1.1 — Em caso de igualdade de valoração os critérios de desempate a adotar são os constantes do artigo 27.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril.

12.1.2 — A ordenação dos candidatos que se encontrem em situação de igualdade de valoração e em situação não configurada pela lei como preferencial, é efetuada, de forma decrescente, tendo por referência os seguintes critérios:

a) Valoração da Experiência Profissional (EP);

b) Valoração da Formação Profissional (FP);

c) Valoração da Habilitação académica de base (HAB);

d) Idade (Candidatos com mais idade).

12.2 — A lista unitária da ordenação final dos candidatos, após homologação do Diretor, é afixada em edital nas respetivas Instalações.

13 — Prazo de validade: O procedimento concursal é válido para eventuais contratações que ocorram durante o ano escolar 2019-2020.

14 — Nos termos do disposto no artigo 11.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30/04, o presente Aviso é publicitado, na página eletrónica desta Escola, na 2.ª série do *Diário da República*, bem como na Bolsa de Emprego Público (www.bep.gov.pt), no 1.º dia útil seguinte à publicação na 2.ª série do *Diário da República*, e, no prazo máximo de três dias úteis contados da mesma data, num jornal de expansão nacional.

12 de novembro de 2019. — O Diretor, *Arnaldo Paulo Serra da Silva*.

312755624



EDUCAÇÃO

Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares

Agrupamento de Escolas de Aljezur

Aviso n.º 18848/2019

Sumário: Lista de antiguidade do pessoal docente do Agrupamento de Escolas de Aljezur, reportada a 31 de agosto de 2019.

Em cumprimento do disposto no artigo 132.º do Decreto-Lei n.º 41/2012, de 21 de fevereiro (ECD), faz-se público que se encontra afixada para consulta, no *placard* da Sala de Professores, a Lista de Antiguidade do Pessoal Docente, deste Agrupamento, reportada a 31 de agosto de 2019.

Da referida lista cabe reclamação a apresentar, pelos interessados, ao dirigente máximo dos serviços, no prazo de 30 dias, a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República*.

8 de novembro de 2019. — A Diretora, *Maria da Piedade Matoso Freire*.

312752976



EDUCAÇÃO

Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares

Escola Artística António Arroio, Lisboa

Aviso n.º 18849/2019

Sumário: Anulação do Aviso n.º 10653/2019.

Determino a anulação do aviso de abertura n.º 10653/2019, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 122, de 28 de junho de 2019.

12 de novembro de 2019. — O Diretor, *Rui José Miranda Nobre Madeira*.

312753348



EDUCAÇÃO

Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares

Escola Secundária de Barcelinhos, Barcelos

Aviso n.º 18850/2019

Sumário: Homologação da lista unitária de ordenação final para a carreira e categoria de assistente operacional.

Homologação da lista unitária de ordenação dos candidatos do procedimento concursal comum de recrutamento para ocupação de dois postos de trabalho em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado para carreira e categoria de assistente operacional

Nos termos do disposto no ponto 5 do artigo 28.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, torna-se público que foi homologada por meu despacho de 21 de outubro de 2019, a lista unitária de ordenação final do procedimento concursal comum, com vista ao preenchimento de dois postos de trabalho na categoria e carreira de assistente operacional, conforme Aviso de Abertura n.º 10012/2019, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 112, de 25 de junho de 2019.

Lista de Ordenação Final

	Nome	Classificação final
1.º	Elisabete Manuela Lopes Fernandes	18,56
2.º	André Xavier Oliveira Pereira	18,14
3.º	Maria da Conceição Pereira e Silva	18,02
4.º	Maria Cristina Rodrigues da Silva	17,68
5.º	Tatiana Morozova Graça	17,68
6.º	Sónia Maria de Araújo Barros	17,66
7.º	Anabela Magalhães Dias	17,44
8.º	Maria da Glória Vieira Fernandes	17,12
9.º	Sandra Carla de Oliveira Gonçalves	17,03
10.º	Anabela Cunha Rodrigues	16,96
11.º	Maria Beatriz Pereira Fernandes	16,90
12.º	Maria Clara Reigada Santos Ferreira	16,66
13.º	Elvira Maria Araújo Coelho	16,48
14.º	Sandra Maria da Silva Moreira	16,45
15.º	Rui Filipe Martins de Oliveira	16,43
16.º	Maria Madalena Barbosa do Vale	16,43
17.º	Anabela Cardoso Lima	16,36
18.º	Maria Alexandrina Salgado de Abreu	16,08
19.º	Maria da Conceição Sá Gomes	16,03
20.º	Maria de La Salette Pereira de Sousa	16,01
21.º	Ana Alexandra Fernandes Pinto	15,70
22.º	Sílvia Carina Ferreira Vieira	15,56
23.º	Maria de Lurdes da Silva Araújo	15,46
24.º	Maria Manuela Fernandes Pimenta	14,31
25.º	Catarina Filipa Salsa Araújo	14,09
26.º	Liliana Monteiro Pereira	13,93
27.º	Isabel Maria Fernandes Pereira	13,74
28.º	Alexandre José Cordeiro Sá Cachada	13,63
29.º	Maria Luzia de Azevedo Fernandes da Silva	13,14
30.º	Carla Filipa Faria Salsa	12,68

Nota. — Os critérios de desempate utilizados foram os estabelecidos no artigo 27.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, conjugado com o artigo 66.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.



Mais se informa que a presente publicação se encontra também afixada nos locais de estilo na Escola Secundária de Barcelinhos (átio do Bloco A) e na página eletrónica da Escola.

7 de novembro de 2019. — O Diretor, *António Gonçalves de Carvalho*.

312742089



EDUCAÇÃO

Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares

Agrupamento de Escolas da Caparica, Almada

Aviso n.º 18851/2019

Sumário: Informação sobre a lista homologada de ordenação final dos candidatos aprovados para a seleção de três assistentes operacionais em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

Nos termos do ponto 5, do artigo 28.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, informam-se os interessados que, depois de homologada pela Diretora deste Agrupamento, se encontra afixada nas instalações da Escola sede do Agrupamento de Escolas da Caparica, Almada a lista homologada de ordenação final dos candidatos aprovados para a seleção de três Assistentes Operacionais em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

12 de novembro de 2019. — A Diretora, *Isabel Maria Ribeiro da Silva Santos*.

312753186



EDUCAÇÃO

Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares

Agrupamento de Escolas Carolina Michaëlis, Porto

Aviso n.º 18852/2019

Sumário: Lista homologada do concurso para assistentes operacionais.

Nos termos do n.º 5 do artigo 28.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, torna-se público que foi homologada em 9/11/2019 a lista unitária de ordenação final dos candidatos, relativa ao procedimento concursal comum de recrutamento para o preenchimento de três postos de trabalho em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado para carreira e categoria de assistente operacional, tendo em vista assegurar necessidades permanentes, e constituição de reserva de recrutamento interna para o mesmo posto de trabalho, em regime de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo, tendo em vista assegurar necessidades transitórias, aberto pelo Aviso n.º 10885/2019, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 124/2019, de 2 de julho de 2019.

A lista unitária de ordenação final encontra-se afixada na escola sede do Agrupamento de Escolas Carolina Michaëlis e publicada na respetiva página eletrónica, www.aecarolinamichaelis.pt.

11 de novembro de 2019. — O Diretor, *José Manuel Perdigão Barros Monteiro Novais*.

312752002



EDUCAÇÃO

Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares

Agrupamento de Escolas de Castro Marim

Aviso n.º 18853/2019

Sumário: Lista de ordenação final dos candidatos ao concurso para a categoria de assistente operacional em regime de contrato de trabalho a termo resolutivo certo a tempo parcial.

Em cumprimento do estabelecido no n.º 5 do artigo 28.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, torna-se público que a lista unitária de ordenação final homologada do procedimento concursal comum de recrutamento para ocupação de seis postos de trabalho, em regime de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo a tempo parcial, para as funções correspondentes à categoria de assistente operacional, aberto pelo Aviso n.º 15182/2019, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 30 de setembro, foi afixada no átrio da escola sede e disponibilizada na página eletrónica do Agrupamento de Escolas de Castro Marim (www.aectm.pt).

11 de novembro de 2019. — O Diretor do Agrupamento de Escolas de Castro Marim, *José Manuel Gonçalves Nunes*.

312751339



EDUCAÇÃO

Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares

Agrupamento de Escolas Coimbra Sul

Aviso n.º 18854/2019

Sumário: Lista unitária final homologada de ordenação dos candidatos admitidos, ao concurso para ocupação de oito postos de trabalho para as funções correspondentes à categoria de assistente operacional, em regime de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo a tempo parcial.

Nos termos dos artigos 33.º e 34.º, os n.º 2, 3, 4 e 6 do artigo 36.º, os artigos 37.º e 38.º da LTFP, aprovada pela Lei n.º 35/2014 de 20 de junho, bem como da Portaria n.º 125-A/2019 de 30 de abril, torna-se pública, depois de homologada por despacho da Diretora, Maria Amélia Almeida Nunes Canelas Pais, de 18 de outubro de 2019, e de acordo com a autorização concedida pelo despacho de 27 de agosto de 2019, da Senhora Diretora-Geral dos Estabelecimentos Escolares, a lista unitária final homologada de ordenação dos candidatos admitidos, ao concurso para ocupação de 8 postos de trabalho para as funções correspondentes à categoria de assistente operacional, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo a tempo parcial, deste Agrupamento de Escolas, aberto através do Aviso n.º 14825/2019 publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 183, de 24 de setembro.

Nome	Classificação final
Elisabete Conceição Abreu Pereira	18,67
Fernanda Maria Alexandre de Jesus	18,67
Bruna Daniela Neves Rodrigues	18,67
Anabela Maria Antunes de Matos Lobo	18,00
Virgínia Maria Eufrásio dos Santos Ferreira Borges	18,00
Carla Patrícia Antunes Roque	16,67
Carla Sofia Simões Martins	16,67
Mónica Filipa Carvalho Casas	16,67

Esta lista foi publicada na página eletrónica do Agrupamento e afixada no *placard* da entrada principal da escola sede deste agrupamento.

11 de novembro de 2019. — A Diretora, *Maria Amélia Almeida Nunes Canelas Pais*.

312750529



EDUCAÇÃO

Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares

Agrupamento de Escolas D. Afonso Sanches, Vila do Conde

Aviso n.º 18855/2019

Sumário: Abertura de procedimento concursal comum de recrutamento para ocupação de dois postos de trabalho em regime de contrato de trabalho a termo resolutivo certo a tempo parcial para as funções de assistente operacional.

Procedimento concursal comum de recrutamento para ocupação de dois postos de trabalho em regime de contrato de trabalho a termo resolutivo certo a tempo parcial para as funções de assistente operacional

1 — Nos termos dos n.ºs 2 e 4 do artigo 30.º, artigos 33.º a 38.º, da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e do disposto no artigo 11.º da Portaria n.º 125-A/2009, de 30 de abril, torna-se público que, por despacho de 11/10/2019, da Senhora Diretora-Geral dos Estabelecimentos Escolares, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República* o procedimento concursal comum para preenchimento de dois postos de trabalho para as funções correspondentes à categoria de assistente operacional, na modalidade de relação jurídica de emprego público por tempo determinado, a constituir por contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo a tempo parcial.

2 — Em cumprimento do disposto no artigo 34.º do regime de valorização profissional dos trabalhadores com vínculo de emprego público, aprovado pela Lei n.º 25/2017, de 30 de maio, foi solicitado parecer prévio à entidade gestora da valorização profissional — INA, que declarou a inexistência de trabalhadores em situação de valorização profissional para os postos de trabalho a preencher.

3 — Para efeitos do disposto no n.º 6 do artigo 30.º da Portaria n.º 125-A/2009, de 30 de abril, declara-se não estarem constituídas reservas de recrutamento internas.

4 — Legislação aplicável — o presente procedimento rege-se pelas disposições contidas na Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, Lei n.º 25/2017, de 30 de maio, Decreto regulamentar n.º 14/2008, de 31 de julho, Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de dezembro e Código do Procedimento Administrativo.

5 — Local de trabalho — Estabelecimentos de Ensino do Agrupamento de Escolas D. Afonso Sanches, Vila do Conde.

6 — Caracterização do posto de trabalho — Os postos de trabalho a ocupar caracterizam-se pelo exercício de funções correspondentes à categoria de assistente operacional, tal como descrito no Anexo referido no n.º 2 do artigo 88.º da LTFP e de acordo com as atividades inerentes às de auxiliar de ação educativa de acordo com o seguinte perfil de competências:

- a) Exercer as tarefas de atendimento e encaminhamento dos utilizadores das escolas e controlar as entradas e saídas da escola;
- b) Prestar informações, utilizar equipamentos de comunicação, incluindo estabelecer ligações telefónicas. Receber e transmitir mensagens;
- c) Providenciar a limpeza, arrumação, conservação e boa utilização das instalações, bem como do material e equipamento didático e informático necessário ao desenvolvimento do processo educativo;
- d) Exercer atividades de apoio aos serviços de ação social escolar, laboratórios, refeitório, bar e bibliotecas escolares de modo a permitir o seu normal funcionamento;
- e) Reproduzir documentos com utilização de equipamento próprio, assegurando a sua manutenção e gestão de *stocks* necessários ao seu funcionamento;
- f) Participar com os docentes no acompanhamento das crianças e jovens com vista a assegurar um bom ambiente educativo;
- g) Cooperar nas atividades que visem a segurança de crianças e jovens na escola;

h) Prestar apoio e assistência em situações de primeiros socorros e, em caso de necessidade, acompanhar a criança ou o aluno à unidade de prestação de cuidados de saúde;

i) Efetuar, no interior e exterior, tarefas de apoio de modo a permitir o normal funcionamento dos serviços.

7 — Duração do contrato — até 9 de junho de 2020.

8 — Posicionamento remuneratório — 4.ª posição remuneratória da categoria de assistente operacional, nível 4 da tabela única, com a correspondência ao número de horas.

9 — Requisitos de admissão:

a) Ser detentor, até à data limite para apresentação das candidaturas, dos requisitos gerais de admissão previstas no artigo 17.º da LTFP, nomeadamente:

i) Nacionalidade Portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou lei especial;

ii) 18 anos de idade completos;

iii) não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe a desempenhar;

iv) Robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções;

v) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória.

b) Ser detentor da escolaridade obrigatória ou de curso que lhe seja equiparado, a que corresponde o grau de complexidade 1 de acordo com o previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 86.º da LTFP;

c) Os candidatos deverão ser titulares da escolaridade obrigatória (considerando a data de nascimento) ou experiência profissional comprovada, de acordo com a alínea i) do artigo 11.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril.

10 — Para efeitos do disposto na alínea k) do artigo 11.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, não podem ser admitidos candidatos que, cumulativamente, se encontrem integrados na carreira, sejam titulares da categoria e, não se encontrando em mobilidade, ocupem postos de trabalho previstos no mapa de pessoal do órgão ou serviço idênticos aos postos de trabalho para cuja ocupação se publicita o procedimento.

11 — Formalização das candidaturas:

11.1 — Prazo de candidatura — 10 dias úteis contados a partir do dia seguinte ao da publicação do presente Aviso no *Diário da República*.

11.2 — Forma — a apresentação das candidaturas deverá ser efetuada em suporte de papel, formalizadas, obrigatoriamente, mediante preenchimento de formulário próprio, aprovado por Despacho n.º 11321/2009, de 8 de maio, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 89, de 8 de maio, disponibilizado no endereço eletrónico da Direção-Geral da Administração e Emprego Público (DGAEP), em www.dgaep.gov.pt, podendo ser obtido na página eletrónica ou junto dos serviços de administração escolar do Agrupamento de Escolas D. Afonso Sanches, e entregues no prazo de candidatura, pessoalmente, nas instalações deste, ou enviadas pelo correio, em carta registada com Aviso de receção, ao cuidado da Diretora do Agrupamento de Escolas D. Afonso Sanches, Alameda Flâmula Pais, 4480-881, Vila do Conde.

11.3 — Os formulários da candidatura deverão ser acompanhados, sob pena de exclusão, dos seguintes documentos: *Curriculum Vitae*; Fotocópia de documento comprovativo das habilitações literárias; Certificado de registo criminal, de acordo com o artigo 2.º da Lei n.º 113/2009, de 17 de setembro; Fotocópia dos documentos comprovativos das ações de formação frequentadas com indicação da entidade que as promoveu, período em que as mesmas decorreram e respetiva duração, caso existam; e outros documentos comprovativos de factos referidos pelos candidatos no seu *Curriculum Vitae* que possam relevar para apreciação do seu mérito.

11.4 — Nos termos do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de fevereiro, e para efeitos de admissão ao concurso, os candidatos com deficiência devem declarar sob compromisso de honra o respetivo grau de incapacidade e tipo de deficiência.

11.5 — As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da Lei.

11.6 — Assiste ao júri a faculdade de exigir a qualquer candidato, no caso de dúvida sobre a situação que descreve, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

12 — Método de seleção a utilizar: Considerando a urgência do procedimento e atento o disposto no n.º 5 do artigo 56.º, no artigo 36.º da LTFP e no artigo 5.º da Portaria n.º 125-A/2019, aplica-se o método de seleção Avaliação Curricular (AC) — com a ponderação de 100 %.

12.1 — A avaliação curricular será ponderada de acordo com a fórmula:

$$AC = [HAB + 2(EP) + FP]/4$$

12.2 — Avaliação curricular (AC) visa analisar a qualificação dos candidatos, designadamente a habilitação académica ou profissional, percurso profissional, relevância da experiência adquirida e da formação realizada, tipo de funções exercidas. Para tal serão considerados e ponderados os elementos de maior relevância para o posto de trabalho a ocupar, e que obrigatoriamente são os seguintes: Habilitação académica de base (HAB) ou Curso equiparado, Experiência Profissional (EP) e Formação Profissional (FP). Será expressa numa escala de 0 a 20 valores, com valoração às centésimas, sendo a classificação obtida através da média aritmética ponderada das classificações dos elementos a avaliar.

12.3 — Serão excluídos do procedimento, os candidatos que obtenham uma valoração inferior a 9,5 valores no método de seleção.

13 — Composição do júri:

Presidente: Íris Daniela Teixeira Ribeiro — Adjunta da Diretora.

1.º Vogal: Susana Daniela Moreira Gomes Barbosa — Subdiretora.

2.º Vogal: Maria Manuela Fernandes Neves Azevedo — Encarregada dos Assistentes Operacionais.

1.º Vogal Suplente: Sandra Marisa Guedes Gavinhos — Adjunta da Diretora;

2.º Vogal Suplente: Maria Jorge da Silva Pereira de Faria — Assessora da Diretora.

13.1 — O presidente do júri será substituído nas suas faltas e impedimentos pela 1.ª vogal suplente.

13.2 — Os critérios de apreciação e de ponderação do método de seleção, bem como o sistema final dos candidatos, incluindo a respetiva fórmula classificativa, constam das atas das reuniões do júri do procedimento.

14 — Exclusão e notificação dos candidatos — Os candidatos excluídos serão notificados para realização da audiência dos interessados nos termos do Código do Procedimento Administrativo.

15 — A ordenação final dos candidatos admitidos que completem o procedimento concursal é efetuada de acordo com a escala classificativa de 0 a 20 valores com valoração às centésimas em resultado da classificação quantitativa obtida no método de seleção.

15.1 — A ordenação dos candidatos que se encontrem em situação de igualdade de valoração e em situação não configurada pela lei como preferencial, é efetuada, de forma decrescente, tendo por referência os seguintes critérios:

a) Valoração da Habilitação Académica de Base (HAB);

b) Valoração da Experiência Profissional (EP);

c) Valoração da Formação Profissional (FP).

15.2 — A lista unitária da ordenação final dos candidatos, após homologação é afixada nas respetivas instalações em local visível e público e disponibilizada na página eletrónica do Agrupamento de Escolas D. Afonso Sanches.

16 — Este concurso é válido para eventuais contratações que ocorram durante o ano escolar de 2019/2020.

12 de novembro de 2019. — A Diretora, *Ana Alice da Silva Araújo Lopes Rodrigues*.

312752692



EDUCAÇÃO

Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares

Agrupamento de Escolas Diogo Cão, Vila Real

Aviso n.º 18856/2019

Sumário: Homologação dos contratos de trabalho relativos aos docentes contratados; técnicos das atividades extracurriculares; técnicos especializados e os contratos de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo e a tempo parcial, de grau 1, do ano letivo de 2018-2019.

Maria Elisabete Carvalho Ribeiro Leite, na qualidade de Diretora do Agrupamento de Escolas Diogo Cão, Vila Real, no uso das competências que lhe foram delegadas através do Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho, conjugado com o Artigo 4.º, da Lei n.º 35 de 2014, de 20 de junho, manda publicitar a homologação dos contratos relativos aos docentes contratados; técnicos das atividades de enriquecimento curricular; técnicos especializados e os contratos de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo e a tempo parcial, de grau 1, do ano letivo 2018/2019, abaixo referenciados:

Nome	Contrato	Grupo	Índice	Data início	Data termo
Alexandra Bernardete Roçadas Botelho	CTFP Termo (RGSS)	110	167	07-05-2019	05-06-2019
Alexandra Jesus Moutinho Carvalho D'Egas	CTFP Termo (RGSS)	230	167	03-01-2019	31-08-2019
Alice Maria Duarte Ribeiro Teixeira	CTFP Termo (RGSS)	100	167	25-09-2018	28-12-2018
Ana Bela Teixeira Oliveira Vilela	CTFP Termo (RGSS)	220	167	25-09-2018	05-06-2019
Andreia Raquel Torres Damião	CTFP Termo (RGSS)	230	167	25-09-2018	31-08-2019
Carla Maria Ramadas dos Santos Gregório	CTFP Termo (RGSS)	240	167	02-10-2018	31-08-2019
Carla Mónica Ferreira Cunha Moreira	CTFP Termo (RGSS)	240	167	23-10-2018	02-08-2019
Cátia Catarino Fontes Crespo	CTFP Termo (RGSS)	110	167	20-11-2018	31-08-2019
Cláudia Manuela Viduedo Carneiro	CTFP Termo (RGSS)	220	167	01-09-2018	31-08-2019
Daniela Sofia Silva Magalhães Strothmann	CTFP Termo (RGSS)	910	167	05-02-2019	15-04-2019
Daniel Filipe Nunes Ferreira	CTFP Termo (RGSS)	260	167	26-02-2019	31-08-2019
Edgar José Gomes Dias	CTFP Termo (RGSS)	110	167	27-11-2018	26-12-2018
Eduarda Maria Lopes Ferreira	CTFP Termo (RGSS)	110	167	25-09-2018	06-05-2019
Fernando António Teixeira da Cunha	CTFP Termo (RGSS)	100	167	06-03-2019	08-07-2019
Filipa Meireles Rodrigues Ribeiro Gonçalves	CTFP Termo (RGSS)	250	167	01-09-2018	17-06-2019
Helena Maria Silva Gonçalves Oliveira Rei	CTFP Termo (RGSS)	550	167	20-11-2018	21-12-2018
Helena Matos Marques	CTFP Termo (RGSS)	230	167	25-09-2018	31-08-2019
Heloísa Alexandra Figueiredo Alves Heleno	CTFP Termo (RGSS)	999	151	01-09-2018	31-08-2019
Isidro Manuel Ferreira da Fonseca	CTFP Termo (RGSS)	520	167	12-02-2019	07-08-2019
João Paulo Carneiro Miranda	CTFP Termo (RGSS)	999	112	01-09-2018	31-08-2019
Liliana Sofia Vital Gonçalves	CTFP Termo (RGSS)	600	151	16-11-2018	31-08-2019
Maria Elisabete Araújo Costa	CTFP Termo (RGSS)	240	167	15-01-2018	06-08-2019
Maria Helena Dias da Costa	CTFP Termo (RGSS)	999	151	01-09-2018	31-08-2019
Maria Jacinta Vilela Alves Carmo	CTFP Termo (RGSS)	910	167	02-10-2018	25-07-2019
Marlene Sofia do Carmo Santos	CTFP Termo (RGSS)	910	167	27-11-2018	31-12-2018
Marlene Sofia do Carmo Santos	CTFP Termo (RGSS)	910	167	19-03-2019	29-04-2019
Mónica Filipa Fonseca Coutinho	CTFP Termo (RGSS)	240	167	18-09-2018	21-08-2019
Mónica Sofia Monteiro Teixeira Varejão	CTFP Termo (RGSS)	999	151	01-09-2018	31-08-2019
Marisa Cristina Costa Silva Fernandes	CTFP Termo (RGSS)	910	167	19-02-2019	22-03-2019
Paula Cristina Afonso Assunção	CTFP Termo (RGSS)	910	167	13-11-2018	24-12-2018
Paula Cristina Morais Guedes Borges	CTFP Termo (RGSS)	120	167	25-09-2018	31-08-2019
Rúben Norberto Ferreira José	CTFP Termo (RGSS)	167	230	30-10-2018	31-08-2019
Sandra Castro Fraga	CTFP Termo (RGSS)	910	167	15-01-2019	11-03-2019
Sandra Castro Fraga	CTFP Termo (RGSS)	910	167	19-03-2019	28-06-2019
Sandra Isabel Moita Ribeiro	CTFP Termo (RGSS)	110	167	29-01-2019	12-08-2019
Sandra Isabel Pires Vieira	CTFP Termo (RGSS)	200	167	20-11-2018	11-03-2019
Sandra Patrícia da Costa Carvalho	CTFP Termo (RGSS)	230	167	01-09-2018	31-08-2019



Nome	Contrato	Grupo	Índice	Data início	Data termo
Sara Raquel Caetano Lopes	CTFP Termo (RGSS)	420	167	13-11-2019	04-02-2019
Sónia Cristina Rodrigues Resende	CTFP Termo (RGSS)	230	167	03-01-2019	31-08-2019
Susana Maria Soares Baptista	CTFP Termo (RGSS)	230	167	01-09-2018	31-08-2019
Alfredo Manuel Reis Pereira	CTFP Termo (RGSS)	998	0	02-10-2018	15-07-2019
Ana Catarina Gomes Rodrigues	CTFP Termo (RGSS)	998	0	02-10-2018	15-07-2019
Ana Cláudia de Araújo de Oliveira Bastos	CTFP Termo (RGSS)	998	0	02-10-2018	12-07-2019
Ana Isabel Esteves Cecílio	CTFP Termo (RGSS)	998	0	03-10-2018	15-07-2019
Ana Margarida Pinto Claudino Magalhães	CTFP Termo (RGSS)	998	0	17-10-2018	12-07-2019
Ana Mónica Pereira Dias Cardoso	CTFP Termo (RGSS)	998	0	10-10-2018	12-07-2019
Ana Paula Tavares Dias	CTFP Termo (RGSS)	998	0	10-10-2018	12-07-2019
Ana Raquel Monteiro Múrias	CTFP Termo (RGSS)	998	0	03-01-2019	15-07-2019
Ana Rita Coutinho Martins	CTFP Termo (RGSS)	998	0	12-10-2018	19-03-2019
Ana Rita Pereira Vieira	CTFP Termo (RGSS)	998	0	07-01-2019	05-07-2019
Bruno Daniel Sousa Coutinho	CTFP Termo (RGSS)	998	0	10-12-2018	09-07-2019
Carina Heloísa Pereira Guedes Rodrigues	CTFP Termo (RGSS)	998	0	04-04-2019	28-06-2019
Carla Sofia Madeira Vilela	CTFP Termo (RGSS)	998	0	17-10-2018	12-07-2019
Carlos Alberto Costa Silva	CTFP Termo (RGSS)	998	0	02-10-2018	12-10-2018
Cármen Manuela Pereira Carneiro Lucas	CTFP Termo (RGSS)	998	0	08-10-2018	20-03-2019
Celina Conceição Linares	CTFP Termo (RGSS)	998	0	02-10-2018	04-02-2019
Cheila Cristina Almeida Rodrigues	CTFP Termo (RGSS)	998	0	02-10-2018	15-07-2019
Débora Catarina Mota Ferreira	CTFP Termo (RGSS)	998	0	16-10-2018	12-07-2019
Diana Raquel Ribeiro Pereira	CTFP Termo (RGSS)	998	0	15-10-2018	12-07-2019
Diogo André Vieira Martins	CTFP Termo (RGSS)	998	0	03-10-2018	18-10-2018
Diogo Marcelo Oliveira da Silva	CTFP Termo (RGSS)	998	0	08-10-2018	12-07-2019
Francisco Manuel Peixoto dos Santos	CTFP Termo (RGSS)	998	0	23-10-2018	12-07-2019
Gonçalo Emanuel Paiva Martins	CTFP Termo (RGSS)	998	0	02-10-2018	25-03-2019
Gilberto Dinis Ferreira	CTFP Termo (RGSS)	998	0	03-10-2018	15-07-2019
Helena Maria da Costa Amorim	CTFP Termo (RGSS)	998	0	02-10-2018	09-10-2018
Joana Cristina Torres Pereira Leite Gomes	CTFP Termo (RGSS)	998	0	03-10-2018	27-06-2019
Joana Isabel da Silva Barbosa	CTFP Termo (RGSS)	998	0	03-10-2018	15-07-2019
José Ricardo Rainho Pinheiro	CTFP Termo (RGSS)	998	0	08-10-2018	12-07-2019
José Romeu Sampaio Aires Botelho	CTFP Termo (RGSS)	998	0	02-10-2018	11-07-2019
Luís Filipe Ribeiro da Cunha	CTFP Termo (RGSS)	998	0	04-10-2018	10-07-2019
Luís Filipe Alhais Diogo	CTFP Termo (RGSS)	998	0	28-01-2019	20-03-2019
Luciana Maria Nascimento Fernandes	CTFP Termo (RGSS)	998	0	02-10-2018	11-10-2018
Marcelo Costa Teixeira Lachado	CTFP Termo (RGSS)	998	0	10-12-2018	09-07-2019
Maria Adelaide Batista Oliveira da Silva	CTFP Termo (RGSS)	998	0	08-10-2018	10-07-2019
Maria da Conceição Esteves Aleixo	CTFP Termo (RGSS)	998	0	08-10-2018	12-07-2019
Maria da Conceição Lourenço Maurício	CTFP Termo (RGSS)	998	0	02-10-2018	15-07-2019
Maria Isabel Fonseca Cabral Correia	CTFP Termo (RGSS)	998	0	16-01-2019	31-03-2019
Maria da Purificação Silva Escalera	CTFP Termo (RGSS)	998	0	02-10-2018	15-07-2019
Maria Regina Joaquina Soares	CTFP Termo (RGSS)	998	0	02-10-2018	15-07-2019
Marília Ribeiro de Castro Cardoso	CTFP Termo (RGSS)	998	0	02-10-2018	15-07-2019
Marisa Isabel Ferreira Azevedo	CTFP Termo (RGSS)	998	0	08-10-2018	12-07-2019
Martinho Filipe Carreira Mesquita	CTFP Termo (RGSS)	998	0	17-10-2018	12-07-2019
Marco Aurélio Pinto Baptista	CTFP Termo (RGSS)	998	0	08-10-2018	15-10-2019
Maurício Silva Ramos	CTFP Termo (RGSS)	998	0	08-10-2018	12-07-2019
Nuno Miguel Martins Sousa	CTFP Termo (RGSS)	998	0	03-10-2018	18-10-2018
Pedro Alexandre Gonçalves Matos	CTFP Termo (RGSS)	998	0	11-03-2019	22-05-2019
Pedro Leonel Meireles Costa Araújo	CTFP Termo (RGSS)	998	0	03-10-2018	15-07-2019
Raquel Sofia Dias Meireles Mendes	CTFP Termo (RGSS)	998	0	03-10-2018	11-10-2018
Raquel Sofia Alves dos Santos	CTFP Termo (RGSS)	998	0	08-03-2018	12-07-2019
Ricardo Jorge Gaspar Gonçalves	CTFP Termo (RGSS)	998	0	02-10-2018	15-07-2019
Rosa Odete Gonçalves Coelho Teixeira	CTFP Termo (RGSS)	998	0	07-02-2019	03-07-2019
Sónia Lúcia Mourão Nascimento	CTFP Termo (RGSS)	998	0	03-10-2018	03-03-2019
Sílvia Maria Batista Alves	CTFP Termo (RGSS)	998	0	02-10-2018	15-07-2019
Susana Adelina Santos Dionísio	CTFP Termo (RGSS)	998	0	02-10-2018	09-07-2019
Susana Gomes Aires	CTFP Termo (RGSS)	998	0	02-10-2018	15-07-2019
Susana de Oliveira Graça	CTFP Termo (RGSS)	998	0	02-10-2018	15-01-2019
Tiago Filipe Freitas de Castro	CTFP Termo (RGSS)	998	0	10-10-2018	12-07-2019
Vitor Bruno Branco Monteiro	CTFP Termo (RGSS)	998	0	10-12-2018	09-07-2019
Vitor Jorge Vital Gonçalves	CTFP Termo (RGSS)	998	0	02-10-2018	09-10-2018
Agostinha Antonieta Pinto Monteiro	CTFPTRCTP (RGSS)	0	0	26-10-2018	21-06-2019



Nome	Contrato	Grupo	Índice	Data início	Data termo
Maria Leonor Gonçalves Moura	CTFPTRCTP (RGSS)	0	0	26-10-2018	21-06-2019
Maria Luísa Martins Machado	CTFPTRCTP (RGSS)	0	0	26-10-2018	21-06-2019
Maria Manuela Rodrigues e Sousa Ferreira	CTFPTRCTP (RGSS)	0	0	26-10-2018	21-06-2019
Maria Alexandra Matias Monteiro	CTFPTRCTP (RGSS)	0	0	26-10-2018	21-06-2019
Patrícia Monteiro Gonçalves	CTFPTRCTP (RGSS)	0	0	26-10-2018	21-06-2019

13 de novembro de 2019. — A Diretora do Agrupamento, *Maria Elisabete Carvalho Ribeiro Leite*.

312758265



EDUCAÇÃO

Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares

Agrupamento de Escolas Diogo de Macedo, Vila Nova de Gaia

Aviso n.º 18857/2019

Sumário: Cessação de funções por aposentação.

Para cumprimento do normativo constante na alínea d) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, faz-se pública a lista de pessoal que cessou funções por motivo de aposentação, no ano de 2019:

Pessoal docente:

Ivone Marina Teixeira Carvalho Paixão — grupo de docência 230;

Pessoal não docente:

Manuel Ferreira Gonçalves — assistente operacional.

12 de novembro de 2019. — O Diretor, *Serafim Manuel Teixeira Correia*.

312755892

**EDUCAÇÃO****Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares**

Agrupamento de Escolas Diogo de Macedo, Vila Nova de Gaia

Aviso n.º 18858/2019

Sumário: Entrada em funções de pessoal docente, com contrato de trabalho por tempo indeterminado: Rute Joana Teixeira Monteiro e Alcides Serras Marques.

Para cumprimento do normativo constante na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, faz-se pública a lista nominativa do pessoal docente com contrato de trabalho, por tempo indeterminado, que iniciou funções neste Agrupamento de Escolas em 01/09/2019, em resultado de procedimento concursal para pessoal docente:

Nome	Grupo de recrutamento	Índice remuneratório
Rute Joana Teixeira Monteiro.	110	188
Alcides Serras Marques.	430	205

12 de novembro de 2019. — O Diretor, *Serafim Manuel Teixeira Correia*.

312755802



EDUCAÇÃO

Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares

Agrupamento de Escolas Dr. Francisco Fernandes Lopes, Olhão

Aviso n.º 18859/2019

Sumário: Celebração dos contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, na carreira e categoria de assistente operacional, com efeitos a 22 de outubro de 2019.

Nos termos do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que na sequência de procedimento concursal comum de recrutamento, publicado, pelo Aviso n.º 9517/2019, na 2.ª série do *Diário da República*, n.º 104 de 30 de maio de 2019, ao abrigo do artigo 3.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, o Agrupamento Escolas Dr. Francisco Fernandes Lopes celebrou contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, na carreira e categoria de Assistente Operacional, com efeitos a vinte e dois de outubro de dois mil e dezanove, com os seguintes trabalhadores:

Nome	Posição/nível remuneratório
Ana Catarina Viegas de Aquino	4/4
Alexandra Maria Bernardo Viegas Dias	4/4
Deolinda Rosário Gomes Luz Brito	4/4

11 de novembro de 2019. — O Diretor do Agrupamento Escolas Dr. Francisco Fernandes Lopes, Olhão, *Idalécio Lourenço dos Santos Nicolau*.

312750731



EDUCAÇÃO

Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares

Agrupamento de Escolas Elias Garcia, Almada

Aviso n.º 18860/2019

Sumário: Homologação da lista unitária de ordenação final do procedimento concursal comum para assistentes operacionais.

Em cumprimento do disposto no n.º 2, do artigo 28.º, da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, homologo a lista unitária de ordenação final dos candidatos aprovados, apresentada pelo respetivo júri, no âmbito do procedimento concursal comum de recrutamento para o preenchimento de três postos de trabalho em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado para carreira e categoria de assistente operacional, tendo em vista assegurar necessidades permanentes, e constituição de reserva de recrutamento interna para o mesmo posto de trabalho, em regime de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo, tendo em vista assegurar necessidades transitórias, aberto pelo Aviso n.º 7969/2019, publicitado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 89, de 09 de maio de 2019, publicitado na BEP — Bolsa de Emprego Público, sob o n.º OE201906/0163.

Nos termos previstos no n.º 4 do artigo 28.º da referida Portaria, os candidatos, incluindo os que tenham sido excluídos no decurso da aplicação dos métodos de seleção, estão notificados do presente despacho de homologação.

De acordo com o preceituado no n.º 5 do artigo 28.º daquele diploma legal, a lista unitária de ordenação final homologada encontra-se afixada em local visível e público, nas instalações da Escola Básica Elias Garcia e disponibilizada na página eletrónica do Agrupamento, em <http://www.agrupamentoeliasgarcia.com>.

12 de novembro de 2019. — A Diretora, *Catarina Manuela Serra Bernardo*.

312753226



EDUCAÇÃO

Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares

Escola Secundária Emídio Navarro, Viseu

Aviso n.º 18861/2019

Sumário: Homologação da lista de classificação final do procedimento concursal para assistente operacional.

Homologação da lista de classificação final do procedimento concursal para assistente operacional

Nos termos do n.º 5 do artigo 28.º da Portaria n.º 125-A/2019 de 30 de abril, torna-se público que a lista de classificação final dos candidatos, resultante do procedimento concursal comum de recrutamento para ocupação de um posto de trabalho, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para a carreira e categoria de assistente operacional a que se refere o aviso n.º 7166/2019, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 79, de 23 de abril, foi homologada, em 11 de novembro de 2019, pelo Diretor, encontrando-se afixada em local visível e público na escola e na respetiva página eletrónica (www.esenviseu.net).

12 de novembro de 2019. — O Diretor, *José Augusto Oliveira Rosa*.

312754377



EDUCAÇÃO

Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares

Agrupamento de Escolas de Esmoriz, Ovar Norte

Aviso n.º 18862/2019

Sumário: Lista de antiguidade do pessoal docente.

A fim de dar cumprimento ao disposto do artigo 132.º do Decreto-Lei n.º 41/2012, de 21 de fevereiro, faz-se público que se encontra afixada na sede do Agrupamento, a lista de antiguidade do pessoal docente, deste Estabelecimento de Ensino, reportada a 31 de agosto de 2019.

Da referida lista cabe reclamação a apresentar, pelos interessados, no prazo de trinta dias, a contar da publicação deste aviso no *Diário da República*.

14 de novembro de 2019. — A Diretora, *Maria Estela Tomé da Rocha*.

312760419



EDUCAÇÃO

Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares

Agrupamento de Escolas de Figueiró dos Vinhos

Aviso n.º 18863/2019

Sumário: Lista unitária de ordenação final do procedimento concursal comum de recrutamento para o preenchimento de um posto de trabalho em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado para a carreira e categoria de assistente operacional.

Em cumprimento do estabelecido no n.º 6 do artigo 36.º da Portaria 83-A/2009, de 22 de janeiro, torna-se público que a lista unitária de ordenação do procedimento concursal comum de recrutamento para o preenchimento de um posto de trabalho em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado para a carreira e categoria de assistente operacional, conforme Aviso n.º 7395/2019, de 29 de abril de 2019, foi afixada em local visível no átrio dos serviços administrativos da escola sede do Agrupamento e disponibilizada na página do seu sítio da internet.

11 de novembro de 2019. — A Diretora, *Sónia Isabel Franco Rodrigues*.

312751047



EDUCAÇÃO

Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares

Agrupamento de Escolas Francisco de Holanda, Guimarães

Aviso (extrato) n.º 18864/2019

Sumário: Cessação da relação jurídica de emprego público, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado por denúncia do contrato de trabalho em período experimental.

Cessação da relação jurídica de emprego publico, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado por denúncia do contrato de trabalho em período experimental

Para os devidos efeitos e em cumprimento do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho de 2014, torna-se pública a cessação da relação jurídica de emprego público, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, da trabalhadora Juliana Patrícia Ribeiro Faria, na carreira e categoria de Assistente Técnica, posição remuneratória 1, nível remuneratório 5 da tabela remuneratória única, com efeitos a 08 de novembro de 2019, por denúncia do contrato de trabalho em período experimental.

11 de novembro de 2019. — A Diretora, *Rosalina de Jesus Rodrigues Pinheiro*.

312749266



EDUCAÇÃO

Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares

Escola Secundária de Loulé

Aviso n.º 18865/2019

Sumário: Lista de antiguidade do pessoal docente, reportada a 31 de agosto de 2019.

Para cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 132.º do Estatuto da Carreira Docente — Decreto-Lei n.º 41/2012, de 21 de fevereiro, torna-se público que se encontra afixada no *placard* da sala dos professores a lista de antiguidade do Pessoal Docente deste Estabelecimento de Ensino, reportada a 31 de agosto de 2019.

Da organização das listas cabe a reclamação ao dirigente máximo do serviço no prazo de 30 dias a contar da data da publicação deste aviso.

12 de novembro de 2019. — A Diretora, *Renata Maria Castanheira Afonso*.

Alda Soares Ferreira Nunes de Jesus Rita;
Ângela Sofia Caetano Marçal Tomé;
António Nuno Infante da Câmara;
Carina Sofia Madeira Guerreiro;
Célia do Carmo Guerreiro Mestre Pires;
Filomena Maria Lino do Brito Felgueiras;
Ludovina Maria Martins Guerreiro Mendonça Rosária;
Maria de Fátima Palma Castilho;
Sandrina dos Reis Gonçalves;
Sílvia Maria Carvalho António;
Vânia Regina de Almeida Simões;
Yeimy Francis Vieira dos Santos.

312753478



EDUCAÇÃO

Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares

Escola Secundária de Loulé

Aviso n.º 18866/2019

Sumário: Celebração de contratos de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo, para o ano escolar 2019-2020, de pessoal docente, até 31 de agosto de 2020.

Nos termos do artigo 5.º, n.º 1, alínea *b*) da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, foram celebrados até 31.08.2020 os Contratos de Trabalho em Funções Públicas a Termo Resolutivo Certo, para o ano escolar 2019/2020, dos docentes abaixo mencionados:

Nome	Grupo	Início de funções
Cátia Susana Fernandes Inácio da Silva	300	10-09-2019
Humberto Jorge Dias da Silva Bento	300	01-09-2019
Marta de Sousa Santa Rita	300	01-09-2019
Sónia da Silva Moreira	300	01-09-2019
Ana Lúcia Rodrigues Antunes Magalhães	330	01-09-2019
Maria da Conceição Gonçalves Viegas	330	01-09-2019
Noémia Margarida Pereira Taboça	330	01-09-2019
Carlos Alberto Botequilha Mangas	350	01-09-2019
Sílvia Maria Martins Pombinho	350	08-10-2019
Ana Isabel Marques Pereira	400	01-09-2019
Rui Pedro Falcão Correia Galinho	400	01-09-2019
Sílvia Mónica Martins Gonçalves	400	01-09-2019
Ana Rita Gonçalves Raposo	410	01-09-2019
Carla Cristina Reis do Paço	410	01-09-2019
Lúcia Fátima Brasil Bettencourt	420	10-09-2019
Paula da Conceição Mazarôto Pombeiro Semião	420	01-09-2019
Marília Correia M. Faisca Coelho	430	01-09-2019
Ana Catarina Agostinho Terra	500	01-09-2019
Cristina dos Ramos Simão Godinho	500	19-09-2019
Dilar Domingues Viegas	500	01-09-2019
João Carlos Carvalho Mesquita	500	01-09-2019
Sónia José Leote Inácio	500	01-09-2019
Ana Sofia Antunes Cavaco	510	01-09-2019
Isabel do Carmo Lemos Ferreira Catarino	510	01-09-2019
Sandra Cristina Farias Sousa Gonçalves	510	10-09-2019
Liliana Filipa Neto Peralta	520	01-09-2019
Arlindo Pereira Martins	540	01-09-2019
Ana Patrícia da Silva Ferreira	550	01-09-2019
Celina Mateus Inácio	550	01-09-2019
Eugénia Susana Sérgio Narciso	550	01-09-2019
Maria Helena Gameiro Ourêlo	600	19-09-2019
Pedro Manuel Martins Pereira	620	01-09-2019
Carla Alexandra Medeiros Pinto Janeira	Técnico especializado	01-09-2019
Fábio André Faria da Silva	Técnico especializado	01-09-2019
Irlandino Viegas Santos	Técnico especializado	10-09-2019
João Paulo Vairinhos Duarte	Técnico especializado	01-09-2019
Maria José Castro das Dores Moreira	Técnico especializado	01-09-2019
Maria Margarida Simão Soares	Técnico especializado	01-09-2019
Nelson Miguel Martins da Palma	Técnico especializado	01-09-2019
Patrícia Isabel de Brito Carvalho	Técnico especializado	01-09-2019
Renato Manuel Viegas Lopes Pires	Técnico especializado	01-09-2019
Sérgio Filipe Bernardo Bárbara	Técnico especializado	01-09-2019
Telma Cristina Cardoso Saião Silva	Técnico especializado	01-09-2019

12 de novembro de 2019. — A Diretora, *Renata Maria Castanheira Afonso*.

312753323



EDUCAÇÃO

Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares

Agrupamento de Escolas Manuel da Maia, Lisboa

Aviso n.º 18867/2019

Sumário: Procedimento concursal comum de recrutamento para o preenchimento de dois postos de trabalho em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado para carreira e categoria de assistente operacional.

Procedimento concursal comum de recrutamento para o preenchimento de dois postos de trabalho em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado para carreira e categoria de Assistente Operacional, tendo em vista assegurar necessidades permanentes, e constituição de reserva de recrutamento interna para o mesmo posto de trabalho, em regime de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo, tendo em vista assegurar necessidades transitórias.

1 — Nos termos dos n.º 2 e 4 do artigo 30.º, artigos 33.º a 38.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e do disposto no artigo 11.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, torna-se público que se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis contados a partir do dia seguinte ao da publicação do presente Aviso extrato, no *Diário da República*, o procedimento concursal comum, com a referência Proc.03/2019-2AO, para preenchimento de dois postos de trabalho para as funções correspondentes à carreira e categoria de Assistente Operacional deste Agrupamento de Escolas Manuel da Maia, na modalidade de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, a constituir por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

2 — Os postos de trabalho a ocupar caracterizam-se pelo exercício de funções na carreira e categoria de assistente operacional, tal como descrito no Anexo referido no n.º 2 do artigo 88.º da LTFP, e de acordo com as atividades inerentes às de auxiliar de ação educativa.

3 — Ser detentor da escolaridade obrigatória (considerando a data de nascimento) ou de curso que lhe seja equiparado, a que corresponde o grau de complexidade 1, de acordo com o previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 86.º da LTFP.

4 — O prazo de candidatura é de 10 dias úteis contados a partir do dia seguinte ao da publicação do presente Extrato no *Diário da República*.

5 — A publicação integral deste aviso deverá ser consultada na Bolsa de Emprego Público (BEP) e no sítio da Internet do Agrupamento de Escolas de Manuel da Maia.

13 de novembro de 2019. — O Diretor, *Luís Miguel Mocho*.

312770763



EDUCAÇÃO

Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares

Agrupamento de Escolas Marcelino Mesquita do Cartaxo

Aviso n.º 18868/2019

Sumário: Procedimento concursal comum de recrutamento para ocupação de dois postos de trabalho com contrato a termo resolutivo certo a tempo parcial.

Procedimento concursal comum de recrutamento para ocupação de 2 postos de trabalho a 3h 30 m cada em regime de Contrato de Trabalho a Termo Resolutivo Certo a Tempo Parcial, de 5 de novembro de 2019 até ao dia 9 de junho de 2020, ao abrigo da alínea h) do artigo 57.º da LTFP.

Nos termos dos artigos n.ºs 33.º e 34.º e dos n.ºs 2, 3, 4 e 6 do artigo 36.º e dos artigos 37.º e 38.º da Lei n.º 35/2014 de 20 de junho e da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, torna-se público que, por meu despacho, de 5 de novembro de 2019, se encontra aberto pelo prazo de dez dias úteis a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República*, o procedimento concursal comum para o preenchimento de 2 postos de trabalho com a duração de 3h 30 m diárias cada, em regime de Contrato de Trabalho a Termo Resolutivo Certo a Tempo Parcial, para prestação de serviço de limpeza, de 5 de novembro de 2019 até ao dia 9 de junho de 2020.

5 de novembro de 2019. — O Diretor do Agrupamento de Escolas Marcelino Mesquita do Cartaxo, *Jorge Manuel da Luz Tavares*.

312752408



EDUCAÇÃO

Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares

Agrupamento de Escolas Marcelino Mesquita do Cartaxo

Aviso n.º 18869/2019

Sumário: Homologação da lista unitária de ordenação final do procedimento concursal para quatro postos de trabalho na carreira e categoria de assistente operacional, na modalidade de vínculo de emprego público por tempo indeterminado.

Lista homologada de ordenação final do procedimento concursal comum de recrutamento, de quatro postos de trabalho em regime de contrato em funções públicas por tempo indeterminado, para a categoria de Assistente Operacional

Nos termos do n.º 5 do artigo 28.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, torna-se público que, por despacho do Diretor do Agrupamento de Escolas Marcelino Mesquita do Cartaxo de 14 de novembro de 2019, foi homologada a lista unitária de ordenação final dos candidatos aprovados no âmbito do procedimento concursal comum em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado para carreira e categoria de assistente operacional, para quatro postos de trabalho, aberto pelo aviso n.º 10469/2019 publicado no *Diário da República*, n.º 119, de 25 de junho de 2019, tendo em vista assegurar necessidades permanentes e constituição de reserva de recrutamento interna para os mesmos postos de trabalho.

A referida lista encontra-se publicitada em local visível e público nas instalações do Agrupamento de Escolas Marcelino Mesquita do Cartaxo e na página eletrónica do Agrupamento. (<http://nonio.es.e.ipsantarem.pt/aemmcartaxo>)

14 de novembro de 2019. — O Diretor do Agrupamento de Escolas Marcelino Mesquita do Cartaxo, *Jorge Manuel da Luz Tavares*.

312763757

EDUCAÇÃO

Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares

Agrupamento de Escolas de Marco de Canaveses

Despacho n.º 11029/2019

Sumário: Homologação da lista unitária da ordenação final dos candidatos ao procedimento concursal comum para ocupação de oito postos de trabalho a 3,5 horas diárias em regime de contrato de trabalho a termo resolutivo certo a tempo parcial, carreira e categoria de assistente operacional.

Homologação da lista unitária da ordenação final dos candidatos ao Procedimento Concursal Comum para ocupação de 8 (oito) postos de trabalho a 3,5 horas diárias em regime de contrato de trabalho a termo resolutivo certo a tempo parcial, aberto por Aviso n.º n.º 15898/2019, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 193, de 08.10.2019.

Em cumprimento do disposto no artigo 28.º, n.º 2 da Portaria n.º 125-A/2019, de 30.04, procedo à homologação da lista unitária da ordenação final dos candidatos ao procedimento concursal em epígrafe, e determino a sua publicação no *Diário da República*.

Grad.	Nome dos candidatos	Classificação final
1.º	Maria Margarida de Sousa Magalhães.	17,25
2.º	Maria do Rosário Pinto Coelho.	17,25
3.º	Maria de Fátima Pinheiro Reis Aguiar	17,25
4.º	Elisa Manuela de Azevedo Vieira Aguiar	17,25
5.º	Maria da Conceição Ferreira de Sousa	17,25
6.º	Albina Lúcia Santana Freire Moreira	17,25
7.º	Vera do Carmo Pinheiro da Silva	17,00
8.º	Angelina de Fátima Moreira da Rocha.	17,00
9.º	Maria Alzira Coutinho Pereira.	16,25
10.º	Isabel Marisa Monteiro Coutinho	16,25
11.º	Orlandina Manuela Nogueira Guedes	15,25
12.º	Maria Alice de Araújo Monteiro.	15,25
13.º	Ana Rita Moreira da Mota Oliviera Marinho	13,25
14.º	Ana Isabel de Oliveira Colaço	13,25
15.º	Susana Isabel Teixeira de Sousa.	12,25
16.º	Maria Luísa de Sousa Pereira	12,25
17.º	Márcia Marina de Sousa Oliveira	12,25
18.º	Joana Silvina Pinto Monteiro	12,25
19.º	Maria de Lurdes de Freitas Correia	12,00
20.º	Alda Maria Moreira Teixeira	10,75
21.º	Diana Catarina Valente Soares	9,75

8 de novembro de 2019. — A Diretora, *Carla Alberta da Fonte Fernandes*.

312751111



EDUCAÇÃO

Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares

Agrupamento de Escolas de Marrazes, Leiria

Aviso n.º 18870/2019

Sumário: Procedimento concursal comum de recrutamento para o preenchimento de um posto de trabalho em regime de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo, a tempo parcial, para as funções correspondentes à categoria de assistente operacional.

Procedimento concursal comum de recrutamento para o preenchimento de um posto de trabalho em regime de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo, a tempo parcial, para as funções correspondentes à categoria de assistente operacional

1 — Nos termos dos n.ºs 2 e 4 do artigo 30.º, artigos 33.º a 38.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e do disposto no artigo 11.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, torna-se público que, por despacho do Diretor do Agrupamento de Escolas de Marrazes, Leiria, de 05/11/2019, no uso das competências que lhe foram delegadas por Despacho da Diretora-Geral da Administração Escolar proferido em 05 de novembro de 2019, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis contados a partir do dia seguinte ao da publicação do presente Aviso no *Diário da República*, o procedimento concursal comum para preenchimento de um posto de trabalho para as funções correspondentes à categoria de assistente operacional deste Agrupamento de Escolas de Marrazes, Leiria, na modalidade de relação jurídica de emprego público por tempo determinado, a constituir por contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo por tempo determinado.

2 — Em cumprimento do disposto no artigo 34.º do regime de valorização profissional dos trabalhadores com vínculo de emprego público, aprovado pela Lei n.º 25/2017, de 30 de maio, foi solicitado parecer prévio à entidade gestora da valorização profissional — INA, que declarou a inexistência de trabalhadores em situação de valorização profissional para o posto de trabalho a preencher.

3 — Para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 32.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, declara-se não estarem constituídas reservas de recrutamento no próprio organismo.

4 — Legislação aplicável — O presente procedimento rege-se pelas disposições contidas na Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, Decreto Regulamentar n.º 14/2008, de 31 de julho, Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de dezembro e Código do Procedimento Administrativo.

5 — Local de trabalho — Agrupamento de Escolas de Marrazes, Leiria, sito na Estrada da Mata, Marrazes, 2415-557 Leiria.

6 — Caracterização do posto de trabalho — O posto de trabalho a ocupar caracteriza-se pelo exercício de funções na carreira e categoria de assistente operacional, tal como descrito no Anexo referido no n.º 2 do artigo 88.º da LTFP, e de acordo com as atividades inerentes às de auxiliar de ação educativa, de acordo designadamente com o seguinte perfil de competências:

- a) Exercer as tarefas de atendimento e encaminhamento dos utilizadores das escolas e controlar as entradas e saídas da escola;
- b) Prestar informações, utilizar equipamentos de comunicação, incluindo estabelecer ligações telefónicas, receber e transmitir mensagens;
- c) Providenciar a limpeza, arrumação, conservação e boa utilização das instalações, bem como do material e equipamento didático e informático necessário ao desenvolvimento do processo educativo;

- d) Exercer atividades de apoio aos serviços de ação social escolar, laboratórios, refeitório, bar e bibliotecas escolares, de modo a permitir o seu normal funcionamento;
- e) Reproduzir documentos com utilização de equipamento próprio, assegurando a sua manutenção e gestão de stocks necessários ao seu funcionamento;
- f) Participar com os docentes no acompanhamento das crianças e jovens com vista a assegurar um bom ambiente educativo;
- g) Cooperar nas atividades que visem a segurança de crianças e jovens na escola;
- h) Prestar apoio e assistência em situações de primeiros socorros e, em caso de necessidade, acompanhar a criança ou o aluno à unidade de prestação de cuidados de saúde;
- i) Efetuar, no interior e exterior, tarefas de apoio de modo a permitir o normal funcionamento dos serviços.

7 — Horário semanal: 17,5 horas semanais (3,5h/dia).

8 — Termo do contrato: 19/06/2020, ao abrigo da alínea h) do artigo 57.º da LTFP.

9 — Posicionamento remuneratório — O posicionamento remuneratório será calculado com base na Remuneração Mínima Mensal Garantida (RMMG).

10 — Requisitos de admissão:

a) Ser detentor, até à data limite para apresentação das candidaturas, dos requisitos gerais de admissão previstos no artigo 17.º da LTFP, nomeadamente:

i) Nacionalidade Portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou lei especial;

ii) 18 anos de idade completos;

iii) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe a desempenhar;

iv) Robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções;

v) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória;

b) Ser detentor da escolaridade obrigatória (considerando a data de nascimento) ou de curso que lhe seja equiparado, a que corresponde o grau de complexidade 1, de acordo com o previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 86.º da LTFP.

c) A título excecional, no presente procedimento concursal é admissível em substituição do nível habilitacional, a relevância da formação ou experiência profissionais conforme o n.º 2 do artigo 34.º da LTFP.

11 — Para efeitos do disposto na alínea k) do artigo 11.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, não podem ser admitidos candidatos que, cumulativamente, se encontrem integrados na carreira, sejam titulares da categoria e, não se encontrando em mobilidade, ocupem idênticos postos de trabalho previstos no serviço para cuja ocupação se publicita o procedimento.

11.1 — Tendo em conta os procedimentos em curso no âmbito do programa de regularização extraordinária dos vínculos precários na Administração Pública (PREVPAP), considera-se em situação análoga à prevista no número anterior os candidatos que, na sequência de parecer da CAB da respetiva área governamental, homologado pelos membros do Governo competentes, aguardem conclusão do correspondente procedimento que só a eles diga respeito.

12 — Formalização das candidaturas:

12.1 — Prazo de candidatura — 10 dias úteis contados a partir do dia seguinte ao da publicação do presente Aviso no *Diário da República*.

12.2 — Forma — A apresentação das candidaturas deverá ser efetuada em suporte de papel, formalizada, obrigatoriamente, mediante preenchimento de formulário próprio, disponibilizado no endereço eletrónico da Direção Geral da Administração e Emprego Público (DGAEP), em www.dgaep.gov.pt, podendo ser obtido na página eletrónica do agrupamento (<http://aemarrazes.ccems.pt/course/view.php?id=7>) ou junto dos serviços de administração escolar do Agrupamento de Escolas de Marrazes, Estrada da Mata, Marrazes, 2415-557, no horário de funcionamento, ou

enviadas pelo correio, para a morada identificada no n.º 5 do presente Aviso, em carta registada com Aviso de receção, dirigidas ao Diretor do Agrupamento de Escolas de Marrazes, Leiria, até ao último dia do prazo para apresentação das candidaturas, dos seguintes documentos:

Curriculum Vitae datado e assinado; Fotocópia de documento comprovativo das habilitações literárias; Declarações da experiência profissional (fotocópia); Fotocópia dos documentos comprovativos das ações de formação frequentadas com indicação da entidade que as promoveu, período em que as mesmas decorreram e respetiva duração, caso existam. Caso seja detentor de relação jurídica de emprego público, declaração emitida pelo serviço onde o candidato se encontra a exercer funções, devidamente atualizada e autenticada, onde conste, de forma inequívoca a modalidade de vínculo de emprego público, bem como da carreira e da categoria de que seja titular, da posição, nível remuneratório e remuneração base que detém, com descrição detalhada das funções, atividades, atribuições e competências inerentes ao posto de trabalho ocupado pelo candidato, devendo a mesma ser complementada com informação referente à avaliação do desempenho relativa ao último período, não superior a 3 anos.

Não são admitidas candidaturas enviadas por correio eletrónico.

12.3 — Nos termos do disposto no n.º 8 do artigo 20.º da Portaria n.º 125-A/2019, na atual redação, a não apresentação dos documentos atrás referidos determina a exclusão dos candidatos.

12.4 — Nos termos do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de fevereiro, e para efeitos de admissão ao concurso, os candidatos com deficiência devem declarar sob compromisso de honra o respetivo grau de incapacidade e tipo de deficiência.

12.5 — As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da Lei.

12.6 — Assiste ao júri a faculdade de exigir a qualquer candidato, no caso de dúvida sobre a situação que descreve, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

13 — Métodos de seleção

13.1 — Considerando a urgência do procedimento e atento o disposto no artigo 36.º da LTFP e no artigo 5.º da Portaria n.º 125-A/2019, aplica-se o método de seleção Avaliação Curricular (AC).

A ponderação a utilizar é a seguinte:

13.2 — Avaliação curricular (AC) visa analisar a qualificação dos candidatos, designadamente a habilitação académica ou profissional, percurso profissional, relevância da experiência adquirida e da formação realizada, tipo de funções exercidas e avaliação de desempenho obtida. Para tal serão considerados e ponderados os elementos de maior relevância para o posto de trabalho a ocupar, e que obrigatoriamente são os seguintes: Habilitação Académica de Base ou Curso equiparado, Experiência Profissional, Formação Profissional e Avaliação de Desempenho. Será expressa numa escala de 0 a 20 valores com valoração às centésimas, sendo a classificação obtida através da média aritmética ponderada das classificações dos elementos a avaliar, de acordo com a seguinte fórmula:

$$AC = 15 \% (HAB) + 60 \% (EP) + 20 \% (FP) + 5 \% (AD)$$

Nos termos dos n.ºs 9 e 10 do artigo 9.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, o método de seleção é eliminatório, sendo excluídos do procedimento os candidatos que obtenham uma valoração inferior a 9,5 valores.

HAB — Habilitação académica de base (HAB) graduada de acordo com a seguinte pontuação:

- a) 20 valores — 12.º ano de escolaridade, cursos que lhe sejam equiparados ou superior;
- b) 18 valores — habilitação equivalente ao 11.º ano de escolaridade;
- c) 16 valores — 10.º ano de escolaridade;
- d) 12 valores — escolaridade obrigatória ou equivalente inferior ao 10.º ano de escolaridade;

EP — Experiência profissional (EP) graduada de acordo com a seguinte pontuação:

- a) 20 valores — com 8 anos ou mais de experiência, no exercício de funções inerentes à carreira e categoria conforme descritas no presente aviso;

- b) 18 valores — com experiência igual ou superior a 5 anos ou inferior a 8 anos, no exercício de funções inerentes à carreira e categoria conforme descritas no presente aviso;
- c) 16 valores — com experiência igual ou superior a 3 anos e inferior a 5 anos, no exercício de funções inerentes à carreira e categoria conforme descritas no presente aviso;
- d) 14 valores — com experiência inferior a 3 anos, no exercício de funções inerentes à carreira e categoria conforme descritas no presente aviso;
- e) 12 valores — sem experiência no exercício de funções inerentes à carreira e categoria conforme descritas no presente aviso;
- f) 10 valores — sem experiência profissional.

FP — Formação profissional classificada de acordo com a seguinte pontuação:

- a) 20 valores — formação diretamente relacionada com a área funcional, com igual ou mais de 60 horas;
- b) 18 valores — formação diretamente relacionada com a área funcional, com mais de 30 horas e menos de 60 horas;
- c) 16 valores — formação diretamente relacionada com a área funcional, com menos de 30 horas;
- d) 14 valores — formação indiretamente relacionada com a área funcional, com igual ou mais de 60 horas;
- e) 12 valores — formação indiretamente relacionada com a área funcional, com menos de 60 horas;
- f) 10 valores — sem formação.

AD — Avaliação do desempenho relativa ao último período, não superior a três anos, em que o candidato cumpriu ou executou atribuição, competência ou atividade idêntica às do posto de trabalho a ocupar, e classificada de acordo com a seguinte fórmula: $AD = 4 [(A+B+C)/3]$

Em que A, B e C referem-se às pontuações das avaliações quantitativas dos últimos 3 anos.

Os candidatos que não tenham avaliação do desempenho, relativa ao último período não superior a três anos, ou tendo, não seja em atividades idênticas às do posto de trabalho a ocupar, serão valorados neste parâmetro com 13 valores.

14 — Composição do Júri:

Presidente: Maria Isabel Diogo Magalhães — assistente operacional.

Vogais efetivos:

1.º Sandra Maria Alegria Rosa. Substitui o presidente do júri nas suas faltas e impedimentos.

2.º Maria Fernanda Pereira de Oliveira Marques, subdiretora.

Vogais suplentes:

1.º Maria Joaquina dos Santos Cordeiro.

2.º Fernando Manuel Henriques Bernardino, adjunto do Diretor.

14.1 — O presidente de júri será substituído nas suas faltas e impedimentos por um dos vogais efetivos.

14.2 — Nos termos do n.º 6 do artigo 119.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, os critérios de apreciação e de ponderação do método de seleção, bem como o sistema de classificação final dos candidatos, incluindo a respetiva fórmula classificativa, constam da ata das reuniões do júri do procedimento, a qual é publicitada na página eletrónica do Agrupamento de Escolas de Marrazes, Leiria (<http://aemarrazes.ccems.pt/course/view.php?id=7>).

15 — Exclusão e notificação dos candidatos — Os candidatos excluídos serão notificados por uma das formas previstas no artigo 10.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, para realização da audiência dos interessados nos termos do Código do Procedimento Administrativo.

16 — A ordenação final dos candidatos admitidos que completem o procedimento concursal é efetuada de acordo com a escala classificativa de 0 a 20 valores com valoração às centésimas em resultado da classificação quantitativa obtida no método de seleção.

17 — Critérios de ordenação preferencial

17.1 — Em caso de igualdade de valoração, os critérios de ordenação preferencial a adotar são os constantes do artigo 27.º da Portaria n.º 125-A/2019. Aplicados estes, se subsistir o empate, constituem-se como critérios de desempate:

- 1.º O número de dias de experiência profissional em contexto da realidade escolar e educativa;
- 2.º O da maior idade.

17.2 — Para efeitos da alínea b) do n.º 1 do artigo 27.º da referida Portaria, aos candidatos com deficiência deve ser observado o disposto no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de fevereiro e pela Lei n.º 4/2019, de 10 de janeiro.

18 — A lista unitária de ordenação final dos candidatos aprovados no decurso da aplicação do método de seleção é publicitada, para efeitos de audiência de interessados, nos termos do artigo 28.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril.

As alegações a proferir pelos mesmos devem ser feitas em formulário próprio, aprovado pelo Despacho n.º 11321/2009, de 8 de maio, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 89, de 8 de maio, disponibilizado no endereço eletrónico da Direção-Geral da Administração e Emprego Público (DGAEP), em www.dgaep.gov.pt, podendo ser obtido na página *moodle* do Agrupamento (<http://aemarrazes.ccems.pt/course/view.php?id=7>) ou junto dos serviços administrativos do Agrupamento de Escolas de Marrazes, Leiria.

18.1 — A lista unitária da ordenação final dos candidatos, após homologação do Diretor do Agrupamento de Escolas de Marrazes, Leiria, é afixada nas respetivas instalações em local visível e público e disponibilizada na sua página eletrónica (<http://aemarrazes.ccems.pt/course/view.php?id=7>) sendo ainda publicado um aviso no *Diário da República*, 2.ª série, com informação sobre a sua publicação.

19 — Prazo de validade: este procedimento concursal é válido para eventuais contratações que ocorram durante o ano escolar 2019/2020.

20 — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, «A Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades, entre homens e mulheres, no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar, toda e qualquer forma de discriminação».

21 — Nos termos do disposto n.º 2 do artigo 11.º da Portaria n.º 125-A/2019, o presente aviso é publicitado no *Diário da República*, 2.ª série, bem como na página eletrónica do Agrupamento de Escolas de Marrazes, Leiria, (<http://aemarrazes.ccems.pt/course/view.php?id=7>).

12 de novembro de 2019. — O Diretor, *Jorge Edgar Gregório Brites*.

312753607



EDUCAÇÃO

Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares

Agrupamento de Escolas de Paião, Figueira da Foz

Aviso (extrato) n.º 18871/2019

Sumário: Homologação da lista unitária de ordenação final referente ao procedimento concursal comum de recrutamento para a categoria de um assistente operacional.

Homologação da lista unitária de ordenação final

Nos termos do artigo 28.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, torna-se público que se encontra afixada na porta da entrada da Escola sede do Agrupamento de Escolas de Paião, Figueira da Foz e publicitada na página eletrónica deste Agrupamento a lista unitária de ordenação final, homologada por meu despacho de 7 de novembro de 2019, referente ao procedimento concursal comum de recrutamento para o preenchimento de um posto de trabalho em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado para carreira e categoria de assistente operacional, tendo em vista assegurar necessidades permanentes, e constituição de reserva de recrutamento interna para o mesmo posto de trabalho, em regime de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo, tendo em vista assegurar necessidades transitórias, aberto através do Aviso n.º 10546/2019, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 120, de 26 de junho de 2019.

11 de novembro de 2019. — A Diretora, *Ana Paula Guimarães Simões Carrito*.

312749663



EDUCAÇÃO

Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares

Agrupamento de Escolas Prof. Arménio Lança, Santiago do Cacém

Aviso (extrato) n.º 18872/2019

Sumário: Cessação da relação jurídica de emprego público por aposentação.

Cessação da relação jurídica de emprego público por aposentação

Em cumprimento do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que a assistente operacional colocada no Agrupamento de Escolas Prof. Arménio Lança, Santiago do Cacém, Maria Jorge da Silva Rodrigues, cessou a relação jurídica de emprego público, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, por aposentação, no dia 31 de outubro de 2019.

12/11/2019. — O Diretor, *Jorge Manuel Viegas Palma*.

312753501



EDUCAÇÃO

Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares

Escola Profissional Agrícola Quinta da Lageosa, Aldeia do Souto — Covilhã

Aviso n.º 18873/2019

Sumário: Cessação da relação jurídica de emprego público de assistente operacional, por denúncia do contrato.

Em cumprimento do disposto no n.º 1, alínea d), do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se pública a cessação da relação jurídica de emprego público, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado da trabalhadora Isabel Maria Alves dos Santos, assistente operacional, por denúncia do respetivo contrato, ao abrigo do artigo 304.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, com efeitos a 1 de setembro de 2018.

11 de novembro de 2019. — O Diretor, *Agostinho Fernando Duarte Ferreira*.

312751509



EDUCAÇÃO

Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares

Agrupamento de Escolas Romeu Correia, Almada

Aviso n.º 18874/2019

Sumário: Lista de antiguidade do pessoal docente 2018/2019.

Lista de antiguidade do pessoal docente 2019

Nos termos do disposto no artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de março e para os devidos efeitos, torna-se público que se encontra afixada, no placard da sala de professores, da Escola Secundária Romeu Correia, escola sede do agrupamento, a lista de antiguidade do pessoal docente deste estabelecimento de ensino, com referência a 31 de agosto de 2019.

Os docentes dispõem de 30 dias a contar da data de publicação deste aviso no *Diário da República*, para reclamação, nos termos do artigo 96.º do referido decreto-lei.

12 de novembro de 2019. — O Diretor, *António Manuel Mesquita Mateus*.

312753826



EDUCAÇÃO

Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares

Agrupamento de Escolas Sá de Miranda, Braga

Aviso n.º 18875/2019

Sumário: Afixada para consulta dos interessados, em *placards* de estilo do Agrupamento de Escolas Sá de Miranda, a lista de antiguidade do pessoal docente, reportada a 31 de agosto de 2019.

Em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 132.º do ECD e da alínea j) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e para os devidos efeitos, torna-se público que se encontra afixada para consulta dos interessados, em *placards* de estilo do Agrupamento de Escolas Sá de Miranda, a lista de antiguidade do pessoal docente, reportada a 31 de agosto de 2019.

11 de novembro de 2019. — A Diretora, *Margarida Antonieta da Rocha e Silva*.

312750326



EDUCAÇÃO

Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares

Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Serpa

Aviso n.º 18876/2019

Sumário: Celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado para a carreira e categoria de assistente operacional.

Celebração de contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo indeterminado para a carreira e categoria de assistente operacional

Nos termos do disposto na alínea *b*) do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014 de 20 de junho, torna-se público que, após a conclusão do procedimento concursal comum publicados no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 80, Aviso n.º 7232/2019 de 24 de abril, torna-se pública a celebração de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado, com efeitos a partir de 3 de setembro de 2019, com Anabela Emílio Rodrigues na carreira e categoria de assistente operacional, na 4.ª posição remuneratória e nível 4 da tabela remuneratória única.

12 de novembro de 2019. — O Diretor, *Luís Manuel de Matos Barradas*.

312754093



EDUCAÇÃO

Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares

Agrupamento de Escolas do Viso, Porto

Aviso n.º 18877/2019

Sumário: Homologação da lista unitária de ordenação final do procedimento concursal comum.

Homologação da lista unitária de ordenação final do procedimento concursal comum

Nos termos do n.º 2 do Artigo 28.º da Portaria n.º 125-A/2019 de 30 de abril, torna-se público que, através do meu despacho datado de 13/11/2019, foi homologada a lista unitária de ordenação final dos candidatos referentes ao procedimento concursal comum de recrutamento para o preenchimento de 1 (um) posto de trabalho em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado para carreira e categoria de assistente operacional, tendo em vista assegurar necessidades permanentes, e constituição de reserva de recrutamento interna para o mesmo posto de trabalho, em regime de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo, tendo em vista assegurar necessidades transitórias, aberto através do aviso n.º OE201907/0005, publicado na Bolsa de Emprego Público, para preenchimento de um posto de trabalho na carreira e categoria de Assistente Operacional.

A lista unitária de ordenação final encontra-se afixada no átrio da Escola Sede do Agrupamento de Escolas do Viso, Porto e está disponível na página eletrónica do Agrupamento: <http://aevisoporto.pt/site/>. Nos termos do n.º 4 do Artigo 28.º da Portaria n.º 125-A/2019 de 22 de 30 de abril, foram notificados os candidatos do ato de homologação da lista de ordenação final.

13 de novembro de 2019. — O Diretor, *Albano Barbosa da Silva Maia*.

312756897



TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL

Casa Pia de Lisboa, I. P.

Aviso n.º 18878/2019

Sumário: Cessação da comissão de serviço da diretora técnica do Centro de Educação e Desenvolvimento de Santa Catarina Teresa Lagoa.

Ao abrigo do disposto na alínea i) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e órgãos da administração central, local e regional do Estado, na sua versão consolidada, cessa funções, a seu pedido, no cargo de Diretora Técnica do Centro de Educação e Desenvolvimento de Santa Catarina, cargo de direção intermédia de 3.º grau, a licenciada Maria Teresa Teixeira Silva Lagoa, para o qual havia sido designada em comissão de serviço através da Deliberação n.º 1841/2016, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 231/2016, de 2016-12-02.

A referida cessação produz efeitos a 02 de novembro de 2019.

12 de novembro de 2019. — A Diretora da Unidade dos Recursos Humanos, *Carla Peixe*.

312756612



TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL

Casa Pia de Lisboa, I. P.

Aviso n.º 18879/2019

Sumário: Preenchimento de um posto de trabalho, para a carreira unicategorial de técnico superior, do mapa de pessoal da Casa Pia de Lisboa, I. P., nas áreas da Gestão, ou da Auditoria, ou da Engenharia, com o conteúdo funcional na Unidade de Qualidade e Auditoria.

Procedimento concursal comum de recrutamento de trabalhadores com vínculo de emprego público por tempo indeterminado e de constituição de reserva de recrutamento, tendo em vista o preenchimento de 1 (um) posto de trabalho, para a carreira unicategorial de Técnico Superior, do mapa de pessoal da Casa Pia de Lisboa, I. P.

1 — Nos termos do disposto no artigo 30.º, n.º 1 e 3, no art. 33.º a 38.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, conjugados com o art. 11.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, torna-se público que, por despacho do Senhor do Vogal do Conselho Diretivo, Dr. José Manuel Lucas, de 09 de setembro de 2019, produzido ao abrigo da delegação de competências, efetuada pela deliberação n.º 98/2018, de 25 de janeiro, alterada pela deliberação n.º 310/2018, de 14 de março, se encontra aberto procedimento concursal comum, pelo prazo de 10 dias úteis, contados da data da publicação do aviso integral na Bolsa de Emprego Público (BEP).

2 — Pretende-se o recrutamento de 1 (um) técnico superior, titular de grau académico de licenciatura ou superior, preferencialmente, nas áreas da Gestão, ou da Auditoria, ou da Engenharia.

3 — O candidato deverá exercer, nomeadamente, o seguinte conteúdo funcional na Unidade de Qualidade e Auditoria:

- a) Apoiar a implementação do Sistema de Gestão Integrada da Qualidade e do Ambiente;
- b) Dinamizar e colaborar na revisão dos procedimentos associados ao Sistema de Gestão Integrada da Qualidade e do Ambiente;
- c) Realizar auditorias internas ao sistema de gestão e às contas da instituição;
- d) Manter um registo atualizado das constatações em auditoria e promover o tratamento das não conformidades e das oportunidades de melhoria.

4 — A posição remuneratória de referência é a 2.ª, N15, a que corresponde o montante pecuniário de 1201,48€ (mil duzentos e um euros e quarenta e oito centimos).

5 — O aviso integral com os requisitos do procedimento será publicado na BEP, nos três dias úteis seguintes à presente publicação.

12-11-2019. — A Diretora da Unidade de Recursos Humanos, *Carla Peixe*.

312756491



TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL

Instituto de Informática, I. P.

Aviso (extrato) n.º 18880/2019

Sumário: Celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado — Carlos Miguel Dias Tavares.

Nos termos do disposto na alínea *b*), do n.º 1, do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, tendo sido autorizada a consolidação definitiva da situação de mobilidade intercarreiras, nos termos do artigo 99.º-A da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, em posto de trabalho previsto no mapa de pessoal do Instituto de Informática, I. P., foi celebrado o respetivo contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com efeitos a 22 de outubro de 2019, com o trabalhador Carlos Miguel Dias Tavares, integrado na carreira e categoria de técnico superior, estando na 5.ª posição remuneratória da carreira e no nível remuneratório 27 da tabela remuneratória única.

8 de novembro de 2019. — A Presidente do Conselho Diretivo do Instituto de Informática, I. P.,
Paula Margarida Barrocas Salgado.

312749347



TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL

Instituto de Informática, I. P.

Deliberação (extrato) n.º 1237/2019

Sumário: Concessão de licença sem remuneração — técnico Nélson Vasco de Oliveira Pereira.

Por deliberação do Conselho Diretivo do Instituto de Informática, I. P., de 2 de agosto de 2019, nos termos do n.º 1 do artigo 280.º e do artigo 281.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, foi concedida licença sem remuneração pelo período de 360 dias, com efeitos a 1 de dezembro de 2019, ao técnico Nélson Vasco de Oliveira Pereira, do mapa de pessoal do Instituto de Informática, I. P., em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

8 de novembro de 2019. — A Presidente do Conselho Diretivo do Instituto de Informática, I. P.,
Paula Margarida Barrocas Salgado.

312749225

SAÚDE

Administração Regional de Saúde do Norte, I. P.

Deliberação n.º 1238/2019

Sumário: Designação do presidente do conselho clínico e de saúde do ACES do Cávado III — Barcelos-Esposende.

Nos termos do previsto nos artigos 25.º e 29.º do Decreto-Lei n.º 28/2008, de 22 de fevereiro, na última redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 239/2015, de 14 de outubro e tendo em consideração a proposta do Diretor Executivo, Dr. Fernando Ferreira do ACES do Cávado III — Barcelos-Esposende, por deliberação de 1 de outubro de 2019 do Conselho Diretivo da ARS do Norte, IP, foi designada, a título excecional, a profissional abaixo identificada como Presidente do Conselho Clínico e de Saúde, pelo período de 3 anos, a produzir efeitos à data da deliberação, atendendo a que reúne as qualificações adequadas para o exercício das funções inerentes ao cargo, conforme nota curricular em anexo:

Nome	Carreira
Andreia Filipa Araújo Silva Ramôa.	Especial Médica — área de Medicina Geral e Familiar.

Nota Curricular

Andreia Filipa Araújo da Silva Ramôa, natural de Amares, Braga, nascida a 19 de janeiro de 1988.

Concluiu o Mestrado Integrado em Medicina na Escola de Ciências da Saúde em 2012. Portadora da cédula profissional n.º 54376 da Ordem dos Médicos.

Realizou o Ano Comum do Internato Médico em 2013, no Hospital de Braga/ACES Cávado II.

Ingressou no Internato de Formação Específica em Medicina Geral e Familiar em 2014 no ACES Cávado I — Braga, na USF Gualtar. Foi-lhe atribuído o grau de Assistente em Medicina Geral e Familiar em 2018.

Realizou o curso de Especialização em Geriatria, no ano letivo 2014/2015 na Faculdade de Medicina da Universidade do Porto.

Em setembro de 2018, iniciou funções como Assistente de Medicina Geral e Familiar na UCSP Barcelos/Alheira — ACES Cávado III- Barcelos/Esposende. Foi nomeada coordenadora da UCSP Barcelos/Alheira em novembro de 2018. Participa na realização do Serviço de Atendimento Complementar desde que iniciou funções no ACES Cávado III.

Participou na formação pré-graduada como orientadora de alunos do 5.º ano de Mestrado Integrado em Medicina e como elemento do júri de avaliação, nos exames práticos da área curricular “Residência em Centros de Saúde — Estágio Final” do curso de Mestrado Integrado em Medicina da Escola de Ciências da Saúde da Universidade do Minho, em 2015 e 2017.

Em 2019 participou na orientação de Internos de Formação Geral.

É autora e coautora de vários trabalhos científicos publicados. Apresentou vários estudos em eventos científicos. Participou na organização e como formadora de vários cursos e *workshops*.

06/11/2019. — O Vogal do Conselho Diretivo, *Dr. Ponciano Manuel Castanheira de Oliveira*.

312755713



SAÚDE

Administração Regional de Saúde do Norte, I. P.

Deliberação n.º 1239/2019

Sumário: Designação de vogal do conselho clínico e de saúde do ACES Douro I — Marão e Douro Norte.

Nos termos do previsto nos artigos 25.º e 29.º do Decreto-Lei n.º 28/2008, de 22 de fevereiro, na última redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 239/2015, de 14 de outubro, tendo por base a proposta do Presidente do Conselho Clínico e de Saúde, Dr. José Afonso Domingues do ACES Douro I — Marão e Douro Norte, por deliberação de 17 de outubro de 2019 do Conselho Diretivo da ARS do Norte, IP, foi designado o profissional abaixo identificado como Vogal daquele órgão, pelo período de 3 anos, a produzir efeitos à data da deliberação, atendendo a que reúne as qualificações adequadas para o exercício das funções inerentes ao cargo, conforme nota curricular em anexo:

Nome	Carreira
Fernando António Guedes Marques.	Especial Médica, área de Saúde Pública.

Nota Curricular

Fernando António Guedes Marques, nasceu a 20 de dezembro de 1958, na freguesia de Almacave, em Lamego.

É licenciado em Medicina pela Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, desde 5 de novembro de 1984.

Está inscrito na Secção Regional do Norte da Ordem dos Médicos com a cédula profissional n.º 29018.

Concluiu o Curso de Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública, em 18 de dezembro de 1990 e o Internato Complementar de Saúde Pública em 10 de fevereiro de 1992.

É Assistente Graduado de Saúde Pública, desde 5 de fevereiro de 2003, com o grau de Consultor.

Em 2009, foi nomeado como Vogal do Conselho Clínico e de Saúde do ACES Douro I — Marão e Douro Norte, tendo frequentado o Programa Avançado de Gestão, Governação Clínica, Liderança e Tecnologias de Informação para Conselhos Clínicos entre 2009-2010.

É médico de Saúde Pública na Unidade de Saúde Pública do Agrupamento de Centros de Saúde Douro I — Marão e Douro Norte.

06/11/2019. — O Vogal do Conselho Diretivo, *Dr. Ponciano Manuel Castanheira de Oliveira*.

312747435

SAÚDE

Administração Regional de Saúde do Norte, I. P.

Deliberação n.º 1240/2019

Sumário: Designação do presidente do conselho clínico e de saúde do ACES do Alto Tâmega e Barroso.

Nos termos do previsto nos artigos 25.º e 29.º do Decreto-Lei n.º 28/2008, de 22 de fevereiro, na última redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 239/2015, de 14 de outubro e tendo em consideração a proposta da Diretora Executiva, Enfª Laurentina Santa do ACES Trás-os-Montes — Alto Tâmega e Barroso, por deliberação de 1 de outubro de 2019 do Conselho Diretivo da ARS do Norte, IP, foi designada, a título excecional, a profissional abaixo identificada como Presidente do Conselho Clínico e de Saúde, pelo período de 3 anos, a produzir efeitos à data da deliberação, atendendo a que reúne as qualificações adequadas para o exercício das funções inerentes ao cargo, conforme nota curricular em anexo:

Nome	Carreira
Ana Luísa Cardoso Moreira	Especial Médica — área de Medicina Geral e Familiar.

Nota Curricular

Ana Luísa Cardoso Moreira, nascida a 23 de fevereiro de 1984, natural de Chaves.
Formação académica:

Ingressou na Licenciatura em Medicina, no ano letivo de 2004/05, na *Facultat de Medicina i Ciències de la Salut da Universitat Rovira i Virgili*, que concluiu a 10 de julho de 2010.

Percurso profissional:

De janeiro a dezembro de 2011, realizou o Internato Médico de formação geral no Centro Hospitalar do Algarve — Unidade Hospitalar de Faro e Unidade de Saúde Familiar Ria Formosa, ARS Algarve.

De junho de 2014 a 2016, foi membro da 1.ª Comissão de Internos de Medicina Geral e Familiar do Algarve.

De junho a julho de 2016, exerceu funções como Médica assistente em Medicina Geral e Familiar na UCSP Vila do Bispo, ACES Algarve II — Barlavento, ARS Algarve.

De julho de 2016 a novembro de 2017, exerceu funções como Médica assistente em Medicina Geral e Familiar na UCSP Portimão, ACES Algarve II — Barlavento, ARS Algarve.

Desempenhou funções de orientação de médicos internos do internato geral no estágio de Medicina Geral e Familiar, em 2016 e 2017, na UCSP Portimão, ACES Algarve II — Barlavento, ARS Algarve.

De dezembro de 2017 a agosto de 2018, exerceu funções como Médica assistente em Medicina Geral e Familiar na UCSP Lamego e UCSP Tarouca, ACES Douro II — Douro Sul, ARS Norte.

De julho de 2018 a junho de 2019, exerceu funções como Médica assistente em Medicina Geral e Familiar na USF Vidago, ACES Alto Tâmega e Barroso, ARS Norte.

Desde junho de 2019, exerce funções como Médica assistente em Medicina Geral e Familiar na UCSP Chaves I B, ACES Alto Tâmega e Barroso, ARS Norte.

É membro da Secção Regional do Norte da Ordem dos Médicos, desde 2010; membro do Colégio da Especialidade de Medicina Geral e Familiar, desde 2017 e membro da Organização



Mundial de Médicos de Família (WONCA — World Organization of National Colleges, Academies and Academic Associations of General Practitioners/Family Physicians), desde 2019.

06/11/2019. — O Vogal do Conselho Diretivo, *Dr. Ponciano Manuel Castanheira de Oliveira*.

312755762



SAÚDE

Administração Regional de Saúde do Norte, I. P.

Deliberação n.º 1241/2019

Sumário: Designação de vogais do conselho clínico e de saúde do ACES do Cávado II Gerês-Cabreira.

Nos termos do previsto nos artigos 25.º e 29.º do Decreto-Lei n.º 28/2008, de 22 de fevereiro, na última redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 239/2015, de 14 de outubro, tendo por base a proposta da Presidente do Conselho Clínico e de Saúde, Dr.ª Rita Mendes Pinheiro do ACES do Cávado II Gerês-Cabreira, por deliberação de 1 de outubro de 2019 do Conselho Diretivo da ARS do Norte, IP, foram designados os profissionais abaixo identificados como Vogais daquele órgão, pelo período de 3 anos, a produzir efeitos à data da deliberação, atendendo a que reúnem as qualificações adequadas para o exercício das funções inerentes ao cargo, conforme notas curriculares em anexo:

Nome	Carreira
Gonçalo Nuno Fernandes Alves.	Especial de Enfermagem.
Carla Maria Ramalho da Costa Pereira	Técnica Superior de Serviço Social.

Nota Curricular

Gonçalo Nuno Fernandes Alves. Nascido a 11 de setembro de 1981, na União de Freguesias Ferreiros, Prozelo e Besteiros, Concelho de Amares.

Formação Académica

Licenciado em Enfermagem pela Escola Superior de Enfermagem de Leiria, em 2003;
Pós-licenciatura de Especialização em Enfermagem de Reabilitação pela Universidade do Minho, em 2009;
Pós-graduação em Gestão de Unidades de Saúde pela Universidade do Minho, em 2014.

Experiência Profissional

Enfermeiro na Unidade de Saúde Familiar — Entre Homem e Cávado, do ACES Gerês/Cabreira, desde novembro de 2016;
Membro da Unidade Coordenadora Funcional da Diabetes do ACES Gerês/Cabreira, desde 2013;
Membro do grupo de trabalho para a uniformização dos procedimentos na área da emergência no ACES Gerês/Cabreira, desde fevereiro de 2018;
Membro suplente da Comissão Paritária — Carreira Especial de Enfermagem (SIADAP), como representante dos enfermeiros, no quadriénio 2019/2022;
Interlocutor do ACES Gerês/Cabreira para o Registo Nacional de Testamento Vital (RENTEV), desde 2014;
Representante do ACES Gerês/Cabreira no Conselho Municipal da Juventude de Amares, desde 2015; Enfermeiro na Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados — Viver Mais, do ACES Gerês/Cabreira, de junho de 2014 a novembro de 2016;
Enfermeiro na Unidade de Cuidados na Comunidade — Amares, do ACES Gerês/Cabreira, de dezembro de 2010 a junho de 2014;
Membro da Equipa Coordenadora Local (ECL) do ACES Gerês/Cabreira, de julho 2010 a maio de 2015; Membro efetivo da Comissão Paritária — Carreira Especial de Enfermagem (SIADAP), como representante dos enfermeiros, no biénio 2015/2016;



Orientação e avaliação de alunos da licenciatura e da especialização em enfermagem de reabilitação;

Enfermeiro no Centro de Saúde de Amares, de junho 2006 a dezembro de 2010;

Enfermeiro no Hospital da Misericórdia de Vila Verde, de agosto de 2003 a maio de 2006.

Atividade Académica

Docente da Licenciatura de Enfermagem no ISAVE — Instituto Superior de Saúde, de março de 2005 a julho de 2007.

Docente e Diretor do Curso de Bombeiro na Escola Profissional Amar Terra Verde, de setembro de 2009 a julho 2011.

Docente do Curso Técnico Auxiliar de Saúde na Escola Profissional Amar Terra Verde, de setembro de 2011 a setembro 2013.

Membro do Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Amares, desde 2017.

Outras Atividades

Formador desde 2003 em diversas áreas e temas da saúde, emergência e primeiros socorros, gerontologia, reabilitação, diabetes, relações interpessoais e gestão de conflitos em contexto de saúde;

Palestrante no “I Encontro de Equipas de Cuidados Continuados Integrados” da Secção Regional do Norte da Ordem dos Enfermeiros, com o tema “Testemunho da ECCI Amares”;

Membro da Comissão Organizadora das 1as Jornadas de Enfermagem de Reabilitação do Minho;

Palestrante nas “II Jornadas de Ambulatório — Doente crónico, novas perspetivas”, do Hospital de Braga, ACES de Braga e ACES Gerês/Cabreira, com o tema “Desafios na Abordagem Multidisciplinar do Pé Diabético”.

Nota Curricular

Carla Maria Ramalho da Costa Pereira. Nascida em Vieira do Minho, a 14 de setembro de 1974.

Habilitações Literárias

Licenciatura em Serviço Social, desde julho de 1997.

Pós-Graduação em Psicologia da Saúde e Intervenção Comunitária, desde 2000.

Pós-Graduação em Alcoologia (2008).

Histórico de integração profissional

Em agosto de 1997, iniciou a sua carreira profissional na Delegação Distrital de Braga da Cruz Vermelha Portuguesa;

Entre novembro de 2001 e janeiro de 2003, integrou o quadro de pessoal do Centro Distrital da Segurança Social de Vila Real (Serviço Local de Montalegre);

Desde janeiro de 2003, integra o quadro de pessoal da ARS Norte;

Atualmente integra a URAP do ACES Cávado II — Gerês/Cabreira — Centro de Saúde de Vila Verde;

Desde outubro de 2004, integra a Equipa Multidisciplinar do Programa de Saúde da ARS Norte — AutoEstima), em Braga.

Principais Problemáticas onde tem vindo a intervir

Minorias étnicas e imigração;

Sem-Abrigo;

Profissionais de Sexo;

Comportamentos Aditivos (Toxicod dependência; Alcoolismo);

Terceira Idade e Dependência;

Cuidadores Informais;

Família/Saúde/Doença.



Atividades mais relevantes

Criação, implementação e Direção Técnica do Centro de Alojamento;
Temporário Dr. Francisco Alvim, em Braga (1998/2001);
Coordenação da URAP do ACES Gerês/Cabreira (2010 — 2013);
Representação do ACES no Núcleo Executivo da Rede Social do Concelho de Vila Verde,
desde 12 de outubro de 2007.

6 de novembro de 2019. — O Vogal do Conselho Diretivo, *Dr. Ponciano Manuel Castanheira de Oliveira*.

312747419



SAÚDE

Administração Regional de Saúde do Norte, I. P.

Deliberação n.º 1242/2019

Sumário: Designação do presidente do conselho clínico e de saúde do ACES Alto Ave — Guimarães/Vizela/Terras de Basto.

Nos termos do previsto nos artigos 25.º e 29.º do Decreto-Lei n.º 28/2008, de 22 de fevereiro, na última redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 239/2015, de 14 de outubro e tendo em consideração a proposta do Diretor Executivo, Dr. José Novais de Carvalho do ACES do Alto Ave — Guimarães/Vizela/Terras de Basto, por deliberação de 17 de outubro de 2019 do Conselho Diretivo da ARS do Norte, IP, foi designado o profissional abaixo identificado como Presidente do Conselho Clínico e de Saúde, pelo período de 3 anos, a produzir efeitos à data da deliberação, atendendo a que reúne as qualificações adequadas para o exercício das funções inerentes ao cargo, conforme nota curricular em anexo:

Nome	Carreira
António Almeida Miguelote Castro	Especial Médica — área de Medicina Geral e Familiar.

Nota Curricular

António Almeida Miguelote Castro, filho de Custódio Miguelote Passos e Castro e de Maria da Glória Almeida, nasceu a 29-07-1953, na freguesia de Polvoreira, concelho de Guimarães. Concluiu a Licenciatura em Medicina e Cirurgia na Faculdade de Medicina do Porto, em 27 de outubro de 1979, com média de 13,5 valores. Obteve o Grau e categoria de Assistente Graduado de Clínica Geral, em 1990-1991.

Efetuiu o Internato Policlínico no Hospital de Guimarães entre 1980 e 1981; em 1982, o Serviço Médico à Periferia no Hospital de Vizela; e em 1983, o Internato Policlínico Prolongado no Hospital de Guimarães.

Em dezembro de 1983, iniciou a sua atividade médica na Unidade de Saúde de Ronfe, como Clínico Geral até 1990. Em 1991, obteve o Grau de Assistente Graduado de Medicina Geral e Familiar mantendo-se em exercício na mesma Unidade de Saúde até 2007. Com ampla visão da Reforma dos Cuidados de Saúde Primários, foi um dos pioneiros no país a avançar para a constituição de uma Unidade de Saúde Familiar, tendo em 2007 impulsionado a formação da USF de RONFE, onde exerceu funções como Assistente Graduado de Medicina Geral e Familiar e, simultaneamente, desempenhou o cargo de Coordenador da Unidade Funcional até setembro de 2019. Na qualidade de Coordenador, e, em conjunto com a equipa multidisciplinar da USF de Ronfe promoveu e desenvolveu o processo de Acreditação, tendo em janeiro de 2019 a unidade obtido a Acreditação de nível BOM.

Desempenho e Qualificação Profissional:

Exerceu o cargo de Presidente das Juntas de Verificação de Baixas; exerceu funções de Coordenador da Saúde Materna no Centro de Saúde das Taipas. Colaborou na área da educação para a saúde junto da comunidade com as seguintes palestras “Prevenção do Tabagismo”, “Alcoologia e Alimentação”, “Cancro da pele” na rádio Santiago de Guimarães. Realizou um trabalho de investigação com o título “Avaliação da Vigilância de Saúde Materna”, colaborou no “Estudo prospetivo sobre o Tratamento das Infecções Broncopulmonares Agudas no Ambulatório” e Coautor do trabalho “Doença de Wilson-Evolução em Dois Anos e Rastreio Familiar”, apresentado nas jornadas de Pediatria Geral do Hospital Distrital de Famalicão.



Participou em Cursos e Ações de Formação de entre os quais menciona: Curso teórico de “Planeamento Familiar” no C. S. Guimarães; Seminário “Vacinação na Infância” promovido pela ARS de Braga; ação de formação “Prevenção Secundária da Toxicodependência” promovida pelo S.P.T./ARS de Braga; “Curso de Atualização em Saúde Materna e Fetal” realizado em Lisboa na Direção Geral de Cuidados de Saúde Primários. Participou em inúmeros Congressos, Jornadas e Simpósios ao longo dos seus 40 anos de atividade profissional.

Outros elementos de valorização:

Presta colaboração médica-assistencial ao idoso e ao Jardim-de-Infância do Centro Social de Brito e do Paraíso. Prestou colaboração médica assistencial a título gracioso em várias coletividades de Guimarães, Grupo Desportivo da Fonte Santa, Grupo Desportivo Juventude Ronfe, Grupo Desportivo Os Amigos de Urgezes e Grupo Desportivo Brito Sport Clube.

É médico assistente da Médis desde a sua fundação.

08/11/2019. — O Vogal do Conselho Diretivo, *Dr. Ponciano Manuel Castanheira de Oliveira*.

312755819



SAÚDE

Administração Regional de Saúde do Centro, I. P.

Aviso n.º 18881/2019

Sumário: Celebração de contratos no âmbito do programa de regularização extraordinária dos vínculos precários — assistentes operacionais — ACES Baixo Vouga.

Celebração de contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado — Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários

Para efeitos do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LGTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, em resultado do reconhecimento da situação de exercício de funções correspondentes a necessidades permanentes nos serviços da Administração Regional de Saúde do Centro, que se encontrava formalizada através de vínculo jurídico inadequado, e na sequência dos resultados obtidos no procedimento concursal para postos de trabalho na carreira de assistente operacional, para o ACES Baixo Vouga, aberto no âmbito do Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários (PREVPAP), foram celebrados contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, na carreira e categoria de assistente operacional, com a remuneração correspondente à 4.ª posição remuneratória da carreira e ao nível 4 da tabela remuneratória única, no montante de 635,07 €, com os candidatos:

Eugénia Maria Rodrigues Caféde, com efeitos a 01-11-2019.

Jeni Marta Carvalho Ribau, com efeitos a 01-11-2019.

Licínia Maria da Conceição Martins dos Reis, com efeitos a 01-11-2019.

Maria Arminda da Conceição Oliveira, com efeitos a 01-11-2019.

Maria de Fátima Pires Costa, com efeitos a 01-12-2019.

Maria de Fátima Valente Rodrigues Varum Marques, com efeitos a 01-11-2019.

Rosa Maria Brito Gomes, com efeitos a 01-11-2019.

Sara Alexandra Santos Pires, com efeitos a 01-12-2019.

8 de novembro de 2019. — A Presidente do Conselho Diretivo da ARSC, I. P., *Rosa Maria dos Reis Marques Furtado de Oliveira*.

312749866



SAÚDE

Administração Regional de Saúde do Centro, I. P.

Aviso n.º 18882/2019

Sumário: Celebração de contratos no âmbito do Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários — assistentes técnicos — ACES Baixo Vouga.

Celebração de contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado — Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários

Para efeitos do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LGTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, em resultado do reconhecimento da situação de exercício de funções correspondentes a necessidades permanentes nos serviços da Administração Regional de Saúde do Centro, que se encontrava formalizada através de vínculo jurídico inadequado, e na sequência dos resultados obtidos no procedimento concursal para postos de trabalho na carreira de assistente técnico, para o ACES Baixo Vouga, aberto no âmbito do Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários (PREVPAP), foram celebrados contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, na carreira e categoria de assistente técnico, com a remuneração correspondente à 1.ª posição remuneratória da carreira e ao nível 5 da tabela remuneratória única, no montante de 683,13€, com efeitos a 1 de novembro de 2019, com os candidatos:

Ana Catarina Airosa Santana
Carla Alexandra Azevedo Melo
Carolina Isabel da Silva Santos
João Filipe Martins Sardo Bola
Livete Orisol Rodrigues Ferreira Figueiredo
Lourdes Josefina Alves Rodriguez
Maria da Conceição Abrantes Baptista
Maria do Céu da Silva Sousa Figueira
Marisa Cristina Batista Nita
Marisa da Conceição da Costa e Silva Lopes
Nicole Germano Carvalho
Rosa Maria dos Santos Lamarão
Rosemeire Pessoa de Almeida
Sandra Justina de Jesus Moreira

8 de novembro de 2019. — A Presidente do Conselho Diretivo da ARSC, I. P., *Rosa Maria dos Reis Marques Furtado de Oliveira*.

312749744



SAÚDE

Instituto de Oftalmologia do Dr. Gama Pinto

Aviso n.º 18883/2019

Sumário: Conclusão com sucesso do período experimental na carreira e categoria de técnico superior.

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, por meu despacho de 25 de setembro de 2019, a trabalhadora Dália Sofia Gonçalves Mota, concluiu com sucesso o período experimental na carreira e categoria de técnico superior, de acordo com a avaliação efetuada nos termos do artigo 46.º da Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas aprovada e publicada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, sendo o tempo de duração desse período contado para efeitos de carreira e categoria.

13 de novembro de 2019. — A Presidente do Conselho Diretivo, *Erica Grilo Cardoso*.

312758119



SAÚDE

Instituto de Oftalmologia do Dr. Gama Pinto

Aviso n.º 18884/2019

Sumário: Conclusão com sucesso do período experimental na carreira e categoria de técnico superior.

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, por meu despacho de 24 de outubro de 2019, a trabalhadora Ana Paula Rodrigues dos Santos da Conceição e Silva, concluiu com sucesso o período experimental na carreira e categoria de técnico superior, de acordo com a avaliação efetuada nos termos do artigo 46.º da Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas aprovada e publicada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, sendo o tempo de duração desse período contado para efeitos de carreira e categoria.

13 de novembro de 2019. — A Presidente do Conselho Diretivo, *Erica Grilo Cardoso*.

312758232

SAÚDE

Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências

Aviso (extrato) n.º 18885/2019

Sumário: Procedimento concursal para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado para um posto de trabalho para a carreira/categoria de assistente técnico para a Comissão para a Dissuasão da Toxicodependência de Lisboa.

Procedimento Concursal para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado para 1 (um) posto de trabalho para a carreira/categoria de assistente técnico para a Comissão para a Dissuasão da Toxicodependência de Lisboa

1 — Para efeitos do disposto no artigo 33.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho (LTFP) e do disposto no artigo 11.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, torna-se público que por despacho do Diretor — Geral do Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências (SICAD) em 14 de outubro de 2019, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis, procedimento concursal comum para ocupação de 1 (um) posto de trabalho na carreira e categoria de assistente técnico do mapa de pessoal da Comissão para a Dissuasão da Toxicodependência de Lisboa, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

2 — As funções a exercer são as inerentes à categoria, constantes no anexo à Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas — Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, às quais corresponde o grau 2 de complexidade funcional.

As Funções da Equipa de Apoio Administrativo à Comissão para a Dissuasão da Toxicodependência são as seguintes:

- a) Assegurar o normal desenvolvimento dos processos, realizando atempadamente as diligências que lhe forem determinadas;
- b) Consultar o registo central dos processos de contraordenação;
- c) Manter um arquivo de processos de contraordenação;
- d) Assegurar a correspondência de Entrada/Saída;
- e) Gerir o Calendário/Agenda Outlook;
- f) Gestão de Stocks;
- g) Comunicação de Decisões;
- h) Envio de Propostas de Formação;
- i) Envio de Propostas de Deslocação;
- j) Atualização da Lista de Contactos das CDT;
- k) Comunicação de alteração à constituição de Equipas (por exemplo: saída de serviço ou atestado médico);
- l) Monitorização de outras atividades da CDT;
- m) Livro de Reclamações;
- n) Monitorização de Dados no Sistema de Informação de Gestão e Informação Processual (SGIP).

3 — Os candidatos deverão ser titulares do 12.º ano de escolaridade, não havendo a possibilidade de substituição do nível habilitacional por formação ou experiência profissional.

4 — A indicação dos respetivos requisitos formais, do perfil exigido, dos métodos de seleção e da composição do júri, constará da publicitação na Bolsa de Emprego Público (BEP), que se efetuará até ao 2.º (segundo) dia útil após a data da publicação do presente aviso.

7 de novembro de 2019. — O Diretor-Geral, *João Castel-Branco Goulão*.

312752424



SAÚDE

Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências

Aviso n.º 18886/2019

Sumário: Homologação da lista unitária de ordenação final, referente ao procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica por tempo indeterminado destinado ao preenchimento de um posto de trabalho na carreira/categoria de técnico superior para a Divisão de Gestão de Recursos — Área de Contabilidade e Orçamento — Aviso n.º 10089/2019, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 113, de 14 de junho de 2019.

Nos termos do disposto do n.º 5 do artigo n.º 28.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, torna-se pública a lista unitária de ordenação final, do procedimento concursal comum para ocupação de um posto de trabalho, previsto e não ocupado, da carreira/categoria de técnico superior, do mapa de pessoal do Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências, visando o exercício de funções em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, conforme Aviso de abertura n.º 10089/2019, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 113, de 14 de junho.

Lista unitária de ordenação final

Nome	Classificação
Carlos Alexandre da Silva Costa	15,86 Valores

A presente lista foi homologada por meu despacho de 08/11/2019, tendo sido afixada no Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências e publicitada na página eletrónica do SICAD.

11 de novembro de 2019. — O Diretor-Geral, *João Castel-Branco Goulão*.

312752538



AGRICULTURA

Gabinete da Ministra

Despacho n.º 11030/2019

Sumário: Designa, para exercer funções de chefe do Gabinete da Ministra da Agricultura, o mestre João Carlos Pires Mateus.

1 — Ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo, para exercer as funções de chefe do meu Gabinete, o mestre João Carlos Pires Mateus, com efeitos a 26 de outubro de 2019.

2 — O designado opta pelo estatuto remuneratório correspondente às funções que exercia à data da designação, com observância do limite legalmente previsto, ao abrigo do disposto no n.º 9 do artigo 13.º do referido decreto-lei.

3 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do citado decreto-lei, a nota curricular do designado é publicada em anexo ao presente despacho.

4 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicitação na página eletrónica do Governo

8 de novembro de 2019. — A Ministra da Agricultura, *Maria do Céu de Oliveira Antunes Albuquerque*.

ANEXO

Nota curricular

João Carlos Pires Mateus é economista pelo ISEG/UTL e mestre em Gestão e Estratégia Industrial pela mesma instituição. No seu tema de dissertação abordou a importância dos *clusters* tecnológicos e a sua importância para a obtenção dos objetivos da Estratégia de Lisboa. Iniciou a sua carreira profissional em multinacionais, foi Adjunto no Gabinete do Coordenador Nacional da Estratégia de Lisboa e do Plano Tecnológico do XVIII Governo Constitucional e Chefe do Gabinete do Secretário de Estado da Energia e da Inovação no XIX Governo Constitucional. Foi Diretor-Geral do PCTA — Parque de Ciência e Tecnologia do Alentejo e Assessor no Gabinete do Sr. Primeiro Ministro no XXI Governo Constitucional com as áreas de empresas e inovação. Atualmente era Diretor de Relações Institucionais e integrava a Direção Executiva no CEiiA.

312758046



AGRICULTURA

Gabinete da Ministra

Despacho n.º 11031/2019

Sumário: Designa, para exercer as funções de secretária pessoal do Gabinete da Ministra da Agricultura, Cristina Maria Marques Lopes.

1 — Ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo, para exercer as funções de secretária pessoal no meu Gabinete, Cristina Maria Marques Lopes, assistente técnica da Agência Portuguesa do Ambiente, I. P., com efeitos a 26 de outubro de 2019.

2 — Os encargos com a remuneração da designada são assegurados pelo orçamento do meu Gabinete.

3 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do mesmo decreto-lei, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho.

4 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicitação na página eletrónica do Governo

8 de novembro de 2019. — A Ministra da Agricultura, *Maria do Céu de Oliveira Antunes Albuquerque*.

ANEXO

Nota curricular

Identificação: Nome: Cristina Maria Marques Lopes.

Habilitações académicas: 12.º ano de escolaridade no Centro de Formação Profissional do Setor Terciário de Lisboa.

Experiência profissional:

De 2019 até à presente data, foi secretária pessoal da Secretária de Estado do Desenvolvimento Regional;

De 2015 a 2019, foi secretária pessoal da Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa;

De 2011 a 2015, exerceu funções de coordenadora do Secretariado do Conselho Diretivo da Agência Portuguesa do Ambiente, I. P.;

De 2005 a 2011, fez parte do secretariado do Gabinete do Primeiro-Ministro;

De 2002 a 2005, foi secretária pessoal do presidente do Instituto dos Resíduos;

De 1995 a 2002, fez parte do secretariado de diversos gabinetes ministeriais;

De 1983 a 1995, foi assistente técnica em organismos públicos na área do ambiente.

312758824



AGRICULTURA

Gabinete da Ministra

Despacho n.º 11032/2019

Sumário: Designa, para exercer as funções de apoio técnico-administrativo no Gabinete da Ministra da Agricultura, Ana Caeiro Fialho Matamouros.

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo, para exercer as funções de apoio técnico-administrativo no meu Gabinete, Ana Caeiro Fialho Matamouros, assistente técnica do Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral, com efeitos a 26 de outubro de 2019.

2 — Os encargos com a remuneração da designada são assegurados pelo serviço de origem e pelo orçamento do meu Gabinete, nos termos do n.º 14 do artigo 13.º do referido decreto-lei.

3 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do mesmo decreto-lei, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho.

4 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicitação na página eletrónica do Governo

8 de novembro de 2019. — A Ministra da Agricultura, *Maria do Céu de Oliveira Antunes Albuquerque*.

ANEXO

Nota curricular

Ana Caeiro Fialho Matamouros nasceu em Santo Aleixo da Restauração, Concelho de Moura a 25 de abril de 1955. Tem como habilitações literárias o 2.º ano do ciclo preparatório. Ingressou na Função Pública, Carreira Administrativa, em 7/10/1974, no Ministério da Agricultura (Estação de Cerealicultura e Estação Agrária de Beja) de 1974 a 1976, de janeiro de 1977 a março de 1978 na Direção-Geral dos Serviços Agrícolas em Lisboa, de março de 1978 até à presente data destacada nos Gabinetes de Apoio dos sucessivos Ministros da Agricultura.

312758865



AGRICULTURA

Gabinete da Ministra

Despacho n.º 11033/2019

Sumário: Designa, para exercer as funções de apoio técnico-administrativo no Gabinete da Ministra da Agricultura, Maria Arminda Rodrigues Teixeira.

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 3.º, no n.º 8 do artigo 4.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo, para exercer as funções de apoio técnico-administrativo no meu Gabinete, Maria Arminda Rodrigues Teixeira, assistente técnica do Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral, com efeitos a 26 de outubro de 2019.

2 — Os encargos com a remuneração da designada são assegurados pelo serviço de origem e pelo orçamento do meu gabinete, nos termos do n.º 14 do artigo 13.º do referido decreto-lei.

3 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do mesmo decreto-lei, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho.

4 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicitação na página eletrónica do Governo.

8 de novembro de 2019. — A Ministra da Agricultura, *Maria do Céu de Oliveira Antunes Albuquerque*.

ANEXO

Nota curricular

Maria Arminda Rodrigues Teixeira.

Data de Nascimento: 26 de dezembro de 1963.

Habilitações Literárias: 12.º Ano de Escolaridade.

Categoria: Assistente Técnica.

Experiência Profissional:

Desde 01/12/2016 até à presente data no Gabinete de apoio do Secretário de Estado da Agricultura e Alimentação, exercendo funções de apoio administrativo.

Entre 01/05/2014 e 30/11/2016 no GPP — Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral do Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, exercendo funções na Direção de Serviços de Programação Orçamental e de Administração Geral na Divisão Financeira e de Administração.

Entre 01/08/2011 e 30/04/2014 — Secretaria-Geral do Ministério da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território.

Entre 01/01/2004 e 31/07/2011, desempenhou funções na Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, na Secção de Administração Geral e na secção de Orçamento e Contabilidade.

Entre 10/05/2001 e 31/12/2003, após ingresso na Função Pública, desempenhou funções no Serviço Central de Esterilização do Hospital Egas Moniz.

Entre 01/11/1985 e 09/05/2001, desempenhou funções administrativas na Empresa «Graça & Pavão, L.da».

312759001



AGRICULTURA

Gabinete da Ministra

Despacho n.º 11034/2019

Sumário: Designa, para exercer as funções de secretária pessoal do Gabinete da Ministra da Agricultura, Fernanda Maria Fernandes Pardo de Oliveira Fernandes Jorge.

1 — Ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo, para exercer as funções de secretária pessoal no meu Gabinete, Fernanda Maria Fernandes Pardo de Oliveira Fernandes Jorge, do quadro das Águas de Portugal, SGPS, S. A., com efeitos a 26 de outubro de 2019.

2 — A designada opta pelo estatuto remuneratório correspondente ao posto de trabalho de origem, nos termos dos n.ºs 8, 12 e 13 do artigo 13.º do referido decreto-lei.

3 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do mesmo decreto-lei, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho.

4 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicitação na página eletrónica do Governo.

8 de novembro de 2019. — A Ministra da Agricultura, *Maria do Céu de Oliveira Antunes Albuquerque*.

ANEXO

Nota curricular

Nome: Fernanda Maria Fernandes Pardo de Oliveira Fernandes Jorge.

Data de nascimento: 15 de setembro de 1955.

Naturalidade: Angola — Luanda.

Habilitações académicas: Curso Complementar dos Liceus; Frequência do 2.º ano do curso de Filologia Germânica da Faculdade de Letras de Coimbra.

Habilitações profissionais: frequência com aproveitamento da Ação de Sensibilização sobre «Segurança das Matérias Classificadas», através da Autoridade Nacional de Segurança; curso de secretariado da Norma; curso de datilografia; domínio do Inglês e do Francês; informática e Internet na ótica do utilizador.

Experiência profissional relevante:

Secretária pessoal do Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural (2015 até à presente data);

Secretária pessoal do Secretário de Estado da Agricultura (2011-2015);

Secretária pessoal da Ministra do Ambiente e do Ordenamento do Território (2009-2010);

Secretária pessoal do Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional (março de 2005-2009);

Secretária do Conselho de Administração da AdP — Águas de Portugal (2004-2005);

Secretária pessoal do Ministro das Cidades, Administração Local, Habitação e Desenvolvimento (2003-2004);

Secretária pessoal do Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente (2002-2003);

Secretária pessoal do Secretário de Estado do Orçamento (2001-2002);

Secretária pessoal do Gabinete do Primeiro-Ministro (1998-2001);

Secretária do Conselho de Administração de diversas empresas: CLIMAESPAÇO (1997-1998); (TABAQUEIRA, S. A. — Secretária do Presidente (1990-1995); UTIC, L.ª (1982-1990); IPETEX, SARL (1977-1982).

312760808



AGRICULTURA

Gabinete da Ministra

Despacho n.º 11035/2019

Sumário: Designa, como técnica especialista do Gabinete da Ministra da Agricultura, a licenciada Vanessa Maria Porto Castanho Dias Luz.

1 — Ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo, como técnica especialista do meu Gabinete, para exercer funções da área da sua especialidade, a licenciada Vanessa Maria Porto Castanho Dias Luz, técnica superior na Direção-Geral de Alimentação e Veterinária, com efeitos a 26 de outubro de 2019.

2 — Para efeitos do disposto no n.º 6 do artigo 13.º do referido decreto-lei, o estatuto remuneratório da designada é equivalente ao estabelecido para o cargo de adjunto.

3 — Os encargos com a remuneração da designada são assegurados pelo serviço de origem e pelo orçamento do meu Gabinete, nos termos dos n.ºs 12 e 13 do artigo 13.º do referido decreto-lei.

4 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do mesmo decreto-lei, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho.

5 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicitação na página eletrónica do Governo.

8 de novembro de 2019. — A Ministra da Agricultura, *Maria do Céu de Oliveira Antunes Albuquerque*.

ANEXO

Nota curricular

Nome: Vanessa Maria Porto Castanho Dias Luz.

Local e data de nascimento: Portalegre, 18 de maio de 1976.

Habilitações académicas:

Licenciatura em Engenharia Zootécnica, pela Universidade de Évora, em 2001.

Ingenieur Degree in European Livestock Production, pelo CAH Vientum University of Applied Sciences, Dronten, Holand, em 2000.

Atividade profissional:

Desde 2013 até à presente data, Técnica Superior na Direção-Geral de Alimentação e Veterinária, na Divisão de Internacionalização e Mercados, funções de Coordenação de Negociação de Acordos com Países terceiros para exportação de produtos de origem animal; Organização e Acompanhamento de Missões de Habilitação para exportação; Coordenação do Sistema de Certificação para Exportação de Géneros Alimentícios destinados ao consumo humano; Acompanhamento das políticas internacionais de acesso a mercados; Representação da Direção-Geral de Alimentação e Veterinária nos grupos de trabalho da Comissão Europeia e do Codex Alimentarius.

Entre 2008 e 2013, Técnica Superior no Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I. P., no Departamento de Apoios ao Investimento, funções de Supervisão de Funções Delegadas pelo IFAP; Monitorização e Acompanhamento de Protocolos e Controlo de Qualidade de Ações Protocoladas no âmbito do Terceiro Quadro Comunitário de Apoio (QCA III), Fundo Europeu das Pescas (FEP) e Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER).

Entre 2001 e 2008, Técnica Superior na Direção-Geral de Veterinária, funções de Supervisão do Plano de Vigilância das Encefalopatias Espongiformes Transmissíveis; Monitorização do Plano



de Vigilância e Erradicação do Tremor Epizoótico; Representação da Direção-Geral de Veterinária nos Grupos de Trabalho das Encefalopatias Espongiformes Transmissíveis na Comissão Europeia; Analista de Sistemas no âmbito do Projeto SNIRB — Sistema Nacional de Identificação e Registo de Bovinos.

312757463



AGRICULTURA

Gabinete da Ministra

Despacho n.º 11036/2019

Sumário: Designa, como técnico especialista do Gabinete da Ministra da Agricultura, o Doutor Pedro Arnaldo de Sousa e Silva Reis.

1 — Ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo, como técnico especialista do meu Gabinete, para exercer funções da área da sua especialidade, o Doutor Pedro Arnaldo de Sousa e Silva Reis, Investigador Auxiliar do Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, I. P., com efeitos a 26 de outubro de 2019.

2 — Para efeitos do disposto no n.º 6 do artigo 13.º do referido decreto-lei, o estatuto remuneratório do designado é equivalente ao estabelecido para o cargo de adjunto.

3 — Os encargos com a remuneração do designado são assegurados pelo serviço de origem e pelo orçamento do meu Gabinete, nos termos dos n.ºs 12 e 13 do artigo 13.º do referido decreto-lei.

4 — O designado fica autorizado a exercer as atividades referidas nas alíneas a) e b) do n.º 3 do artigo 7.º do referido decreto-lei.

5 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do mesmo decreto-lei, a nota curricular do designado é publicada em anexo ao presente despacho.

6 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicitação na página eletrónica do Governo.

8 de novembro de 2019. — A Ministra da Agricultura, *Maria do Céu de Oliveira Antunes Albuquerque*.

ANEXO

Nota curricular

Pedro Arnaldo de Sousa e Silva Reis, nascido em junho de 1965.

Mestre em Economia Agrária e Sociologia Rural, Doutorado em Engenharia Agronómica, pela Universidade de Lisboa, com formação em políticas agrícolas, Agroecologia, gestão e políticas de Ciência e Tecnologia.

Desde 2009 até ao presente, foi investigador auxiliar do Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, I. P. (INIAV), com atividade na área dos sistemas agrários, gestão do conhecimento e no desenvolvimento rural. Trabalhou em vários projetos de investigação, inovação e desenvolvimento rural, como coordenador ou responsável pela participação do INIAV. De 2014 a 2019 foi professor auxiliar convidado do Instituto Superior de Agronomia, em Economia, Análise Sociológica, Economia do Ambiente e Economia e Gestão dos Recursos Naturais. De 2008 a 2009, foi assessor do Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e das Florestas, na área do desenvolvimento rural, com os assuntos relacionados com a proteção das culturas e sanidade florestal, regadio, RAN, arrendamento rural, alterações climáticas e formação profissional. De 1999 a 2008, foi assistente de investigação e investigador auxiliar do INIA (posteriormente INRB), onde exerceu atividades de planeamento e acompanhamento dos projetos executados no âmbito dos programas PAMAF-IED (QCA II) e o AGRO 8.1 (QCA III). De 1994 a 1999, desempenhou funções similares na Divisão de Planeamento.

Esteve envolvido na organização de vários congressos, simpósio, seminários e palestras, e na edição de livros relacionados com a Agricultura e o Desenvolvimento Rural (*Agrorural; Olival tradicional; Racionalidades e Dinâmicas em Espaço Rural*). Foi membro da comissão científica de vários eventos científicos, revisor em revistas nacionais e internacionais, e coorientador de dis-



sertações de mestrado. Presidente do Conselho Científico do INIAV, de 2012 a 2015, e do INRB, de 2011 a 2012. Presidente do Fórum dos Conselhos Científicos dos Laboratórios do Estado, em 2012 e 2013. Membro de vários grupos de trabalho e representações institucionais, relacionados com as alterações climáticas e a desertificação; a dinamização dos territórios rurais; planeamento e gestão de programas de desenvolvimento tecnológico e inovação dos programas de desenvolvimento rural (PRODER e AGRO).

Esteve envolvido em estudos e projetos de investigação, inovação e desenvolvimento rural, nacionais e internacionais, de várias temáticas, entre as quais: digitalização na agricultura; autenticidade e valorização de produtos mediterrânicos; olival tradicional; racionalidade dos proprietários florestais e caracterização dos resineiros; dinâmicas em espaços rurais; divulgação e valorização do conhecimento técnico e científico, agricultura familiar e fileiras emergentes.

312757844



AGRICULTURA

Gabinete da Ministra

Despacho n.º 11037/2019

Sumário: Designa, como técnica especialista do Gabinete da Ministra da Agricultura, a licenciada Susana Isabel Lopes Barradas Lopes.

1 — Ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo, como técnica especialista do meu Gabinete, para exercer funções da área da sua especialidade, a licenciada Susana Isabel Lopes Barradas Lopes, técnica superior do Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral, com efeitos a 1 de novembro de 2019.

2 — Para efeitos do disposto no n.º 6 do artigo 13.º do referido decreto-lei, o estatuto remuneratório da designada é equivalente ao estabelecido para o cargo de adjunto.

3 — Os encargos com a remuneração da designada são assegurados pelo serviço de origem e pelo orçamento do meu Gabinete, nos termos dos n.ºs 12 e 13 do artigo 13.º do referido decreto-lei.

4 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do mesmo decreto-lei, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho.

5 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicitação na página eletrónica do Governo.

8 de novembro de 2019. — A Ministra da Agricultura, *Maria do Céu de Oliveira Antunes Albuquerque*.

ANEXO

Nota curricular

Dados de identificação:

Susana Isabel Lopes Barradas Lopes, nascida a 10 de julho de 1976.

Habilitações académicas:

Licenciatura em Matemática Aplicada à Economia e à Gestão pelo Instituto Superior de Economia e Gestão (1999);

Pós-graduação em Gestão Pública — curso de Estudos Avançados em Gestão Pública no Instituto Nacional de Administração (2005);

Mestrado em Economia Agrária e Sociologia Rural pelo Instituto Superior de Agronomia (2007).

Experiência profissional:

Chefe de Divisão de Planeamento e Desenvolvimento Rural, Direção de Serviços de Programação e Políticas — Gabinete de Planeamento e Políticas (GPP)/Ministério da Agricultura e do Mar (desde 2012); Chefe de Divisão de Estudos e Planeamento Territorial, Direção de Serviços de Serviços de Planeamento, Acompanhamento e Avaliação — GPP (de fevereiro de 2010 a maio de 2012); Áreas de trabalho principais — Participação da negociação da reforma da PAC pós 2020 e da PAC pós 2013, representação do GPP junto dos organismos comunitários em matérias relacionadas com políticas de desenvolvimento rural e monitorização e avaliação da PAC, participação na Comissão de Coordenação do FEADER, representação da CCN FEADER/GPP na Rede de monitorização e avaliação do PT2020, participação na definição do Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020 (PDR2020), desenvolvimento de análises socioeconómicas relativas ao sector agroflorestal; Técnica Superior no Departamento de Prospetiva e Planeamento e Relações Inter-



nacionais — MAOT (de julho de 2005 a janeiro de 2010). Áreas de trabalho principais — estudo e investigação de metodologias destinadas à avaliação de impactos económicos, ambientais e regionais das políticas públicas no âmbito desenvolvimento territorial; Prestação de serviços para o Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar (GPPAA) — MADRP (2000-2004). Áreas de trabalho principais — colaboração na conceção de um modelo de análise e acompanhamento territorializados da execução do QCA III e desenvolvimento de estudos para o conhecimento da evolução do sector agrícola.

Principais trabalhos publicados:

«Convergência Económica das Regiões Portuguesas 1995-2006», DPP, Lisboa 2009 (co-autor); «Índice Sintético de Desenvolvimento Regional», INE/DPP, Lisboa 2009 (co-autor); «Processo de convergência regional em Portugal: absoluta, condicionada ou clube?», Prospetiva e Planeamento n.º 14 — 2007, DPP, Lisboa 2008 (co-autor). «Desenvolvimento e Ruralidade em Portugal — uma análise empírica», GPPAA/Observatório do QCA III, Lisboa, 2004 (co-autor). «Panorama Agricultura (1999 e 2000)», GPPAA-MADRP, Lisboa, 2000 e 2001 (participação na redação); «Instrumentos de Política Agrícola e Formação do Preço no Produtor», GPPAA, Lisboa, 2001.

312757747



AGRICULTURA

Gabinete da Ministra

Despacho n.º 11038/2019

Sumário: Designa, para exercer as funções de coordenador do apoio técnico-administrativo do Gabinete da Ministra da Agricultura, José Carlos Oliveira Gonçalves.

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 3.º, no n.º 9 do artigo 4.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo, para exercer as funções de coordenador do apoio técnico-administrativo no meu Gabinete, José Carlos Oliveira Gonçalves, assistente técnico do Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral, com efeitos a 26 de outubro de 2019.

2 — Os encargos com a remuneração do designado são assegurados pelo serviço de origem e pelo orçamento do meu Gabinete, nos termos do n.º 14 do artigo 13.º do referido decreto-lei.

3 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do mesmo decreto-lei, a nota curricular do designado é publicada em anexo ao presente despacho.

4 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicitação na página eletrónica do Governo.

8 de novembro de 2019. — A Ministra da Agricultura, *Maria do Céu de Oliveira Antunes Albuquerque*.

ANEXO

Nota curricular

José Carlos de Oliveira Gonçalves, nasceu em Luanda a 23 de novembro de 1966. Possui o 12.º ano do Ensino Secundário. Ingressou na carreira administrativa em 1985 e serviu sucessivamente em Lisboa, no Instituto de Gestão e Estruturação Fundiária, de 1985 a 1987, na Direção-Geral de Hidráulica e Engenharia Agrícola/Instituto de Estruturas Agrárias e Desenvolvimento Rural, de 1988 a 1993, destacado para o Gabinete de Apoio do Secretário de Estado da Agricultura, de 1994 a 1995, Gabinete do Secretário de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, de 1995 a 1998, Gabinete do Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural, de 1998 a 2004, Gabinete do Ministro da Agricultura, de 2004 a 2011, Gabinete da Ministra da Agricultura, do Mar e do Ambiente e Ordenamento do Território, de junho de 2011 a julho de 2013, Gabinete da Ministra da Agricultura e do Mar, de julho de 2013 a novembro de 2015 e de novembro de 2015 a outubro de 2019, no Gabinete do Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural.

312758346



AGRICULTURA

Gabinete da Ministra

Despacho n.º 11039/2019

Sumário: Designa, como técnica do Gabinete da Ministra da Agricultura, a licenciada Patrícia Lopes Tadeu Malveiro Castelhanito.

1 — Ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo, como técnica especialista do meu Gabinete, para exercer funções da área da sua especialidade, a licenciada Patrícia Lopes Tadeu Malveiro Castelhanito, técnica superior do Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral, com efeitos a 26 de outubro de 2019.

2 — Para efeitos do disposto no n.º 6 do artigo 13.º do referido decreto-lei, o estatuto remuneratório da designada é equivalente ao estabelecido para o cargo de adjunto.

3 — Os encargos com a remuneração da designada são assegurados pelo serviço de origem e pelo orçamento do meu Gabinete, nos termos dos n.ºs 12 e 13 do artigo 13.º do referido decreto-lei.

4 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do mesmo decreto-lei, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho.

5 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicitação na página eletrónica do Governo.

8 de novembro de 2019. — A Ministra da Agricultura, *Maria do Céu de Oliveira Antunes Albuquerque*.

ANEXO

Nota curricular

1 — Dados pessoais: Patrícia Lopes Tadeu Malveiro Castelhanito, natural de Lisboa.

2 — Habilitações académicas/profissionais: Curso de Estudos Avançados em Gestão Pública, pelo Instituto Nacional de Administração; Pós-Graduação em Direito do Ordenamento, do Urbanismo e do Ambiente, pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra; Licenciatura em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

3 — Experiência profissional relevante:

Desde março de 2016 até à presente data desempenhou funções de Técnica Especialista no Gabinete do Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural.

De julho de 2013 até março de 2016 — Técnica Superior na Divisão de Direito Europeu e Internacional da Direção de Serviços Jurídicos do Gabinete de Planeamento e Políticas e Administração Geral do Ministério da Agricultura e do Mar, bem como do Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, tendo entre outras funções, participado na elaboração de projetos legislativos do PDR2020, acompanhado a revisão da legislação comunitária em matéria de auxílios de estado, incluindo reuniões de discussão nas instâncias comunitárias;

De julho de 2012 a junho de 2013 — Técnica Superior na Divisão de Direito Europeu e Internacional da Direção de Serviços Jurídicos do GPP do Ministério da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território (MAMAOT), com funções, entre outras, de análise de medidas que consubstanciem auxílios de estado, designadamente na área da agricultura, elaboração dos respetivos projetos legislativos e preparação das comunicações à Comissão Europeia, bem como de acompanhamento da transposição de diretivas e de apreciação dos processos de vinculação do Estado Português aos instrumentos a celebrar no âmbito das organizações internacionais e das instituições de cooperação, nas áreas das atribuições do MAMAOT;



De setembro de 2008 a junho de 2012 — Técnica Superior no Gabinete de Relações Internacionais do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional (MAOTDR), tendo, entre outras, assegurado a preparação de respostas a remeter à Comissão Europeia no âmbito de processos de pré-contencioso e contencioso comunitário e de troca de informação com a Comissão Europeia prévia a processos de infração (sistema EU PILOT), bem como o acompanhamento técnico-jurídico de questões em discussão nas instâncias europeias e internacionais nas áreas de atribuições do MAOTDR, incluindo participação em reuniões de grupo de trabalho que funcionam junto das instituições da União Europeia e grupos de trabalho de transposição de diretivas.

312757933



AGRICULTURA

Gabinete da Ministra

Despacho n.º 11040/2019

Sumário: Designa, para exercer as funções de secretária pessoal do Gabinete da Ministra da Agricultura, Teresa de Jesus Bonaparte Inglês Moreira Correia.

1 — Ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo, para exercer as funções de secretária pessoal no meu Gabinete, Teresa de Jesus Bonaparte Inglês Moreira Correia, técnica superior da Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, com efeitos a 26 de outubro de 2019.

2 — Os encargos com a remuneração da designada são assegurados pelo orçamento do meu Gabinete.

3 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do mesmo decreto-lei, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho.

4 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicitação na página eletrónica do Governo.

8 de novembro de 2019. — A Ministra da Agricultura, *Maria do Céu de Oliveira Antunes Albuquerque*.

ANEXO

Nota curricular

Identificação:

Nome: Teresa de Jesus Bonaparte Inglês Moreira Correia.

Habilitações académicas: Licenciatura em Relações Públicas e Publicidade.

Experiência profissional:

Gabinete da Secretária de Estado do Desenvolvimento Regional: Secretária Pessoal;

Gabinete do Ministro do Planeamento e das Infraestruturas: Coordenadora do apoio técnico-administrativo;

Presidência do Conselho de Ministros: Técnica Superior — Departamento de Recursos Humanos da Presidência do Conselho de Ministros;

Agrupamento de Escolas Daniel Sampaio: Assistente Técnica em mobilidade interna na Escola Secundária Dr. José Afonso;

Agrupamento de Escolas de Vale Rosal: Coordenadora Técnica em Regime de Mobilidade;

Escola Secundária Moinho de Maré em Corroios: Assistente Técnica, área de Recursos Humanos;

PriceWaterhouseCoopers: Secretária de Departamento;

Redes de Gás Natural, REDESADO — Energia e Comunicações, L.^{da}: Secretária de Departamento.

312758379



AGRICULTURA

Gabinete da Ministra

Despacho n.º 11041/2019

Sumário: Designa, como técnica especialista do Gabinete da Ministra da Agricultura, a mestre Gabriela Gonçalves Salvado.

1 — Ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo, como técnica especialista do meu Gabinete, para exercer funções da área da sua especialidade, a mestre Gabriela Gonçalves Salvado, técnica superior da Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural, com efeitos a 26 de outubro de 2019.

2 — Para efeitos do disposto no n.º 6 do artigo 13.º do referido decreto-lei, o estatuto remuneratório da designada é equivalente ao estabelecido para o cargo de adjunto.

3 — Os encargos com a remuneração da designada são assegurados pelo serviço de origem e pelo orçamento do meu Gabinete, nos termos dos n.ºs 12 e 13 do artigo 13.º do referido decreto-lei.

4 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do mesmo decreto-lei, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho.

5 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicitação na página eletrónica do Governo.

8 de novembro de 2019. — A Ministra da Agricultura, *Maria do Céu de Oliveira Antunes Albuquerque*.

ANEXO

Nota curricular

1 — Dados pessoais:

Gabriela Gonçalves Salvado, natural do concelho de Castelo Branco, nasceu a 8 de setembro de 1973.

2 — Habilitações académicas/profissionais:

2015 — Mestrado em Administração Pública pelo ISCTE — Instituto Universitário de Lisboa, com tese intitulada «Serviços Online de Iniciativa Simplex (SOIS) no Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I. P.: avaliação e propostas de melhoria»;

2013 — Curso de Estudos Avançados em Gestão Pública (CEAGP) — INA, Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas;

2002 — Licenciatura em Eng.ª Agronómica, ramo de Eng.ª Rural no Instituto Superior de Agronomia, Universidade de Lisboa.

3 — Experiência profissional:

Desde 2018 até à presente data desempenhou funções de Técnica Especialista no Gabinete do Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural.

Entre 2016 e 2018, desempenhou funções como Técnica Superior na Divisão de Infraestruturas Hidráulicas (DIH), na Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR) tendo participado na revisão de projetos de execução de redes de rega e integrado a lista de vários Júris de Concurso, mais especificamente, em contratos de Aquisição de Serviços e de contratos de Empreitada de Obras Públicas.



Em 2013 e após a finalização do CEAGP, ingressa na Administração Pública, no Instituto de Mobilidade e Transportes, I. P. (IMT, I. P.), mais concretamente, no Departamento de Atendimento e Apoio ao Utilizador (DAAU) como Técnica Superior.

Exerceu, entre 2000 e 2011, funções de Eng.ª Projetista na Hidroprojecto e Gestão, S. A., tendo participado na elaboração de: projetos de execução de redes de rega de diversos aproveitamentos hidroagrícolas; projetos de ordenamento fundiário (emparcelamento); projetos SIG (expropriação/indemnização, identificação e quantificação de áreas agrícolas/florestais aptas a receber lamas).

Entre 1999 e 2000, desempenhou funções de coordenação de equipas de campo na região «Terras do Sado» e nos concelhos de Castelo Branco e Proença-a-Nova na COBA, Consultores de Engenharia e Ambiente, S. A., para a aquisição de informação espacial, temporal e caracterização agronómica do parcelar vitícola e olivícola.

312757706

**C. I. F. A. D. — CENTRO DE INVESTIGAÇÃO E FORMAÇÃO EM ARTES E DESIGN, L.^{DA}****Regulamento n.º 908/2019**

Sumário: Regulamento do Concurso Especial para Estudantes Candidatos às Provas especialmente Adequadas Destinadas a Avaliar a Capacidade para a Frequência dos Maiores de 23 Anos dos Cursos da Escola Superior de Artes e Design.

**Regulamento do Concurso Especial para Estudantes Candidatos às Provas
especialmente Adequadas Destinadas a Avaliar a Capacidade
para a Frequência dos Maiores de 23 Anos dos Cursos da Escola Superior de Artes e Design**

Sob proposta do CIFAD — Centro de Investigação e Formação em Artes e Design, L.^{da}, entidade que tutela a Escola Superior de Artes e Design (ESAD), e nos termos do Decreto-Lei n.º 64/2006, de 21 de março, que regulamenta as provas especialmente adequadas destinadas a avaliar a capacidade para a frequência do ensino superior dos maiores de 23 anos, alterado pelo Decreto-Lei n.º 113/2006, de 16 de julho e pelo Decreto-Lei n.º 63/2016 de 13 de setembro, o conselho técnico-científico da ESAD aprova o regulamento das provas especialmente adequadas a avaliar a capacidade para a frequência dos cursos superiores da ESAD dos maiores de 23 anos, previstas no n.º 5 do artigo 12.º da Lei n.º 46/86, de 14 de outubro (lei de bases do sistema educativo), alterada pelas Leis n.ºs 115/97, de 19 de setembro, e 49/2005, de 30 de agosto.

Artigo 1.º**Condições para requerer a inscrição nas provas**

1 — Podem inscrever-se para a realização das provas destinadas a avaliar a capacidade para a frequência dos cursos superiores de 1.º ciclo e cursos técnicos superiores profissionais (TESP) da ESAD, os candidatos que completem 23 anos de idade até ao dia 31 de dezembro do ano que antecede ao ano de realização das provas.

2 — Não serão admitidos à inscrição para a realização das provas os candidatos que, embora satisfazendo o número anterior:

a) Sejam titulares de habilitação de acesso ao ensino superior, nos termos e para os efeitos do regime geral legalmente aplicável aos estabelecimentos de ensino superior público, particular e cooperativo, designadamente os titulares de curso secundário (12.º ano concluído) e/ou equivalente, concluídos há menos de cinco anos inclusive;

b) Reúnam condições para aceder ao ensino superior pela via de outros concursos e regimes especiais de acesso por deter, à data da candidatura, dos pressupostos habilitacionais e académicos necessários para o efeito;

c) Satisfazam os pré-requisitos quando exigidos pela ESAD para a frequência do curso pretendido;

d) Não estar abrangido pelo estatuto do estudante internacional regulado pelo Decreto-Lei n.º 36/2014, de 10 de março, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 62/2018, de 6 agosto.

3 — Poderão ainda requerer a inscrição nas provas os candidatos que tenha frequência universitária ou politécnica, desde que não detenham condições académicas passíveis de candidatura, por outros concursos, aos cursos da ESAD.

Artigo 2.º**Inscrição e calendário de realização das provas**

1 — As provas destinam-se à avaliação da capacidade para a frequência de um curso de licenciatura (1.º ciclo) ou TESP da ESAD, sendo realizadas anualmente.



2 — O prazo de inscrição e o calendário geral de realização das provas são fixados pelo conselho de direção e divulgados no sítio da ESAD.

3 — O calendário abrange todas as ações relacionadas com as provas e cuja determinação seja da competência do júri previsto neste regulamento.

4 — A inscrição deverá ser realizada em formulário próprio disponibilizado no sítio da ESAD. Só em casos excecionais, e devidamente justificados, poderá a inscrição ser realizada em suporte de papel, havendo, em qualquer dos casos, lugar ao pagamento das taxas e emolumentos fixados anualmente pelo conselho de direção.

5 — O processo de inscrição é instruído com os seguintes documentos:

a) Formulário para a inscrição nas provas onde constarão os seguintes elementos:

a1) Identificação pessoal do candidato e residência;

a2) Experiência profissional;

a3) Indicação de validação de competências, nacionais e estrangeiras, já obtidas;

a4) Carta de motivação onde o candidato expresse as suas expetativas e motivações para frequentar o curso a que se candidata.

b) Fotocópia do bilhete de identidade ou cartão de cidadão;

c) Documentos comprovativos de elementos curriculares (diplomas, certificados de habilitações, declarações comprovativas de experiência profissional, artigos, relatórios e outras publicações de interesse analisar);

d) Fotocópia de diplomas e ou certificados de ensino ou formação.

6 — Todos os elementos entregues carecem de adequada comprovação.

7 — Os candidatos poderão, com as provas realizadas, candidatarem-se a mais do que um curso de 1.º ciclo ou TESP da ESAD.

Artigo 3.º

Avaliação da capacidade

A avaliação da capacidade para a frequência de um curso da ESAD inclui:

a) Apreciação do currículo escolar e profissional do candidato;

b) Avaliação das motivações do candidato aferida através da realização de uma entrevista;

c) Realização de provas teóricas e práticas de avaliação dos conhecimentos e competências considerados indispensáveis ao ingresso no curso a que o candidato pretende candidatar e frequentar.

Artigo 4.º

Periodicidade das provas

As provas são realizadas anualmente.

Artigo 5.º

Processo de seriação

1 — No âmbito do processo de seriação, os candidatos são classificados numa escala numérica inteira de 0 a 20 e ordenados de forma decrescente das suas classificações.

2 — A classificação final é determinada pela média aritmética das classificações da avaliação do currículo escolar, profissional e pessoal (20 %), entrevista (20 %), da prova de Desenho (30 %) e da prova de História da Arte (30 %).

3 — As classificações ponderadas para cada parâmetro e/ou subparâmetros de cada uma das provas estão especificadas em regulamento próprio disponível no sítio da ESAD.

Artigo 6.º

Avaliação do currículo escolar, profissional e pessoal

1 — A avaliação do currículo escolar, profissional e pessoal dos candidatos destina-se a avaliar a aptidão dos mesmos para frequentarem o ensino superior.

2 — Na avaliação são ponderadas:

- a) As habilitações escolares obtidas, considerando a sua natureza e classificação;
- b) A formação profissional, particularmente a relacionada com as áreas do conhecimento relevantes para o ingresso no curso em causa;
- c) A experiência profissional, considerando o desempenho de funções relevantes para o ingresso no curso em causa;
- d) A experiência pessoal, considerando em particular os conhecimentos de carácter cultural, aprendizagens autodidata, ou outras, desde que relevantes para o ingresso no curso em causa.

Artigo 7.º

Entrevista

1 — A entrevista tem como objetivo:

- a) Avaliar as motivações do candidato no que diz respeito à escolha da ESAD e do(s) curso(s);
- b) Apreciar o *curriculum vitae*, nomeadamente a sua vertente profissional;
- c) Apreciar o portefólio do candidato, quando se justifique, nomeadamente de candidatos com experiência profissional nas áreas das artes e do *design*;
- d) Avaliação do preenchimento de um questionário de carácter cultural;
- e) Avaliação da capacidade de exposição oral do candidato, nomeadamente na fluência discursiva ou capacidade de argumentação, noções de *design* e estética e interesse pelas áreas das artes e do design.

2 — É da competência do júri das provas a marcação das datas, horas e locais de realização das entrevistas, que será definida na reunião geral com os candidatos, convocada por telefone e por correio eletrónico.

Artigo 8.º

Prova teórica e prova prática

1 — A prova teórica consiste num exame sobre história da arte.

2 — A prova prática consiste num exame de desenho.

3 — As provas têm como objetivo permitir avaliar se os candidatos têm capacidades de desenho e conhecimentos mínimos de história da arte, indispensáveis para o ingresso no(s) curso(s) escolhido(s).

4 — As provas incidirão sobre matérias que fazem parte de programas do ensino secundário.

5 — A prova de desenho é composta por duas partes. A primeira tem como objetivo permitir a avaliação da expressão e fluidez gestual de um assunto. A segunda tem como objetivo avaliar o enquadramento, a visualização (aproximação objetiva), a valoração lumínica e estruturação de uma composição.

6 — A prova de história da arte tem como objetivo aferir os conhecimentos do candidato no que se refere aos temas propostos, rigor terminológico, objetividade e clareza da expressão escrita, correta estruturação das respostas e demonstração de capacidade reflexiva e crítica.

7 — As provas são classificadas na escala numérica de 0 (zero) a 20 (vinte).

8 — Os candidatos que não obtenham 8 valores em cada uma das provas são automaticamente eliminados.



9 — São também eliminados os candidatos que não compareçam ou desistam de uma ou ambas as provas.

Artigo 9.º

Reapreciação das provas teórica e prática

Os candidatos poderão solicitar a reapreciação das provas teórica e/ou prática no prazo máximo de dois dias contados a partir da afixação da respetiva classificação, havendo lugar ao pagamento das taxas e emolumentos fixados pelo conselho de direção.

Artigo 10.º

Júri da organização e realização das provas

1 — A realização e avaliação das provas competem a um júri nomeado pelo conselho de direção, sob proposta do conselho técnico-científico, que deve integrar como presidente um membro do conselho técnico-científico e dois docentes, um do grupo de docentes das unidades curriculares de desenho e outro do grupo de docentes das unidades curriculares teóricas.

2 — Ao júri designado competirá, entre outras tarefas:

- a) Reunir com os candidatos e propor a calendarização das provas;
- b) Elaborar a prova escrita e a prova de desenho e suas correções;
- c) Realizar as entrevistas e proceder à sua avaliação;
- d) Proceder à classificação final de cada candidato;
- e) Reconhecer e atribuir créditos no(s) ciclo(s) de estudos escolhido pelo candidato, da experiência profissional e pessoal e da formação devidamente reconhecidos;
- f) Proceder à avaliação do currículo escolar, profissional e pessoal dos candidatos.

3 — O presidente de júri, em caso de empate, terá voto de qualidade.

4 — A organização e funcionamento do júri são da sua exclusiva competência.

Artigo 11.º

Classificação e decisão final

1 — A decisão final sob a forma de «Aprovado» ou «Reprovado» é da competência do júri das provas.

2 — Qualquer que seja a decisão, esta é traduzida numa classificação expressa em escala numérica de 0 (zero) a 20 (vinte) valores, sendo aprovado os candidatos que obtenham uma classificação final igual ou superior a 10 (dez) valores, obtida até às décimas, e quando adequado, por arredondamento à décima imediatamente superior ou inferior, conforme o excesso for igual ou superior a 5 (cinco) centésimas.

3 — A classificação final é lançada em pauta e no processo do candidato.

4 — A aprovação nas provas permite ao candidato efetuar a candidatura e, sendo admitido, à matrícula e inscrição no curso a que se candidata.

5 — As provas são válidas por um período de cinco anos.

Artigo 12.º

Número de vagas

1 — O número de vagas são fixadas anualmente pela ESAD e publicadas no seu sítio na Internet.

2 — O número de vagas a criar é de pelo menos 5 % do número de vagas fixado para o regime geral de acesso para o conjunto dos cursos ministrados na Escola.



Artigo 13.º

Reconhecimento de créditos

1 — A creditação da formação académica anteriormente adquirida pelos estudantes que ingressam num ciclo de estudos da ESAD através do concurso realiza-se nos termos fixados pelos artigos 45.º a 45.º-B do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 65/2018, de 16 de agosto e pelo Regulamento n.º 501/2014, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 215, de 6 de novembro de 2014, que regula a validação e creditação de competências formais e não formais.

2 — Tendo por base o reconhecimento da experiência profissional e de outras formações, que não as previstas no ponto anterior, o júri do concurso poderá propor a atribuição de créditos no curso a que o candidato se matricula.

3 — O número de créditos a atribuir é estabelecido pelo júri.

Artigo 14.º

Validade das provas

A aprovação nas provas é válida para a matrícula e inscrição nos cursos de 1.º ciclo e TESP da ESAD no ano de candidatura e nos quatro anos letivos subsequentes.

Artigo 15.º

**Candidatura à matrícula e inscrição de candidatos aprovados
em outras instituições de ensino superior**

1 — Podem ser admitidos à matrícula e inscrição nos cursos de 1.º ciclo e TESP da ESAD os candidatos aprovados em provas de outras instituições de ensino superior desde que as mesmas ali realizadas sejam adequadas para a avaliação da capacidade para frequentar o curso no qual o candidato pretende efetivar a matrícula.

2 — O candidato deve instruir o seu pedido de acordo com o solicitado no formulário de inscrição.

Artigo 16.º

Entrada em vigor

Este regulamento entra em vigor após a sua aprovação nos órgãos competentes e devida publicitação.

08/11/2019. — O Diretor, *José António de Oliveira Simões*.

312746552

**ORDEM DOS CONTABILISTAS CERTIFICADOS****Aviso n.º 18887/2019**

Sumário: Notificação de despacho de acusação à CC n.º 84 850, Olga Isabel Machado Firmino.

Notificação de despacho de acusação

Eugénio Lourenço da Silva Faca, Presidente do Conselho Jurisdicional, anteriormente designado por Conselho Disciplinar da Ordem dos Contabilistas Certificados

Notifica, nos termos e para os efeitos do n.º 1 do artigo 100.º do Estatuto da Ordem dos Contabilistas Certificados, ora designado por EOCC, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 452/99, de 5 de novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 310/09, de 26 de outubro, e pela Lei n.º 139/2015 de 07 de setembro e por aplicação subsidiária do artigo 214.º, n.º 2 da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LGTFP), aplicável por força da alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º do preâmbulo da Lei n.º 139/2015, de 07 de setembro, de que foi deduzido despacho de acusação contra os membros, cujos dados infra indicamos na seguinte ordem:

Cédula Profissional	Nome do contabilista certificado	N.º Processo Disciplinar	Aprovado em Sessão CJ
84850	Olga Isabel Machado Firmino.	PD-1148/16	2019/10/21

Fica ainda notificada que, ao abrigo do disposto no artigo 214.º, n.º 2 da LGTFP, pode, querendo, apresentar a sua defesa no prazo de 30 dias úteis, a contar da data da publicação, podendo nesse mesmo prazo, consultar o processo, apresentar rol de testemunhas, juntar documentos e requerer as diligências probatórias que se revelem pertinentes.

12 de novembro de 2019. — O Presidente do Conselho Jurisdicional, *Eugénio Lourenço da Silva Faca*.

312756167



UNIVERSIDADE DO ALGARVE

Contrato (extrato) n.º 431/2019

Sumário: Celebração de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo com a mestre Joana Isabel Salsinha Matias, como assistente convidada, em regime de acumulação a 50 %, para a Escola Superior de Saúde.

Por despacho de 9 de setembro de 2019 do Reitor da Universidade do Algarve, foi autorizado o contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo com a mestre Joana Isabel Salsinha Matias, na categoria de Assistente Convidada, em regime de acumulação a 50 %, para a Escola Superior de Saúde da Universidade do Algarve, no período de 20 de setembro de 2019 a 19 de setembro de 2020, auferindo o vencimento correspondente ao escalão 1, índice 100 da tabela remuneratória dos docentes do ensino superior politécnico.

30 de outubro de 2019. — A Diretora dos Serviços dos Recursos Humanos, *Maria Carlos Ferreira*.

312759586



UNIVERSIDADE DO ALGARVE

Contrato (extrato) n.º 432/2019

Sumário: Celebração de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo com o Doutor Rui Francisco de Brion Ramirez Sanches, na categoria de professor auxiliar convidado, em regime de tempo parcial a 62,5% para a Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

Por despacho de 7 de agosto de 2019 do Reitor da Universidade do Algarve foi autorizado o contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo com o Doutor Rui Francisco de Brion Ramirez Sanches, na categoria de professor auxiliar convidado, em regime de tempo parcial a 62,5 %, para a Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve, no período de 31 de agosto de 2019 a 30 de agosto de 2020, auferindo o vencimento correspondente ao escalão 1, índice 195 da tabela remuneratória dos docentes do ensino superior universitário.

30 de outubro de 2019. — A Diretora dos Serviços de Recursos Humanos, *Maria Carlos Ferreira*.

312759626



UNIVERSIDADE DO ALGARVE

Contrato (extrato) n.º 433/2019

Sumário: Celebração de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo com o licenciado José Joaquim Ruxa Quintas, como assistente convidado, em regime de tempo parcial a 47,5 %, para a Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo.

Por despacho de 28 de agosto de 2019 do Reitor da Universidade do Algarve, foi autorizado o contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo com o licenciado José Joaquim Ruxa Quintas, na categoria de assistente convidado em regime de tempo parcial a 47,5 %, para a Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo da Universidade do Algarve, no período de 4 de setembro de 2019 a 3 de setembro de 2020, auferindo o vencimento correspondente ao escalão 1, índice 100 da tabela remuneratória dos docentes do ensino superior politécnico, encontrando-se rescindido, nessa data o contrato anterior.

30 de outubro de 2019. — A Diretora dos Serviços de Recursos Humanos, *Maria Carlos Ferreira*.

312755519



UNIVERSIDADE DO ALGARVE

Contrato (extrato) n.º 434/2019

Sumário: Celebração de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo com a mestre Patrícia Isabel Amôres Rio Cabrita como assistente convidada, em regime de acumulação a 50 %, para a Escola Superior de Saúde.

Por despacho de 31 de agosto de 2018 do Reitor da Universidade do Algarve foi autorizado o contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo com a Mestre Patrícia Isabel Amôres Rio Cabrita, na categoria de assistente convidada, em regime de acumulação a 50 %, para a Escola Superior de Saúde da Universidade do Algarve, no período de 1 de setembro de 2018 a 31 de agosto de 2019, auferindo o vencimento correspondente ao escalão 1, índice 100 da tabela remuneratória dos docentes do ensino superior politécnico.

30 de outubro de 2019. — A Diretora dos Serviços de Recursos Humanos, *Maria Carlos Ferreira*.

312756045



UNIVERSIDADE DO ALGARVE

Contrato (extrato) n.º 435/2019

Sumário: Celebração de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo com o mestre Miguel Guerreiro Luzia como assistente convidado, em regime de tempo parcial a 55 %, para a Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo.

Por despacho de 19 de agosto de 2019 do Reitor da Universidade do Algarve, foi autorizado o contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo com o Mestre Miguel Guerreiro Luzia, na categoria de assistente convidado em regime de tempo parcial a 55 %, para a Escola Superior de Gestão Hotelaria e Turismo da Universidade do Algarve, no período de 4 de setembro de 2019 a 3 de setembro de 2020, auferindo o vencimento correspondente ao escalão 1, índice 100 da tabela remuneratória dos docentes do ensino superior politécnico.

30 de outubro de 2019. — A Diretora dos Serviços de Recursos Humanos, *Maria Carlos Ferreira*.

312755179



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Aviso n.º 18888/2019

Sumário: Contratação do Doutor Adelino Jorge Lopes Ferreira, como professor associado com agregação, por tempo indeterminado, em regime de *tenure*, para desempenho de funções no Departamento de Engenharia Civil da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

Por despacho exarado, a 12/09/2019, pelo Magnífico Reitor da Universidade de Coimbra, Prof. Doutor Amílcar Celta Falcão Ramos Ferreira, foi autorizada a contratação do Doutor Adelino Jorge Lopes Ferreira e celebrado contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado, em regime de *tenure*, como Professor Associado em dedicação exclusiva, com o posicionamento remuneratório entre o 75.º e o 76.º níveis remuneratórios da Tabela Remuneratória Única, aprovada pela Portaria n.º 1553-C/2008, de 31/12, a que corresponde a remuneração de € 4.337,61.

A contratação, com início a 30/10/2019, resulta da conclusão do concurso documental internacional destinado ao preenchimento de um posto de trabalho, da carreira docente universitária, na categoria de Professor Associado, com agregação, do mapa de pessoal da Universidade de Coimbra, para desempenho de funções no Departamento de Engenharia Civil da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, aberto por Edital n.º 241/2019, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 26, de 6 de fevereiro. (Não carece de verificação prévia do Tribunal de Contas.)

31/10/2019. — A Diretora do Serviço de Gestão de Recursos Humanos, *Ana Isabel Salgueiro Valente Santos*.

312755316



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Aviso n.º 18889/2019

Sumário: Contratação da Doutora Catarina Alexandra dos Reis Vale Gomes como professora auxiliar, por tempo indeterminado, em período experimental, para desempenho de funções na Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra.

Por despacho exarado, a 24/07/2019, pelo Magnífico Reitor da Universidade de Coimbra, Prof. Doutor Amílcar Celta Falcão Ramos Ferreira, no uso de competência própria, foi autorizada a contratação da Doutora Catarina Alexandra dos Reis Vale Gomes, e celebrado contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado, em período experimental, como Professora Auxiliar em dedicação exclusiva, com o posicionamento remuneratório entre o 53.º e o 54.º níveis remuneratórios da Tabela Remuneratória Única, aprovada pela Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de dezembro, a que corresponde a remuneração de € 3.191,82.

A contratação, com início 01/09/2019, resulta da conclusão do concurso documental internacional destinado ao preenchimento de um posto de trabalho, da carreira docente universitária, na categoria de Professor Auxiliar, do mapa de pessoal da Universidade de Coimbra, para desempenho de funções na Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra, aberto por Edital n.º 15/2019, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 3, de 4 de janeiro, alterado pelo Aviso n.º 9531/2019, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 104, de 30 de maio. (Não carece de verificação prévia do Tribunal de Contas.)

04/11/2019. — A Diretora do Serviço de Gestão de Recursos Humanos, *Ana Isabel Salgueiro Valente Santos*.

312755446



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Aviso n.º 18890/2019

Sumário: Contratação da Doutora Susana Isabel Arsénio Nunes Costa Araújo como professora auxiliar, por tempo indeterminado, em período experimental, para desempenho de funções na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Por despacho exarado, a 14/06/2019, pelo Magnífico Reitor da Universidade de Coimbra, Prof. Doutor Amílcar Celta Falcão Ramos Ferreira, no uso de competência própria, foi autorizada a contratação da Doutora Susana Isabel Arsénio Nunes Costa Araújo e celebrado contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado, em período experimental, como Professora Auxiliar em dedicação exclusiva, com o posicionamento remuneratório entre o 53.º e o 54.º níveis remuneratórios da Tabela Remuneratória Única, aprovada pela Portaria n.º 1553-C/2008, de 31/12, a que corresponde a remuneração de € 3.191,82.

A contratação, com início a 02 de setembro de 2019, resulta da conclusão do concurso documental internacional destinado ao preenchimento de um posto de trabalho, da carreira docente universitária, na categoria de Professor Auxiliar, do mapa de pessoal da Universidade de Coimbra, para desempenho de funções na Faculdade de Letras, aberto por Edital n.º 154/2019, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 17, de 24 de janeiro. (Não carece de verificação prévia do Tribunal de Contas.)

04/11/2019. — A Diretora do Serviço de Gestão de Recursos Humanos, *Ana Isabel Salgueiro Valente Santos*.

312755543



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Aviso n.º 18891/2019

Sumário: Elisabete Rodrigues Cardoso concluiu com sucesso o período experimental na carreira e categoria de técnica superior.

Torna-se público que, por despacho exarado, a 22/10/2019, pelo Magnífico Reitor da Universidade de Coimbra, Prof. Doutor Amílcar Celta Falcão Ramos Ferreira, no uso de competência própria, a trabalhadora Elisabete Rodrigues Cardoso, concluiu com sucesso o período experimental, na carreira e categoria de Técnica Superior, tendo-lhe sido atribuída a classificação final de 17 valores. (Não carece de verificação prévia do Tribunal de Contas.)

07/11/2019. — A Diretora do Serviço de Gestão de Recursos Humanos, *Ana Isabel Salgueiro Valente Santos*.

312755698



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

Despacho n.º 11042/2019

Sumário: Contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com um período experimental de cinco anos, como professora auxiliar da Doutora Raquel Garcia, na sequência de concurso documental internacional para a área disciplinar de Agroalimentar, da Escola de Ciências e Tecnologia.

Por despacho de 29/10/2019 da Reitora da Universidade de Évora, foi autorizada a celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com um período experimental de 5 anos, com a Doutora Raquel Marta Neves dos Santos Garcia, na categoria de professora auxiliar do mapa de pessoal desta instituição, na sequência de concurso documental internacional para a área disciplinar de Agroalimentar — Tecnologia e Qualidade dos Produtos de Origem Vegetal, da Escola de Ciências e Tecnologia, abrangido pelo concurso estímulo ao emprego científico institucional, com direito à remuneração correspondente ao escalão 1, índice 195, do Estatuto remuneratório do pessoal docente universitário.

11/11/2019. — A Administradora da Universidade de Évora, *Maria Cesaltina Frade*.

312749817



SERVIÇOS DE AÇÃO SOCIAL DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

Despacho n.º 11043/2019

Sumário: Consolidação definitiva da mobilidade na mesma carreira/categoria à assistente técnica Ângela Maria Ferreira Almeida.

Nos termos do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna -se público que, obtida a anuência da Direção-Geral da Administração da Justiça, serviço de origem da trabalhadora, foi autorizada a consolidação definitiva da mobilidade na mesma carreira/categoria, à assistente técnica Ângela Maria Ferreira Almeida, mantendo o mesmo posicionamento remuneratório, na 6.ª posição e no 11.º nível, da tabela remuneratória única aprovada pela Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de dezembro, a que corresponde o vencimento de 995,51€, passando a integrar um posto de trabalho do mapa de pessoal dos Serviços de Ação Social da Universidade de Lisboa, com efeitos a 1 de junho de 2019, tendo-se procedido à celebração do correspondente contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

29 de outubro de 2019. — O Administrador dos Serviços de Ação Social da Universidade de Lisboa, *Carlos Dá Mesquita*.

312750115



INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO

Escola Superior de Hotelaria e Turismo

Despacho n.º 11044/2019

Sumário: Subdelegação da presidência do júri das provas para atribuição do título de especialista.

Nos termos do disposto no n.º 1 do Despacho P.PORTO/P-080/2018, de 1 de agosto, publicado na 2.ª série do *Diário da República* n.º 159, de 20 de agosto, Despacho 8165/2018, e do artigo 46.º do Código do Procedimento Administrativo, subdelego no Dr. Joaquim José Pereira Ribeiro, Vice-presidente da Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Instituto Politécnico do Porto, a presidência do júri das provas para atribuição do título de especialista, na área de Hotelaria e Restauração, requeridas pela candidata Marta Alexandra de Andrade Cunha.

12 de novembro de 2019. — O Presidente da ESHT, *Prof. Doutor Fernando Flávio Ferreira*.

312757544



CENTRO HOSPITALAR DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO, E. P. E.

Aviso (extrato) n.º 18892/2019

Sumário: Cessação definitiva de funções públicas da profissional de enfermagem Isabel Ana Rosa Magalhães.

Nos termos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que Isabel Ana Rosa Magalhães, Enfermeira do Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, E. P. E., cessou, a seu pedido, o exercício de funções públicas, por exoneração, no dia 09 de novembro de 2019.

2019-11-12. — O Diretor do Serviço Gestão e Recursos Humanos, *Miguel Taveira Maravilha*.

312753242



UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DE CASTELO BRANCO, E. P. E.

Deliberação (extrato) n.º 1243/2019

Sumário: Redução de horário semanal de pessoal médico.

Por deliberação de 4 de novembro de 2019, do Conselho de Administração da ULS-Castelo Branco, E. P. E.:

Abílio Manuel Marques, Assistente Graduado de Medicina Geral e Familiar, da Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, EPE, Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados de Alcains — Autorizada a redução do seu horário semanal (de 38 horas para 37 horas semanais) ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 266-D/2012, de 31 de dezembro, a partir de 1 de dezembro de 2019. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

11 de novembro de 2019. — O Presidente do Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, E. P. E., *Dr. António Vieira Pires*.

312754977



UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DE CASTELO BRANCO, E. P. E.

Deliberação (extrato) n.º 1244/2019

Sumário: Dispensa da prestação de trabalho no serviço de urgência de pessoal médico.

Por deliberação de 4 de novembro de 2019, do Conselho de Administração da ULS — Castelo Branco, E. P. E.:

Autorizada a dispensa de prestação de serviço de urgência à Dra. Maria Eugénia Monteiro André, Assistente Graduada Sénior de Medicina Interna e Diretora Clínica para a área dos Cuidados de Saúde Hospitalares, da Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, EPE, a partir de 4 de novembro de 2019, de acordo com o n.º 6, da cláusula 43.ª do ACT n.º 2/2009, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 198, de 13 de outubro e republicado pelo aviso n.º 12509/2015, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 210, de 27 de outubro de 2015. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

11 de novembro de 2019. — O Presidente do Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, E. P. E., *Dr. António Vieira Pires*.

312756004



MUNICÍPIO DE BAIÃO

Aviso n.º 18893/2019

Sumário: Cessação de relação jurídica de emprego público por falecimento.

Cessação de relação jurídica de emprego público por falecimento

Para cumprimento do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se publico que, por motivo de falecimento, cessaram a relação jurídica de emprego público, os Assistentes Operacionais do mapa de pessoal deste município, Alfredo Maria Pereira Cardoso, posicionado na 6.ª posição e nível remuneratório 6, desligado do serviço em 29 de agosto de 2019 e Antonio José Monteiro, posicionado na 8.ª posição e nível remuneratório 8, desligado do serviço em 24 de outubro de 2019.

12 de novembro de 2019. — O Presidente da Câmara Municipal, *Dr. Joaquim Paulo de Sousa Pereira*.

312755551

**MUNICÍPIO DE BAIÃO****Aviso n.º 18894/2019**

Sumário: Celebração de contrato individual de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

Celebração de contrato individual de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado

Para efeitos do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e cumpridos todos os requisitos necessários ao acionamento das reservas de recrutamento para mais dez postos de trabalho na carreira e categoria de Assistente Operacional, constituídas no âmbito dos procedimentos concursais, publicitados no Aviso n.º 4957/2018, publicado na 2.ª Série do D.R. n.º 73, de 13 de abril, cuja lista unitária de ordenação final se encontra homologada, e cujas notificações foram efetuadas aos candidatos, torna-se público que foram celebrados Contratos de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado, com efeitos a 1 de abril de 2019, com a trabalhadora:

Ana Maria da Conceição Pinto — Assistente Operacional — 635,07 €.

Com efeitos a 1 de maio de 2019, com os trabalhadores:

Ana Cristina Carneiro Pereira — Assistente Operacional — 635,07 €;

Pedro Miguel Machado Vaz — Assistente Operacional — 635,07 €.

Com efeitos a 15 de julho de 2019, com os trabalhadores:

Olga Maria Leite Pereira Barbosa — Assistente Operacional — 635,07 €;

Maria Rosa de Sousa Silva da Costa — Assistente Operacional — 635,07 €;

Ricardo Miguel Borges da Rocha — Assistente Operacional — 635,07 €;

Ana Isabel Moreira Silva — Assistente Operacional — 635,07 €.

Com efeitos a 16 de julho de 2019, com o trabalhador:

Alexandre Miguel Ramos de Freitas — Assistente Operacional — 635,07 €.

Com efeitos a 01 de agosto de 2019, com os trabalhadores:

Ana Maria Nunes — Assistente Operacional — 635,07 €;

Pedro Miguel Pereira Monteiro — Assistente Operacional — 635,07 €.

Por meu despacho datado de 22 de março de 2018, o Júri que irá acompanhar e avaliar os trabalhadores no seu período experimental, é constituído pelos mesmos elementos que integraram o respetivo procedimento concursal.

12 de novembro de 2019. — O Presidente da Câmara, *Joaquim Paulo de Sousa Pereira*.

312755576



MUNICÍPIO DO BARREIRO

Aviso (extrato) n.º 18895/2019

Sumário: Regresso de licença sem remuneração da técnica superior Catarina Viegas Gil.

Torna-se público o regresso de licença s/remuneração, nos termos do artigo 281.º, n.º 5 da LTFP, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, da Técnica Superior Catarina Viegas Gil, o qual teve início a 01/10/2019.

14 de outubro de 2019. — O Vereador, *João Pintassilgo*.

312742964



MUNICÍPIO DO BARREIRO

Aviso (extrato) n.º 18896/2019

Sumário: Celebração de contratos em funções públicas a termo resolutivo certo na categoria de técnico superior com vários trabalhadores, na sequência dos procedimentos concursais ref.^{as} 06 e 07/2018.

Em cumprimento do disposto no artigo 4.º da Lei n.º 35/2014 de 20 de junho, torno público que celebramos contratos de trabalho em funções públicas a Termo Resolutivo Certo, na categoria de Técnico Superior na área de Assistente Social com as seguintes trabalhadoras: Isabel Alexandra Boavida Farinha de Figueiredo Santos e Sofia Alexandra Seabra de Castro Soeiro, e para a categoria de Técnico Superior na área de Psicologia com os seguintes trabalhadores: Ana Cristina Coutinho Gaspar, João Pedro Farinha de Lemos F. Simão de Carvalho e Helga Gisela Bento Murracas Bailote, com efeitos a 01/10/2019 nos termos da Lei n.º 35/2014 de 20 de junho, e com a remuneração correspondente à 2.ª posição e ao 15.º nível, da tabela única remuneratória, na sequência dos procedimentos concursais ref.^{as} 06 e 07/2018.

28 de outubro de 2019. — O Vereador, *João Pintassilgo*.

312742478



MUNICÍPIO DO BARREIRO

Aviso n.º 18897/2019

Sumário: Designação do encarregado de proteção de dados.

Designação de encarregado de proteção de dados

O Regulamento (UE) n.º 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados — RGPD) prevê, no seu artigo 37.º, que a entidade responsável pelo tratamento de dados pessoais designe um encarregado da proteção de dados, sempre que, designadamente, o tratamento seja efetuado por uma autoridade ou organismo público. O RGPD entrou em vigor em 25 de maio de 2016 e está em vigor desde de 25 de maio de 2018.

Na sequência da Deliberação de Câmara n.º 439 de 28 de outubro de 2019 e nos termos da alínea a) do n.º 1 e do n.º 6 do artigo 37.º do RGPD, designo como Encarregado da Proteção de Dados do Município do Barreiro, o Dr. António José Guimarães Madureira, advogado, por reconhecidamente deter as qualidades profissionais e as aptidões necessárias ao desempenho das inerentes funções.

31 de outubro de 2019. — O Presidente da Câmara Municipal, *Frederico Rosa*.

312728546



MUNICÍPIO DO BARREIRO

Aviso (extrato) n.º 18898/2019

Sumário: Homologação da lista unitária de ordenação final e celebração de contratos de trabalho, referente ao procedimento concursal ref.ª 09/18, com vários trabalhadores em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para a categoria de assistente operacional.

Nos termos do n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22/01, na redação dada pela Portaria n.º 145-A/2011 de 06/04, e em conformidade com o artigo 48.º da Portaria n.º 125-A/2019 de 30/04, torna-se público que a lista de ordenação final dos candidatos do procedimento concursal por tempo indeterminado, para recrutamento de Assistentes Operacionais, cujo aviso de abertura foi publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 18, de 25/01/2019, retificado pelo aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 25 de 5 de fevereiro de 2019, a qual foi homologada pelo mim em 17/10/2019, se encontra afixada na Divisão de Recursos Humanos e disponível na página eletrónica do município: www.cm-barreiro.pt.

Em cumprimento do disposto no artigo 4.º da Lei n.º 35/2014 de 20 de junho, no seguimento da conclusão deste procedimento Concursal, e com efeitos a 01/11/2019, foram celebrados contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com os seguintes trabalhadores Carlos Manuel Martins Castiço, Paulo Alexandre F. Garcez da Silva, Eduardo Bruno dos Santos Nunes, Vítor Eduardo Alves Guimarães, Manuel António Alves dos Santos, António Alberto das Neves, Fábio Miguel Prata Ferreira, Domingos Alexandre Malheiro Quintelas, Gilmar Inácio Batista da Silva, Lúri Fernando Catarino Pereira, Sónia Alexandra da Silva Fernandes, Íris Vanessa Caldeira de Almeida, Bruno Alexandre Alves da Silva Pereira, António Daniel Dias Murilhas, David José Gonçalves Fonseca, Francisco Tomas Vargas Martins Pires, Marco Alexandre Martins Abreu, Flora Patrícia Torres da Silva Carvalho, Ruben Filipe Alegria Torrado, Sara Filipa da Conceição Casinha, André Filipe Freitas E. Brás dos Santos, Madalena Maria Ferreira Pereira, Noélia Teixeira da Costa Pereira Mateus, Raquel Sofia Marques Oliveira, Maria João Nunes Tim Tim, com a remuneração de 635,07€ da tabela única remuneratória, correspondente à 4.ª posição, 4.º nível remuneratório, da categoria de Assistente operacional, negociada nos termos da Lei n.º 35/2014 de 20 de junho.

7 de novembro de 2019. — O Vereador, *João Pintassilgo*.

312741854



MUNICÍPIO DO BARREIRO

Aviso (extrato) n.º 18899/2019

Sumário: Consolidação das mobilidades intercarreiras na categoria de técnico superior.

Nos termos do artigo 4.º, n.º 1, alínea *b*) da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, publicita-se que, reunidas as condições previstas no artigo 99.º-A da Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014 de 20 de junho, foi autorizada na sequência do meu despacho a consolidação definitiva da mobilidade intercarreiras na categoria de técnico superior posição 2, nível 15, com efeitos a 01/11/2019 relativo a(o) trabalhadores Vanessa Galvão Lavrador e Paulo Daniel Ferreira.

8 de novembro de 2019. — O Vereador, *João Pintassilgo*.

312748164



MUNICÍPIO DO BARREIRO

Aviso (extrato) n.º 18900/2019

Sumário: Consolidação de mobilidade de Paulo Jorge Silveira Pereira.

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014 de 20 de junho, torno público que foi autorizada a consolidação da mobilidade entre órgãos e serviços: do Técnico Superior, Paulo Jorge Silveira Pereira para a Presidência do Conselho de Ministros, com efeitos a 01/10/2019, nos termos previstos nas alíneas *a*) e *d*) do n.º 3 do artigo 99.º da LTFP aprovada pela Lei n.º 35/2014 de 20 de junho.

8 de novembro de 2019. — O Vereador, *João Pintassilgo*.

312744381



MUNICÍPIO DO BARREIRO

Aviso (extrato) n.º 18901/2019

Sumário: Mobilidade de vários trabalhadores na categoria de técnico superior para outras entidades.

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014 de 20 de junho, torno público que foram autorizadas as mobilidades interna, dos Técnicos Superiores, Silvia Maria Fernandes Cunha, para a Câmara Municipal do Seixal, Paulo Renato dos Santos Quendera, para os Transportes Coletivos do Barreiro e Inês Sofia Costa Belchior, para a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, com efeitos a 01/11/2019, nos termos do artigo 92.º e seguintes da LTFP aprovada pela Lei n.º 35/2014 de 20 de junho.

8 de novembro de 2019. — O Vereador, *João Pintassilgo*.

312744308



MUNICÍPIO DE CELORICO DE BASTO

Aviso n.º 18902/2019

Sumário: Cessação da relação jurídica de emprego público de Fernando José Pereira Magalhães, por aposentação.

Em cumprimento do disposto no artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, faz-se público que por despachos da Caixa Geral de Aposentações de 07/10/2019, cessou por motivo de aposentação, a modalidade de relação jurídica de emprego público por contrato de trabalho por tempo indeterminado, o trabalhador:

Fernando José Pereira Magalhães, assistente operacional, posição remuneratória 4.ª e nível remuneratório 4, com efeitos a 01/11/2019.

11 de novembro de 2019. — O Presidente da Câmara, *Dr. Joaquim Monteiro da Mota Silva*.

312756094



MUNICÍPIO DO CRATO

Aviso n.º 18903/2019

Sumário: Cessação do procedimento concursal comum de recrutamento para preenchimento de um posto de trabalho de técnico superior, na área da arquitetura, cujo aviso de abertura n.º 2902/2019, foi publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 37, de 21 de fevereiro de 2019.

Cessação de procedimento concursal

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por meu despacho de 25 de setembro de 2019, nos termos e para os efeitos do n.º 2, artigo 38.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, determinei a cessação do procedimento concursal comum de recrutamento para preenchimento de um posto de trabalho de Técnico Superior, na área da Arquitetura, previsto e não ocupado no Mapa de Pessoal do Município do Crato de 2019, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo, cujo aviso de abertura n.º 2902/2019, foi publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 37, de 21 de fevereiro de 2019, pelas razões expostas no referido despacho, uma vez que ainda não se procedeu à notificação da lista de ordenação final dos candidatos.

30 de setembro de 2019. — O Presidente da Câmara Municipal, *Joaquim Bernardo dos Santos Diogo*.

312685762

**MUNICÍPIO DE ESPINHO****Aviso n.º 18904/2019**

Sumário: Consolidação definitiva de mobilidades intercarreiras, nas carreiras e categorias de técnico superior e de assistente técnico.

Consolidação definitiva de mobilidades intercarreiras, nas carreiras e categorias de técnico superior e de assistente técnico

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação, torna-se público que, reunidas as condições previstas no artigo 99.º-A do anexo à Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas (LTFP, na sua redação em vigor), e ao abrigo do n.º 5 do mesmo artigo, por despacho do Presidente da Câmara Municipal exarado em 31 de outubro de 2019 e com efeitos a 01 de novembro de 2019, foram consolidadas definitivamente as mobilidades intercarreiras dos seguintes trabalhadores, respetivamente:

Na carreira e categoria de Técnico Superior: Ana Mafalda Matos Moreira Silva, Carla Cristina Silva Santos, Marco Paulo Silva Ferreira, Olívia Liliana Oliveira Marques Pereira, Patrícia Maria Figueiredo Páscoa, Sandra Maria Garcia Vieira e Sandra Mónica Oliveira Pinho Vieira, posicionadas na 2.ª posição, nível 15 da Tabela Remuneratória Única, a que corresponde o valor de (euro) 1.201,48 (mil duzentos e um euros e quarenta e oito centimos); Berta Maria Rodrigues Martins Pereira posicionada na 3.ª posição, nível 19 da Tabela Remuneratória Única, a que corresponde o valor de (euro) 1.407,45 (mil quatrocentos e sete euros e quarenta e cinco centimos); Fernando Manuel Correia Maia posicionado na 4.ª posição, nível 23 da Tabela Remuneratória Única, a que corresponde o valor de (euro) 1.613,42 (mil seiscentos e treze euros e quarenta e dois centimos).

Na carreira e categoria de Assistente Técnico: Elizabete Santos Gomes Marques, Maria Eduarda Loureiro Borges, Maria José Barbosa Ribeiro, Maria Lurdes Ferreira Campos, Paulo Renato Ferreira Fontoura e Rosário Pinto Meneses Oliveira Gomes, posicionados na 1.ª posição, nível 5 da Tabela Remuneratória Única, a que corresponde o valor de (euro) 683,13 (seiscentos e oitenta e três euros e treze centimos).

12 de novembro de 2019. — O Presidente da Câmara, *Dr. Joaquim José Pinto Moreira*.

312755584



MUNICÍPIO DA MAIA

Edital n.º 1320/2019

Sumário: Alteração ao lote 4 do alvará de loteamento n.º 48/08, alterado pelo aditamento n.º 8/12.

Pronúncia

Torna-se público que em cumprimento do disposto do n.º 3, do artigo 27.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, (RJUE), decorrerá um período de pronúncia, com a duração de 15 dias e início 8 dias após a data de publicação do presente edital no *Diário da República*, relativamente ao pedido registado na Câmara Municipal da Maia sob o n.º 2416/19, em 09 de agosto e em nome de Premiumcoord, L.^{da}, a incidir no lote n.º 4, de que é proprietária e integrante do loteamento titulado pelo alvará n.º 48/08, alterado pelo aditamento n.º 8/12, localizado na Rua Tratado de Lisboa, na freguesia de Cidade da Maia, concelho da Maia, descrito na 1.ª Conservatória do Registo Predial da Maia, sob o n.º 2904/20081126.

Para os devidos efeitos, o projeto da operação de alteração do loteamento, acompanhado da informação técnica elaborada pelos serviços municipais, estará à disposição para quem o pretenda consultar, no Gabinete Municipal de Atendimento.

Os interessados proprietários dos demais lotes do referido loteamento devem apresentar as suas reclamações, observações ou sugestões, por escrito, no Gabinete Municipal de Atendimento ou nos Serviços de Correspondência, desta Câmara Municipal.

12 de novembro de 2019. — O Presidente da Câmara Municipal, *Eng.º António Domingos da Silva Tiago*.

312757796



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

Aviso n.º 18905/2019

Sumário: Homologação da lista unitária de ordenação final dos candidatos para o preenchimento de um posto de trabalho em regime de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo, para a carreira e categoria de assistente técnico — museu.

Homologação da lista unitária de ordenação final dos candidatos

Em cumprimento do disposto no n.º 5 do artigo 28.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, faz-se público que a Lista Unitária de Ordenação Final, foi homologada por despacho do Senhor Presidente desta Câmara Municipal, datado de 25 de outubro de 2019, relativa ao procedimento concursal comum, para contratação, na modalidade de Contrato de Trabalho em Funções Públicas, a termo resolutivo certo, de um colaborador na Carreira/Categoria de Assistente Técnico — Museu, aberto pelo Aviso (extrato) n.º 12172/2019, publicitado no *Diário da República*, 2.ª série n.º 143, de 29 de julho de 2019, publicitado na BEP — Bolsa de Emprego Público, sob o n.º OE201907/0698.

Faz-se ainda público que, da homologação da lista de ordenação final cabe recurso hierárquico ou tutelar de acordo com o determinado no artigo 31.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril.

Mais se faz público que se encontra afixada, em local visível nas instalações do Município de Pampilhosa da Serra e disponibilizada na sua página eletrónica, em <https://www.cm-pampilhosadaserra.pt/>, a Lista Unitária de Ordenação Final.

13 de novembro de 2019. — O Presidente da Câmara, *José Alberto Pacheco Brito Dias*.

312757641



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

Aviso n.º 18906/2019

Sumário: Homologação da lista unitária de ordenação final dos candidatos para o preenchimento de um posto de trabalho em regime de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo, para a carreira e categoria de assistente técnico — administrativo.

Homologação da lista unitária de ordenação final dos candidatos

Em cumprimento do disposto no n.º 5 do artigo 28.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, faz-se público que a Lista Unitária de Ordenação Final, foi homologada por despacho do Senhor Presidente desta Câmara Municipal, datado de 25 de outubro de 2019, relativa ao procedimento concursal comum, para contratação, na modalidade de Contrato de Trabalho em Funções Públicas, a termo resolutivo certo, de um colaborador na Carreira/Categoria de Assistente Técnico — Administrativo, aberto pelo Aviso (extrato) n.º 12172/2019, publicitado no *Diário da República*, 2.ª série n.º 143, de 29 de julho de 2019, publicitado na BEP — Bolsa de Emprego Público, sob o n.º OE201907/0697.

Faz-se ainda público que, da homologação da lista de ordenação final cabe recurso hierárquico ou tutelar de acordo com o determinado no artigo 31.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril.

Mais se faz público que se encontra afixada, em local visível nas instalações do Município de Pampilhosa da Serra e disponibilizada na sua página eletrónica, em <https://www.cm-pampilhosadaserra.pt/>, a Lista Unitária de Ordenação Final.

13 de novembro de 2019. — O Presidente da Câmara, *José Alberto Pacheco Brito Dias*.

312757609



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

Aviso n.º 18907/2019

Sumário: Homologação da lista unitária de ordenação final dos candidatos para o preenchimento de um posto de trabalho em regime de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo, para a carreira e categoria de assistente técnico — multimédia.

Homologação da lista unitária de ordenação final dos candidatos

Em cumprimento do disposto no n.º 5 do artigo 28.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, faz-se público que a Lista Unitária de Ordenação Final, foi homologada por despacho do Senhor Presidente desta Câmara Municipal, datado de 25 de outubro de 2019, relativa ao procedimento concursal comum, para contratação, na modalidade de Contrato de Trabalho em Funções Públicas, a termo resolutivo certo, de um colaborador na Carreira/Categoria de Assistente Técnico — Multimédia, aberto pelo Aviso (extrato) n.º 12172/2019, publicitado no *Diário da República*, 2.ª série n.º 143, de 29 de julho de 2019, publicitado na BEP — Bolsa de Emprego Público, sob o n.º OE201907/0724.

Faz-se ainda público que, da homologação da lista de ordenação final cabe recurso hierárquico ou tutelar de acordo com o determinado no artigo 31.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril.

Mais se faz público que se encontra afixada, em local visível nas instalações do Município de Pampilhosa da Serra e disponibilizada na sua página eletrónica, em <https://www.cm-pampilhosa-daserra.pt/>, a Lista Unitária de Ordenação Final.

13 de novembro de 2019. — O Presidente da Câmara, *José Alberto Pacheco Brito Dias*.

312757999



MUNICÍPIO DE PENACOVA

Aviso n.º 18908/2019

Sumário: Celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, no âmbito do Programa de Regularização Extraordinária de Vínculos Precários.

Em conformidade com o disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual, torna-se público que na sequência dos procedimentos concursais para o preenchimento de postos de trabalho do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Penacova, restritos a candidatos abrangidos pelo programa de regularização extraordinária de vínculos precários (PREVPAP), abertos por avisos publicados na BEP no dia 31 de julho de 2018, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com a trabalhadora Andreia Sofia Batista Tavares, na carreira e categoria de Assistente Técnico, 1.ª posição remuneratória da categoria e nível remuneratório 5 da TRU, a que corresponde a remuneração base de 683,13 € (seiscentos e oitenta e três euros e treze cêntimos), com início a 18 de outubro de 2019.

12 de novembro de 2019. — O Presidente da Câmara Municipal, *Humberto Oliveira*.

312753161



MUNICÍPIO DE POMBAL

Aviso n.º 18909/2019

Sumário: Celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado na sequência de acionamento de reserva de recrutamento interno — carreira/categoria de assistente operacional — área de ajudante de cozinha/auxiliar de serviços gerais.

Para efeitos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e cumpridos todos os requisitos legais e procedimentais necessários ao acionamento da reserva de recrutamento inerente ao procedimento concursal comum para ocupação de 2 (dois) postos de trabalho na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado da carreira/categoria de Assistente Operacional — área de Ajudante de Cozinha/Auxiliar de Serviços Gerais, para o Gabinete de Desporto e Juventude, publicitado no Aviso n.º 11393/2017, publicado na 2.ª série do *Diário da República*, n.º 188, de 28 de setembro, cuja lista unitária de ordenação final dos candidatos aprovados se encontra devidamente homologada, desde 18 de maio de 2018, para mais seis postos de trabalho, torna-se público que após negociação do posicionamento remuneratório, nos termos previstos na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 38.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LGTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na atual redação, no artigo 21.º da Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro e no n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 29/2019, de 20 de fevereiro, o qual estabelece a atualização da base remuneratória da Administração Pública na 4.ª posição remuneratória da carreira geral de Assistente Operacional, correspondente ao nível 4 da tabela remuneratória única, regulamentada pelo Decreto Regulamentar n.º 14/2008, de 31 de julho, e aprovada pela Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de dezembro, atualmente fixada em 635,07 € (seiscentos e trinta e cinco euros e sete cêntimos), foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com início a 4 de novembro de 2019, iniciando-se também nesta data o respetivo período experimental de 90 dias, com a candidata Carla Sofia Gaspar Margarido, classificada em nono lugar.

Para efeitos do estipulado no artigo 46.º da LGTFP, conjugado com o n.º 3 do artigo 45.º do mesmo diploma legal, o júri de acompanhamento e avaliação do período experimental será o mesmo do procedimento concursal vertente.

5 de outubro de 2019. — O Presidente da Câmara Municipal de Pombal, *Dr. Diogo Alves Mateus*.

312752157



MUNICÍPIO DE SALVATERRA DE MAGOS

Aviso n.º 18910/2019

Sumário: Cessação do procedimento concursal em regime de mobilidade interna na carreira/categoria de técnico superior da área de direito.

Cessação do procedimento concursal em regime de mobilidade interna na carreira/categoria de técnico superior da área de direito

Para os devidos efeitos se torna público, que o procedimento concursal acima indicado, para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, aberto por aviso publicado na 2.ª série do *Diário da República* n.º 110, de 7 de junho de 2019, cessou nos termos do n.º 2, do artigo 30.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, em virtude do Município ter encetado uma reestruturação da organização e funcionamento dos serviços administrativos, na elaboração do mapa de pessoal para 2020, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, que estabelece o enquadramento jurídico da organização dos serviços das Autarquias Locais, tal organização da estrutura e do funcionamento dos serviços foi direcionado pelos princípios da unidade e eficácia da ação e da eficiência na afetação de recursos públicos e em virtude do novo quadro de competências atribuídas aos Municípios, nos termos do artigo 22.º da Lei n.º 50/2018 de 16 de agosto e do artigo 14.º-A do Decreto-Lei n.º 44/2019 de 1 de abril, pelo que se entendeu, proceder a adaptação dos recursos aos presentes diplomas e à realidade do Município de Salvaterra de Magos.

11 de novembro de 2019. — O Presidente da Câmara Municipal, *Eng.º Hélder Manuel Esménio*.

312755308



MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA PESQUEIRA

Aviso n.º 18911/2019

Sumário: Homologação da lista unitária de ordenação final — um assistente operacional/manobrador de máquinas pesadas e veículos especiais — Aviso n.º 6621/2019 — Ref. E.

Lista unitária de ordenação final dos candidatos aprovados — procedimento concursal comum para a constituição de vínculo de emprego público na modalidade de contrato de trabalho por tempo indeterminado (1 posto de trabalho de Assistente Operacional/Manobrador de Máquinas Pesadas e Veículos Especiais — Ref. E) — Aviso n.º 6621/2019, publicado no *Diário da República*, 2.ª série n.º 71 de 10/04/2019.

Nos termos e para efeitos do disposto no artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, torna-se público que a lista unitária de ordenação final dos candidatos aprovados no procedimento concursal mencionado em epígrafe, foi homologada por despacho do signatário, datado de 30/10/2019, tendo nesta mesma data sido afixada na Balcão único de Atendimento e disponibilizada na página eletrónica desta Câmara Municipal

Nos termos dos n.ºs 4 e 5 do artigo 36.º, conjugado com a alínea *b*) do n.º 3 do artigo 30.º da referida portaria, os candidatos, incluindo os que tenham sido excluídos no decurso da aplicação dos métodos de seleção, foram notificados do ato de homologação da lista unitária de ordenação final.

4 de novembro de 2019. — O Presidente da Câmara Municipal, *Manuel António Natário Cordeiro*.

312752051



MUNICÍPIO DE TABUAÇO

Aviso n.º 18912/2019

Sumário: Discussão pública da proposta de alteração ao Plano Diretor Municipal de Tabuaço.

Discussão pública da proposta de alteração ao Plano Diretor Municipal de Tabuaço

Carlos André Teles Paulo de Carvalho, Presidente da Câmara Municipal de Tabuaço, torna público que, em cumprimento da deliberação da Câmara Municipal, tomada na sua reunião ordinária realizada em 31 de outubro de 2019, deliberou sobre a abertura do período de discussão pública da proposta de alteração do Plano Diretor Municipal de Tabuaço, de acordo com o previsto nos artigos 89.º e 119.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio (Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial).

O período de discussão pública tem início no 5.º dia após a publicação do presente aviso no *Diário da República*, com a duração de 30 dias, nos termos legalmente previstos.

Durante esse período os interessados podem apresentar as suas reclamações, observações ou sugestões, por escrito, devidamente identificadas e dirigidas ao Presidente da Câmara Municipal de Tabuaço, ou para o correio eletrónico em cm-tabuaco@cm-tabuaco.pt.

Mais torna público que os elementos constantes da proposta de alteração atrás referida se encontram disponíveis para consulta, durante o horário de expediente, na Divisão de Gestão e Administração do Território, sita nos Paços do Concelho, Rua António José de Almeida, n.º 36, 5120-413 Tabuaço, e na página eletrónica da Câmara Municipal, em www.cm-tabuaco.pt.

7 de novembro de 2019. — O Presidente da Câmara Municipal, *Carlos André Teles Paulo de Carvalho*.

612743636



MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA

Aviso n.º 18913/2019

Sumário: Contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado em período experimental.

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, se celebrou contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado em período experimental, com início a 4 de novembro de 2019, na sequência do procedimento concursal aberto por Aviso n.º 3455/2019, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, N.º 44 de 4 de março de 2019, a candidata Helga Cristiana Almeida Sá Vale Pissarra, para a carreira/categoria de Técnico Superior (Médico Veterinário Municipal), com a remuneração correspondente à 2.ª posição remuneratória, da carreira/categoria de Técnico Superior, nível 15 da Tabela Remuneratória Única, montante pecuniário € 1.201,48.

Para efeitos do estipulado no n.º 1 do artigo 46.º do anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, o júri do período experimental será o mesmo do referido procedimento concursal.

8 de novembro de 2019. — A Vereadora, *Maria Catarina Lopes Paiva*.

312749647



UNIÃO DAS FREGUESIAS DE PAINHO E FIGUEIROS

Aviso (extrato) n.º 18914/2019

Sumário: Procedimento concursal comum para a constituição de vínculo de emprego público a termo resolutivo certo para o preenchimento de um posto de trabalho da carreira/categoria de assistente operacional/assistente operacional.

Procedimento concursal comum para a constituição de vínculo de emprego público a termo resolutivo certo, para o preenchimento de um posto de trabalho da carreira/categoria de assistente operacional/assistente operacional

Para efeitos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 11.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril e n.º 2 do artigo 33.º do anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação, torna-se público que, por deliberação do órgão executivo de 17 de outubro de 2019, encontra-se aberto procedimento concursal comum para ocupação, em regime de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo, pelo prazo de um ano, com possibilidade de renovações, dos seguintes postos de trabalho:

Carreira/categoria de Assistente Operacional — 1 posto de trabalho.

Caracterização dos postos de trabalho: assegurar a realização dos serviços cemiteriais (como inumações, trasladações e exumações de abertura de covais); efetuar a limpeza e manutenção do cemitério e zonas envolventes; realizar a limpeza e manutenção das vias e espaços públicos e dos espaços ajardinados da Freguesia; proceder à limpeza e ações de manutenção de bermas, valetas e caminhos agrícolas; conduzir e manobrar trator e outros veículos; manusear equipamentos, ferramentas e utensílios manuais ou elétricos, necessários à execução dos trabalhos e proceder à sua arrumação, limpeza e manutenção; colaborar nas atividades organizadas pela Freguesia; realizar outras funções integradas no grau 1 de complexidade funcional e efetuar o transporte escolar.

Local de Trabalho: área territorial da União das Freguesias de Painho e Figueiros, sem prejuízo das deslocações inerentes ao exercício das funções.

Habilitações literárias exigidas: Escolaridade obrigatória conforme a idade. O nível habilitacional exigido em função da idade é passível de ser substituído por experiência em funções similares e equiparadas.

Prazo de candidatura: 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso.

O texto integral encontra-se publicado na Bolsa de Emprego Público (BEP), acessível em www.bep.gov.pt e na página eletrónica da Freguesia: www.ujfpainhoefigueiros.pt.

6 de novembro de 2019. — O Presidente da Junta de Freguesia, *Victor Manuel Caeiro dos Santos*.

312735317



UNIÃO DAS FREGUESIAS DE PAINHO E FIGUEIROS

Aviso n.º 18915/2019

Sumário: Consolidação definitiva de mobilidade intercarreiras na carreira de assistente técnico.

Consolidação definitiva de mobilidade intercarreiras na carreira de assistente técnico

De acordo com o estipulado na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual, torna-se público que a Junta de Freguesia da União das Freguesias de Painho e Figueiros, em reunião realizada no dia 17 de outubro de 2019, deliberou, ao abrigo do disposto na alínea *e*) do artigo 19.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, conjugada com o disposto no artigo 99.º-A do anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual (LTFP), a consolidação na carreira de Assistente Técnico (1.ª posição, nível 5 da respetiva carreira e categoria), da trabalhadora Joana Catarina Casadinho Bom Homem, com efeitos a partir do dia 31 de outubro de 2019, atendendo a que se encontram reunidos todos os requisitos do n.º 2 do citado artigo 99.º-A da LTFP.

8 de novembro de 2019. — O Presidente da Junta de Freguesia, *Victor Manuel Caeiro Santos*.

312744698



UNIÃO DAS FREGUESIAS DE PÓVOA DE SANTA IRIA E FORTE DA CASA

Aviso n.º 18916/2019

Sumário: Celebração de contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado, com Marco Aurélio da Silva Santos.

Celebração de contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado, com Marco Aurélio da Silva Santos

Ao abrigo do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e na sequência de procedimento concursal aberto pelo Aviso n.º 3620/2019, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 47 de 07 de março de 2019, foi utilizada a reserva de recrutamento para celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com o 2.º classificado, Marco Aurélio da Silva Santos, produzindo efeitos a partir de 12 de novembro de 2019 e ocupando lugar na carreira/categoria de assistente operacional, posição 4, nível 4, a que corresponde uma remuneração base de 635,07 € (Seiscentos e Trinta e Cinco Euros e Sete Cêntimos).

12 de novembro de 2019. — O Presidente da União das Freguesias de Póvoa de Santa Iria e Forte da Casa, *Jorge Nuno Vieira Silva Ribeiro*.

312754125



UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SANTA CRUZ DA TRAPA E SÃO CRISTÓVÃO DE LAFÕES

Aviso (extrato) n.º 18917/2019

Sumário: Procedimento concursal de recrutamento na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo determinado.

Procedimento concursal de recrutamento na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo determinado — Termo resolutivo certo, para preenchimento de um posto de trabalho de assistente operacional — Pedreiro, da carreira geral de assistente operacional

Para efeitos do disposto no artigo 33.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP) aprovada pela Lei n.º 35/2014 de 20 de junho, na sua redação atual, conjugado com o artigo 11.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30/04, torna-se público que, na sequência da deliberação da Junta de freguesia, de 20/10/2019 se encontra aberto procedimento concursal na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo determinado — termo resolutivo certo, pelo prazo de 1 ano, renovável nos termos legais, tendo em vista o preenchimento do posto de trabalho, constante no mapa de pessoal desta Junta de freguesia a saber:

1 lugar de Assistente Operacional — Pedreiro;

Caracterização sumária do posto de trabalho:

Para a execução de tarefas fundamentais do Pedreiro, tarefas essas adstritas ao conteúdo funcional da atividade de Pedreiro, às quais corresponde o grau 1 de complexidade funcional.

Nível habilitacional exigido: Possuir a escolaridade obrigatória.

Outros requisitos profissionais: carta de condução e realização das funções seguintes: aparelha pedra em grosso; executa alvenaria de pedra, tijolo ou blocos de cimento, podendo também fazer o respetivo reboco; procede ao assentamento de manilhas, tubos e cantarias; executa muros e estruturas simples, com ou sem armaduras, podendo também encarregar-se de montagem de armaduras muito simples; executa simples cofragens; procede à reparação, afinação e substituição de peças de acordo com as especificações técnicas e respetivas normas de segurança e higiene no trabalho; efetua interpretação técnica relativa a elementos de construção civil, realiza outras tarefas diretamente relacionadas com a função.

Prazo de candidatura: as candidaturas devem ser apresentadas no prazo de 10 dias úteis, contados a partir da data de publicitação do aviso por extrato, no *Diário da República*, nos termos do artigo 18.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril.

A publicação integral deste aviso será efetuada na Bolsa de Emprego Público (www.bep.gov.pt).

13 de novembro de 2019. — O Presidente da Junta de Freguesia, *José Celso Rodrigues Martins de Almeida*.

312757577

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SANTA CRUZ DA TRAPA E SÃO CRISTÓVÃO DE LAFÕES

Aviso (extrato) n.º 18918/2019

Sumário: Procedimento concursal de recrutamento na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo determinado.

Procedimento concursal de recrutamento na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo determinado — termo resolutivo certo, para preenchimento de um posto de trabalho de Assistente Operacional — Trolha, da carreira geral de Assistente Operacional

Para efeitos do disposto no artigo 33.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP) aprovada pela Lei n.º 35/2014 de 20 de junho, na sua redação atual, conjugado com o artigo 11.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30/04, torna-se público que, na sequência da deliberação da Junta de freguesia, de 20/10/2019 se encontra aberto procedimento concursal na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo determinado — termo resolutivo certo, pelo prazo de 1 ano, renovável nos termos legais, tendo em vista o preenchimento do posto de trabalho, constante no mapa de pessoal desta Junta de freguesia a saber:

1 lugar de Assistente Operacional — Trolha;

Caracterização sumária do posto de trabalho:

Para a execução de tarefas fundamentais do Trolha, tarefas essas adstritas ao conteúdo funcional da atividade de Trolha, às quais corresponde o grau 1 de complexidade funcional.

Nível habilitacional exigido: Possuir a escolaridade obrigatória.

Outros requisitos profissionais: carta de condução e realização das funções seguintes: levanta e reveste muros de alvenaria, assenta manilhas, azulejos e ladrilhos e aplica camadas de argamassas de gesso em superfícies de edificações, para o que utiliza ferramentas manuais adequadas; executa as tarefas fundamentais de pedreiro, em geral do assentador de manilhas de grés e cimento, e do ladrilhador, monta bancas, sanitários, coberturas a telha e executa operações de caiação a pincel ou com outros dispositivos. Funções de natureza executiva, de carácter manual ou mecânico, enquadradas em diretivas gerais bem definidas e com graus de complexidade variáveis. Execução de tarefas de apoio elementares, indispensáveis ao funcionamento dos órgãos e serviços, podendo comportar esforço físico. Responsabilidade pelos equipamentos sob sua guarda e pela sua correta utilização, procedendo, quando necessário, à manutenção e reparação dos mesmos.

Prazo de candidatura: as candidaturas devem ser apresentadas no prazo de 10 dias úteis, contados a partir da data de publicitação do aviso por extrato, no *Diário da República*, nos termos do artigo 18.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril.

A publicação integral deste aviso será efetuada na Bolsa de Emprego Público (www.bep.gov.pt).

13 de novembro de 2019. — O Presidente da Junta de Freguesia, *José Celso Rodrigues Martins de Almeida*.

312757633



FREGUESIA DE SANTO ANTÓNIO

Aviso n.º 18919/2019

Sumário: Projeto de Regulamento do Centro de Dia da Freguesia de Santo António (Lisboa) — Centro Social Laura Alves.

Projeto de Regulamento do Centro de Dia da Freguesia de Santo António (Lisboa) — Centro Social Laura Alves

Vasco André Lopes Alves Veiga Morgado, Presidente da Junta de Freguesia de Santo António (Lisboa), em cumprimento do previsto no artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, que, na sequência da deliberação tomada em reunião de Junta de Freguesia de Santo António (Lisboa), de 11 de novembro de 2019, se encontra em período de consulta pública o Projeto de Regulamento — Centro de Dia da Freguesia de Santo António (Lisboa) Centro Social Laura Alves, o qual se encontra disponível para consulta no *site* desta autarquia: <https://www.jfsantoantonio.pt/>

Em cumprimento do n.º 2 do artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo, informam-se os interessados que poderão dirigir, por escrito, as suas sugestões à Junta de Freguesia de Santo António (Lisboa), dentro do prazo de 30 dias a contar da data da publicação do projeto de regulamento para o seguinte e-mail: discussaopublica.regulamento@jfsantoantonio.pt.

12 de novembro de 2019. — O Presidente da Junta de Freguesia de Santo António, *Vasco Morgado*.

312756515



FREGUESIA DE SÃO VICENTE

Aviso n.º 18920/2019

Sumário: Cessação do contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado — Manuel José Alexandre.

Cessação do contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado

Em cumprimento do disposto na alínea *d*) do n.º 1, do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação, torna-se público que cessou o contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, celebrado entre esta Autarquia e o trabalhador Manuel José Alexandre, com a carreira e categoria de assistente operacional, com a posição remuneratória 2, nível 2, a que corresponde a remuneração base de 540,60 €, por motivo de falecimento do referido trabalhador no dia 16 de fevereiro de 2016, extinguindo-se assim o respetivo vínculo de emprego público.

7 de novembro de 2019. — A Presidente da Junta de Freguesia de São Vicente, *Maria da Conceição Pedro Ferreira*.

312754174



NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Secretaria-Geral

Aviso (extrato) n.º 18921/2019

Sumário: Abertura de procedimento concursal de seleção para provimento do cargo de diretor de serviços de Justiça e Assuntos Internos da Direção-Geral dos Assuntos Europeus, de acordo com as atribuições constantes do artigo 5.º da Portaria n.º 32/2012.

Nos termos previstos no n.º 2 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, faz-se público que, por despacho de 5 de novembro de 2019 do Secretário-Geral Adjunto deste Ministério, se pretende proceder à abertura, pelo prazo de 10 dias úteis a contar do dia da publicação na Bolsa de Emprego Público (BEP), de procedimento concursal de seleção para provimento do cargo de Diretor de Serviços de Justiça e Assuntos Internos da Direção-Geral dos Assuntos Europeus, de acordo com as atribuições constantes do artigo 5.º da Portaria n.º 32/2012, de 31 de janeiro.

A indicação dos requisitos formais de provimento, do perfil pretendido, da composição do júri, e dos métodos de seleção, serão publicitados na BEP, conforme disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro.

13.11.2019. — O Diretor do Departamento Geral de Administração, *Pedro Sousa e Abreu*.

312760921



NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Camões — Instituto da Cooperação e da Língua, I. P.

Aviso (extrato) n.º 18922/2019

Sumário: Abertura de procedimento concursal para recrutamento e seleção do titular do cargo de chefe de divisão do Gabinete de Avaliação e Auditoria.

Procedimento concursal para recrutamento e seleção de um dirigente intermédio de 2.º grau — Chefe de Divisão do Gabinete de Avaliação e Auditoria

Nos termos dos artigos 20.º e 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, e na sequência da deliberação do Conselho Diretivo do Camões — Instituto da Cooperação e da Língua, I. P., de 30 de outubro de 2019, faz-se público que o Camões, I. P. vai proceder à abertura, pelo prazo de 10 dias úteis a contar do dia da publicitação na Bolsa de Emprego Público (BEP), de procedimento concursal de recrutamento e seleção de um dirigente intermédio de 2.º grau referente ao cargo de Chefe de Divisão do Gabinete de Avaliação e Auditoria, com as competências constantes no artigo 6.º dos Estatutos do Camões, I. P. aprovados em Anexo à Portaria n.º 194/2012, de 20 de junho, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 94/2014, de 11 de fevereiro e pela Portaria n.º 215/2018, de 19 de julho.

A indicação dos requisitos formais de provimento, do perfil pretendido, da composição do júri, dos métodos de seleção e outras informações de interesse para a apresentação da candidatura serão publicitados na BEP, conforme disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na atual redação, no prazo de três dias úteis a contar da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

30 de outubro de 2019. — O Presidente do Conselho Diretivo, *Luís Faro Ramos*.

312746196

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

Aviso n.º 18923/2019

Sumário: Procedimento concursal para o cargo de chefe da Divisão de Manutenção de Instalações e Equipamentos dos Serviços Técnicos.

Para os devidos efeitos se torna público que, por despacho de 29/10/2019 da Reitora da Universidade de Évora, se encontra aberto pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data de publicação do presente aviso no *Diário da República* e na Bolsa de Emprego Público, o procedimento concursal com vista ao preenchimento do cargo de direção intermédia de 2.º grau, Chefe da Divisão de Manutenção de Instalações e Equipamentos dos Serviços Técnicos, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação dada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro (EPD).

1 — Área de atuação: Divisão de Manutenção de Instalações e Equipamentos dos Serviços Técnicos, conforme previsto no artigo 4.º do Regulamento dos Serviços Técnicos, publicado pelo Despacho n.º 4303/2016 (2.ª série), de 28 de março, nomeadamente:

a) Apoio administrativo à gestão documental, à gestão das despesas com empreitadas e manutenções de instalações e equipamentos e a elaboração da parte técnica de cadernos de encargos para abertura dos respetivos procedimentos de contratação pública;

b) Manutenção das instalações, designadamente segurança e higiene no trabalho (elaboração e fiscalização de procedimentos e planos), limpeza dos espaços exteriores, gestão dos resíduos químicos e hospitalares, gestão e controlo dos custos da água, eletricidade e gás;

c) Conservação e reparação de equipamentos, manutenção e revisão de elevadores, manutenção dos parques de estacionamento, gestão e manutenção das oficinas de reprografia e encadernação.

2 — Requisitos legais: os previstos no n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação dada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro: os titulares dos cargos de direção intermédia de 2.º grau são recrutados, de entre trabalhadores em funções públicas contratados ou designados por tempo indeterminado, licenciados, dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direção, coordenação e controlo que reúnam quatro anos de experiência profissional em funções, cargos, carreiras ou categorias para cujo exercício ou provimento seja exigível uma licenciatura.

3 — Perfil pretendido:

a) Licenciatura na área de Ciências Sociais;

b) Formação profissional em áreas relevantes para a Administração Pública, nomeadamente curso de formação em Gestão Pública (FORGEP);

c) Experiência profissional em gestão de equipas de trabalho, nomeadamente equipas de limpeza e segurança e na área de higiene e segurança de espaços, organização e gestão de espaços para eventos,

d) Experiência profissional em apoio administrativo à gestão documental e manutenção de instalações e equipamentos;

e) Experiência na chefia de equipas de trabalho e/ou em funções dirigentes ou de coordenação na área em que o procedimento é aberto;

f) Competências: Coordenação; Capacidade de iniciativa e autonomia; Orientação para os resultados; Capacidade de planeamento e organização.

4 — Remuneração — a remuneração e demais regalias a auferir são as vigentes para a função pública.

5 — Prazo de candidatura: 10 dias úteis contados do dia seguinte à publicação do presente aviso no *Diário da República* e na Bolsa de Emprego Público.



6 — Local de trabalho: Serviços Técnicos, sito na Rua Dr. Joaquim Henrique da Fonseca, 7000-890 Évora.

7 — Métodos de seleção: avaliação curricular e entrevista pública.

8 — Forma de provimento: nomeação, em regime de comissão de serviço, pelo período de três anos, eventualmente renovável por iguais períodos de tempo, nos termos do n.º 8 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação dada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro.

9 — Formalização das candidaturas: os candidatos deverão formalizar as suas candidaturas, até ao termo do prazo fixado para o efeito, mediante requerimento dirigido ao Presidente do Júri, enviado por correio registado para Universidade de Évora, Apartado 94, 7002-554 Évora ou entregue pessoalmente na Divisão de Recursos Humanos sita no Largo da Sra. da Natividade, 7000-810 Évora, acompanhado dos seguintes documentos:

- a) Fotocópia do certificado de habilitações literárias;
- b) Fotocópia dos certificados de formação profissional;
- c) *Curriculum vitae* detalhado e devidamente assinado;
- d) Declaração passada e autenticada pelo serviço a que se encontrem vinculados, da qual conste a existência e natureza do vínculo à função pública, a categoria detida, o tempo de serviço na categoria, na carreira e na função pública e breve descrição das principais funções ou cargos exercidos;
- e) Outros elementos facultativos, que considere pertinentes, para apreciação do mérito dos candidatos.

10 — Composição do júri:

Presidente: Alexandre Miguel Correia Martins, Diretor dos Serviços Técnicos da Universidade de Évora.

Vogais efetivos:

Margarida de Almeida Gonçalves Beltran Direitinho, Chefe da Divisão de Planeamento, Construção e Conservação dos Serviços Técnicos da Universidade de Évora, que substituirá o presidente do júri nas suas faltas e impedimentos;

Ana Paula Ferreira, Diretora dos Serviços Técnicos da Universidade do Algarve.

Vogais suplentes:

Joaquim José dos Santos Lopes Godinho, Diretor dos Serviços de Informática da Universidade de Évora;

Maria Antónia da Mata dos Santos Pereira, Secretária da Escola de Ciências Sociais da Universidade de Évora.

11 — Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

12 — O presente aviso será publicado em jornal de expansão nacional e na bolsa de emprego público, conforme refere o artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com as alterações constantes da Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro.

08/11/2019. — A Administradora da Universidade de Évora, *Maria Cesaltina Frade*.

312746999



II SÉRIE



**DIÁRIO
DA REPÚBLICA**

Depósito legal n.º 8815/85 ISSN 0870-9963

Diário da República Eletrónico:

Endereço Internet: <http://dre.pt>

Contactos:

Correio eletrónico: dre@incm.pt

Tel.: 21 781 0870

Fax: 21 394 5750